

RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

Ano X — N° 104 — Julho/79 — Cr\$ 50,00

A onda de greves preocupa patrões e empregados

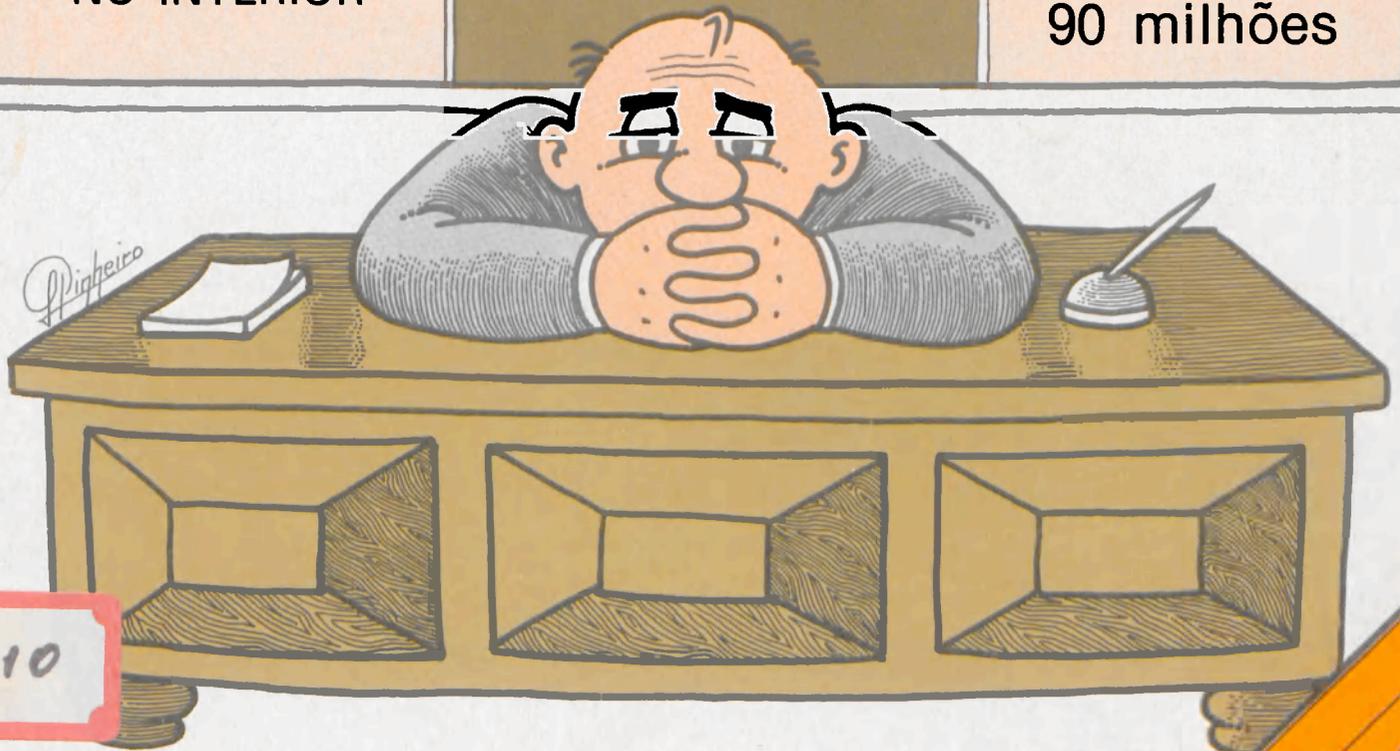
AUMENTO DO PETRÓLEO É A SORTE DO SISAL

MAMONA: opção agrícola viável e estratégica

ESTADO DE EMERGÊNCIA SUSPENDE FEIRAS DE GADO NO INTERIOR

ESTADO E PREFEITURA SE ENDIVIDAM (EM DÓLARES)

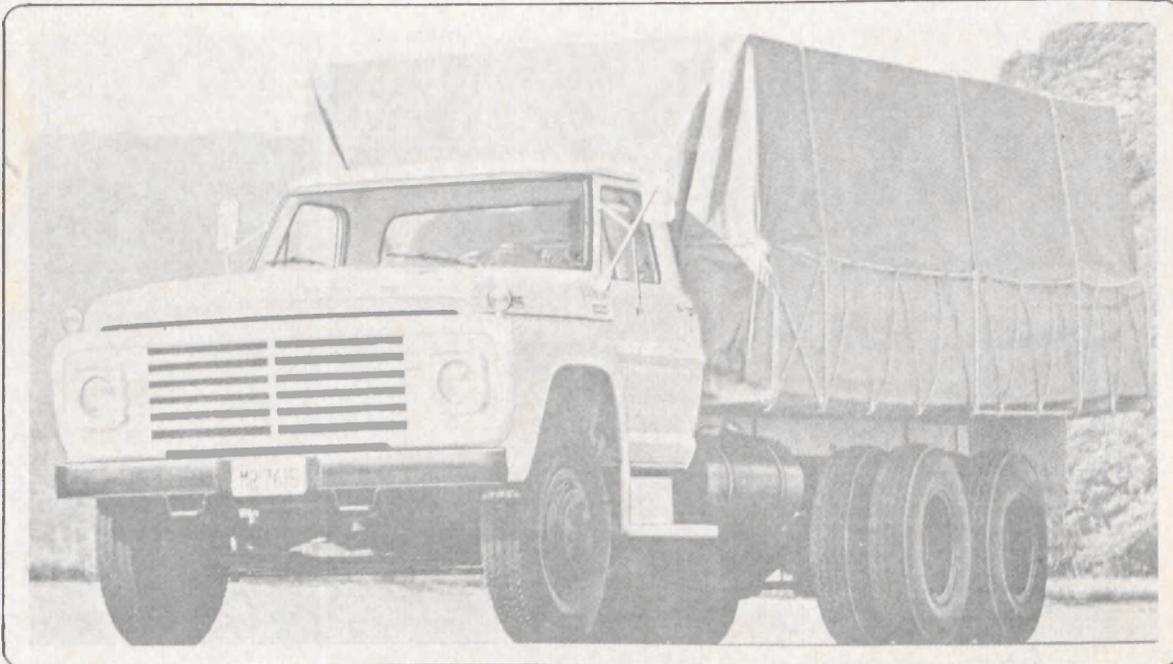
O deficit da Fazenda Estadual será de 90 milhões



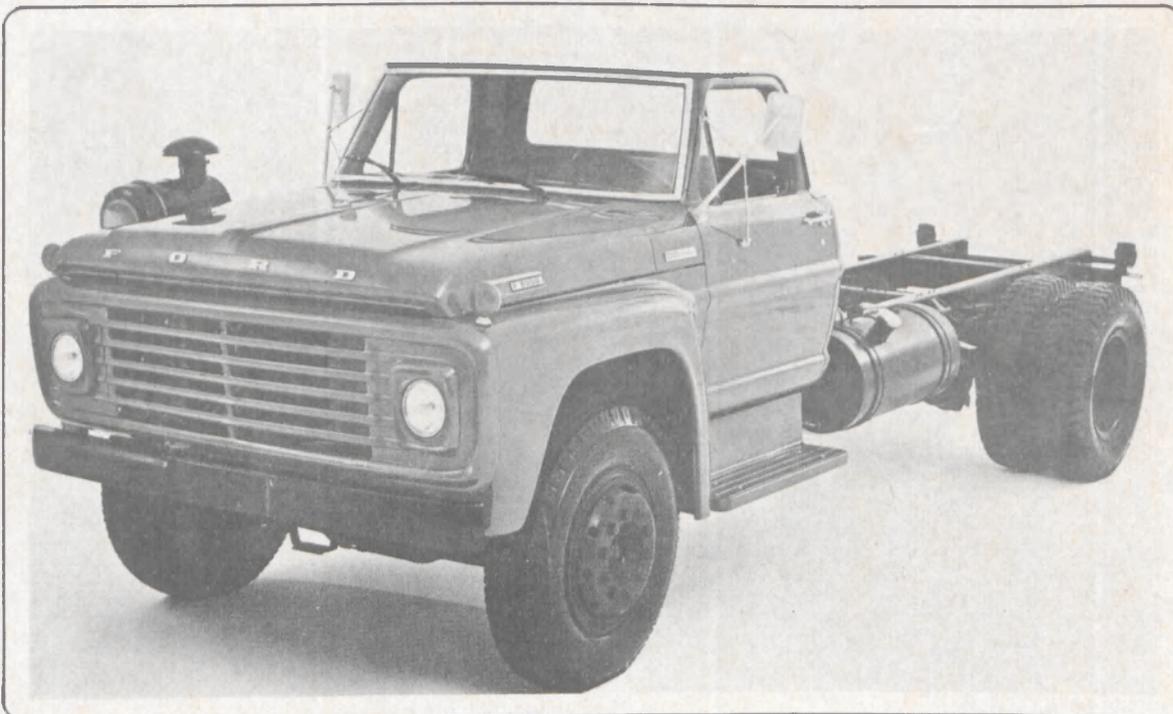
410

«Economia de Guerra» já está chegando ao RN

POLÍTICA — LAVOISIER ADOTA O ESTILO CURTO E GROSSO



FORD F-7.000



FORD F-8.000



Pense forte, pense FORD

REVENDEDORES AUTORIZADOS EM NATAL:

GRANORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

MATRIZ: Av. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-4586, 231-3097 e 231-4272.

FILIAL: Rua Presidente Bandeira, 656 — Fones: 231-4586.

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Diretor-Adjunto

Pedro Simões Neto

Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Aderson França
José Ari
Paulo de Souza Lima
Petit das Virgens
Sávio Ximenes

Correspondente em Mossoró

Emery Costa

Diagramação e Paginação

Fernando Fernandes

Fotografia

João Garcia de Lucena

Fotocomposição e Montagem

Antônio José D. Barbalho
Fortunato Gonçalves
Francisco das C. Martins

Departamento de Assinaturas

Vanda Fernandes

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvamar Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC nº 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC nº 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 50,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 400,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 60,00.

Reportagens

«Economia de guerra» já está chegando ao Rio Grande do Norte	8
A onda de greves preocupa patrões e empregados	12
A seca e a lagarta destroem 60% da safra algodoeira	16
Aumento do petróleo é a sorte do sisal	20
Mamona: opção agrícola viável e estratégica para o RN	24
Lavoisier adota o estilo curto e grosso	26
Estado e Prefeitura se endividam (em dólares)	32
Deficit da Fazenda Estadual será de Cr\$ 90 milhões em 79	34
Estado de emergência suspende feiras de gado no interior	40
A Escola Técnica Federal quer se aproximar dos empresários	52
A Previdência vai apertar cerco contra os devedores	56
COHAB: nos próximos 4 anos, 27 mil novas casas populares	60
O alarmante êxodo rural mostra que o campo não vai bem	62
Planejamento quer desburocratizar e atrair mais dinheiro de fora	66

Secções

Homens & Empresas	4
Página do Editor	7
Oeste Econômico	38
Direito Econômico	70

Artigos

Pedro Simões Neto Uma frente ampla para o RN	44
Nelson Hermógenes Freire Uma síntese sobre o processo inflacionário	47
Otomar Lopes Cardoso Fronteiras do Desenvolvimento (3)	49
Alcir Veras da Silva Universidade — a moda	68



HOMENS & EMPRESAS

JOÃO SANTOS MULTIPLICA POR CINCO A PRODUÇÃO DE CIMENTO DE MOSSORÓ

A **Itapetinga Agro-Industrial S/A**, pertencente ao **grupo João Santos**, única fábrica de cimento do Rio Grande do Norte, dentro de um ano elevará a sua produção diária de 15.000 para 75.000 sacos de cimento. Possuindo oito fábricas de cimento espalhadas em diversos Estados brasileiros, **João Santos** está atualmente empenhado em substituir o consumo do «fuel oil» pelo carvão de pedra nas suas indústrias, adiantando-se à orientação do Governo Federal que recomenda a mais ampla economia de derivados de petróleo. Os novos equipamentos que permitirão o aumento da produção da **Itapetinga** já serão acionados à base de carvão. Hoje, a indústria cimentífera do Brasil, sozinha, consome 35 por cento do petróleo que o País importa, e o **grupo João Santos**, com as suas oito fábricas, é atualmente o maior cliente industrial da **Esso** no País.

NOVO RUMO MELHORA SUAS INSTALAÇÕES

A **Novo Rumo**, uma das mais tradicionais corretoras de imóveis de Natal, dirigida por **Francisco Ribeiro**, já está instalada em seu novo endereço, à rua Potengi, no bairro do Tirol, em prédio próprio. Na compra do imóvel e nas reformas para adaptá-lo à nova finalidade foram realizados investimentos da ordem de Cr\$ 2 milhões.

BANDERN CONSTRUIRÁ NOVO EDIFÍCIO-SEDE

Ernâni Melo, diretor-presidente do **BANDERN — Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A** —, já entregou ao escritório do arquiteto **Ubirajara Galvão** a encomenda do projeto do edifício-sede do estabelecimento oficial de crédito, cuja construção (ainda não orçada) será iniciada este ano, numa das ruas centrais de Natal. Em princípio, já se sabe que o prédio terá 12 andares.



Nevaldo Rocha recebe das mãos de Jessé Freire o troféu «Mascate», como o «Homem de Vendas de 1979», no Brasil.

GUARARAPES VAIFATURAR Cr\$ 4 BILHÕES ESTE ANO

As quatro fábricas das **Confecções Guararapes S/A** (Natal, São Paulo, Fortaleza e Mossoró), juntamente com as lojas do grupo (**Lojas Seta, CIC, e Lojas Riachuelo**), faturarão este ano um mínimo de Cr\$ 4 bilhões, o que representa quase três vezes o movimento de vendas no ano passado (Cr\$ 1,5 bilhão). **Nevaldo Rocha**, diretor-presidente e acionista majoritário da **Guararapes**, já estima o lucro líquido do grupo em Cr\$ 800 milhões em 1979. Neste mês de julho, as fábricas **Guararapes** bateram todos os recordes de vendas, atendendo pedidos no valor de Cr\$ 300 milhões, e levando-se em conta que daqui até o fim do ano o faturamento continuará crescendo, pode-se concluir que a previsão de **Nevaldo** está absolutamente dando certa.

A MAIOR E MELHOR LOJA DE NATAL

Outra notícia importante do **grupo Guararapes**: ainda este ano **Nevaldo Rocha** determinará o início da construção da maior e melhor loja de departamentos de Natal. Será a filial local da **Loja Riachuelo**, que ficará localizada em grande terreno no centro da cidade, com frentes para as ruas João Pessoa e Felipe Camarão. Com ar condicionado central, escadas rolantes e três andares, a loja ocupará 2.700 metros quadrados.

MENOS PRODUÇÃO E MAIS COMÉRCIO

Nevaldo Rocha, por outro lado, foi escolhido pela **Confederação Nacional do Comércio** para receber o troféu **Mascate**, como o **Homem de Vendas de 1979** no Brasil. Ele recebeu o prêmio das mãos do senador **Jessé Pinto Freire**, em São Paulo (foto). Sem dúvida, a concessão do título se deve ao empenho com que **Nevaldo Rocha** tem se dedicado à expansão das atividades comerciais do **grupo Guararapes**, o que tem sido atingido graças a investimentos maciços na constituição de uma rede de lojas que hoje alcançam todos os pontos do território brasileiro. Incluindo-se as lojas do sistema «franchise» (**Super G**), o **grupo Guararapes** já possui uma cadeia de 350 pontos de vendas, valendo destacar as 68 **Lojas Riachuelo**, recém-adquiridas, nas quais trabalham 1.000 empregados. A idéia de **Nevaldo**, daqui para a frente, é freiar um pouco os seus investimentos no setor de produção e incrementá-los na comercialização. É tanto que, para 1980, o crescimento previsto na produção das **Confecções Guararapes** é de apenas 30%, isto por conta da inauguração de mais duas unidades (Natal e Fortaleza), que darão empregos a 5.000 pessoas. Com relação ao comércio, **Nevaldo Rocha** está mudando sua política de muitos anos: agora, suas lojas também passarão a vender produtos de terceiros, e não apenas os produtos **Guararapes**.

HOMENS & EMPRESAS

VENDAS DE IMÓVEIS ALCANÇAM 140 MILHÕES

As transações imobiliárias escrituradas nos cartórios de Natal no mês de julho alcançaram a expressiva soma de Cr\$ 140 milhões. Levando-se em conta que atravessamos um ano de crise por causa da seca e da recessão econômica, fica patente o bom desempenho do mercado imobiliário, que continua oferecendo índices altos de rentabilidade. Mais de 60 por cento das transações com casas e terrenos aconteceram na zona Sul da cidade.

NOVAS MÁQUINAS PARA OS REFRIGERANTES DORE

Walter Dore, diretor da indústria de refrigerantes **Dore** (guaraná, laranja, soda-limonada, Grapete e Dore-Cola), estará inaugurando em novembro próximo os seus novos equipamentos, com capacidade de encher 8.500 garrafas por hora. As máquinas, fabricadas pela **Holstein-Kappert S/A**, indústria brasileira com «know how» alemão, custaram Cr\$ 2,5 milhões. Caracterizando-se como uma empresa que destina a sua produção ao mercado do grande Natal, a **Dore**, com o aumento da sua produção, passará a atender às regiões Oeste e Seridó. Mantendo preços baixos dos similares, os produtos **Dore** possuem o melhor controle de qualidade do Estado.

TEXITA PRODUZ AINDA ESTE ANO

A **TEXITA — Cia. Têxtil Tangará**, indústria em fase de implantação no município de Eduardo Gomes, pertencente ao **grupo Guilherme Giorgi**, de São Paulo, começará a produzir fios de algodão ainda este ano, em caráter experimental. Em sua última reunião de julho, a **SUDENE** finalmente aprovou a reformulação do projeto da **TEXITA**, que representa investimentos da ordem de Cr\$ 299 milhões e possibilitará a criação de 400 empregos diretos.

GRUPO RN/ECONÔMICO COM MAIS UMA EMPRESA

RN/Assessoria Econômica e Treinamento Profissional S/C Ltda., em fase de constituição, é a mais nova empresa do **grupo RN/ECONÔMICO**. Ela cuidará, a curto prazo, de promover cursos de formação e especialização profissional para executivos e pessoal dos escalões intermediários das empresas do Estado; a médio prazo, ela manterá uma equipe técnica de alto nível para elaborar projetos econômicos e para orientar investidores interessados em aproveitar as oportunidades de negócios no Rio Grande do Norte. À frente de **RN/Assessoria Econômica e Treinamento Profissional** estão **Marcos Aurélio de Sá**, **Marcelo Fernandes de Oliveira** e **Pedro Simões Neto**, este na condição de sócio-gerente.

ARMAZÉM PARÁ ABRE LOJA DE TINTAS

A **Importadora Comercial de Madeiras — Armazém Pará** — já colocou em funcionamento, em prédio anexo às suas instalações da rua Almino Afonso, na Ribeira, uma loja especializada em tintas, revendendo toda a linha dos produtos **Ypiranga** e **Suvinil**. Com este empreendimento, a empresa passa a atender praticamente a todas as fases da indústria de construção civil.

ECOCIL CONSTRÓI MAIS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

A **Empresa de Construções Cívicas Ltda. — ECOCIL**, parte para construir três novos edifícios de apartamentos em Natal, desta feita no terreno que adquiriu anos atrás da **Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos**, no bairro de Petrópolis. Será utilizado o regime de condomínio fechado, que além de tranquilizar a construtora no que se refere ao problema da comercialização, garantirá aos adquirentes a vantagem de um preço menor para o imóvel. Segundo a informação de **Fernando Bezerra**, diretor da **ECOCIL**, os três prédios terão nomes de ex-presidentes americanos.

INOCOOP INICIA NOVOS CONJUNTOS

O **Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte**, enquanto se prepara para dar início à construção da **Cidade Satélite** (cerca de 4 mil casas, na zona Sul de Natal), abriu inscrições para três novos empreendimentos: 1) conjunto de 204 apartamentos nas proximidades do Campo de Treinos do **América Futebol Clube**, no bairro de Lagoa Nova, obra que será construída pela **HENCIL**, e que custará a preços de hoje Cr\$ 80 milhões; 2) conjunto de 370 apartamentos, em terreno vizinho à revenda **Chevrolet Natal Veículos**, nas proximidades da BR-101, obra a cargo da **Construtora Rebelo Flor Ltda.**, orçada em Cr\$ 100 milhões; conjunto de 780 casas em Parnamirim (Eduardo Gomes), vizinho à **COHABINAL**, cuja construção será iniciada em agosto e que custará Cr\$ 200 milhões. Em apenas dois dias o **INOCOOP** inscreveu o número necessário de candidatos.



CASA LUX INAUGURA COM PROMOÇÕES

Paulo Vasconcelos de Paula, diretor-presidente do grupo **Galvão Mesquita**, anuncia a inauguração das novas instalações da filial da **Casa Lux** na rua João Pessoa, que passa a ocupar um edifício de três pavimentos. Com linhas arquitetônicas de bom-gosto, o prédio é hoje um dos mais bonitos do centro da cidade. A loja é diferente do convencional. Com a abertura da filial, a **Casa Lux** prossegue sua bem sucedida campanha promocional de materiais elétricos e para decoração do lar, à base de preços baixos.



villa central

FIAT ECONOMIZA ATÉ ESTACIONAMENTO

Enquanto o Governo se preocupa em fazer campanhas publicitárias para você economizar combustível, o FIAT está cada vez mais econômico. A grande opção econômica na faixa dos comerciais leves é a PICK-UP FIAT. Adquira com facilidade seu FIAT em 36 meses no Consórcio Nacional FIAT. Visite NAVONA e POVEL VEÍCULOS, concessionárias FIAT para todo o Rio Grande do Norte.



Navona

VEÍCULOS
Av. Salgado Filho, 3540
Tel.: 231-3848 — Natal-RN.

PORCINO
POVEL
VEÍCULOS

Praça Ulrich Graf, 100
Tel.: 321-3377 — Mossoró-RN.

FIAT

QUALIDADE **147**
QUE DÁ VALOR AO SEU DINHEIRO.



SUDENE — fator de subdesenvolvimento

O que seria da economia nordestina se os empresários e os Governos Estaduais estivessem inteiramente na dependência da «política de desenvolvimento» da SUDENE?

Tomando por exemplo a realidade do Rio Grande do Norte para responder à interrogação, pode-se dizer que em quase todos os projetos onde o organismo regional pôs as mãos, direta ou indiretamente, a situação é insustentável, de modo que se não existissem as iniciativas isoladas o Estado estaria em muito pior situação econômica. Mais de 70 por cento dos projetos industriais e agropecuários que foram aprovados pela SUDENE e que receberam os seus incentivos fiscais e financeiros se encontram em situação de insolvência, depois de muitos deles terem passado de mão em mão, em operações nem sempre muito claras. Os poucos empreendimentos incentivados que resistem, estão em constante crise, sobrevivendo pelo idealismo e abnegação dos seus dirigentes, o que se explica pela dificuldade natural que uma indústria daqui encontra ao concorrer com uma similar do Centro-Sul.

O Governo do Estado, que na administração passada e na atual tem relegado a sua política de desenvolvimento a um plano inferior — quem sabe, à espera de que a SUDENE se encarregue de programar e atrair investimentos para a região —, se limita a manter em funcionamento um Banco de Desenvolvimento que repassa dinheiro de terceiros a juros altos, e uma Secretaria de Indústria e Comércio que existe só para justificar a contratação de projetos que nunca saem do papel.

Diante disso tudo, o Estado experimenta uma fase de estagnação da sua economia, sem ter ao seu alcance os meios de superá-la. A arrecadação se torna, a cada ano, mais irrisória. Há dez anos atrás, a receita de ICM do Rio Grande do Norte dava para atender às despesas do pessoal, embora naquele tempo a maioria das nossas indústrias estivessem em pleno gozo de isenções totais ou parciais desse imposto. Hoje, quando as isenções terminaram, o Estado arrecada menos do que paga ao funcionalismo, tendo que lançar mão de recursos do Governo Federal para completar sua

folha, prejudicando assim os programas de investimento.

Para se ter uma idéia precisa do fracasso da SUDENE, é bom citar o fato de que, depois de 20 anos de atuação, o órgão continua enfrentando a seca como uma situação de emergência. Todo estudante primário, de qualquer parte do País, sabe que a seca é um problema cíclico, quase que permanente, da região nordestina. Mas a SUDENE nunca se preparou, a não ser com «planos de emergência», para enfrentá-la.

Desenvolvimento pressupõe a necessidade de pesquisa aplicada, e o órgão encarregado de superintender o desenvolvimento nordestino nunca deu prioridade a essa atividade. Não se pode apontar a melhoria do desempenho de nenhuma cultura (no setor agrícola, por exemplo), que nesses 20 anos tenha sido decorrência do trabalho científico da SUDENE. Ela restringe os seus estudos a campos não prioritários, ainda assim de forma superficial e apenas eventual.

Com o passar dos anos, a boa idéia que deu origem à SUDENE foi esvaziada, a partir da repartição do bolo dos incentivos com outras áreas e outros setores da economia nacional. Depois a política de benefícios fiscais transformou-se em sinônimo de corrupção. De lá para cá, o órgão se perdeu. Está hoje transformado num auditório de luxo onde, uma vez por mês, os governadores da região desfilam lamúrias diante de um ou outro ministro de Estado que comparece ao Conselho Deliberativo, em visita de cortesia.

Voltamos a insistir: se o Governo Federal tem mesmo a disposição de equilibrar o desenvolvimento das diversas regiões brasileiras, precisa urgentemente extinguir a SUDENE antes que ela amplie a sua nocividade, como instrumento da desarrazoada intervenção estatal na economia. Em lugar da SUDENE, basta que sejam criados incentivos reais para quem deseje investir no Nordeste, como por exemplo a total isenção de tributos federais por um prazo de 20 anos. Sairia mais barato e a região atrairia, em apenas um ano, mais investimentos do que recebeu nos 20 anos de SUDENE!

“ECONOMIA DE GUERRA” JÁ ESTÁ CHEGANDO AO RIO GRANDE DO NORTE

O designativo para a emergência não poderia ser mais oportuno: Economia de guerra. Partindo-se desse extremo, pode-se imaginar a crise econômica que o País atravessa, decorrente da própria crise energética mundial. No Rio Grande do Norte, os primeiros sintomas da nova palavra de ordem do Governo Federal já começam a aparecer, sob a forma de prejuízos e paralisação nas indústrias, principalmente as que usam derivados de petróleo.

Em face da crise mundial de petróleo, cuja instabilidade de preços é um dos mais ativos componentes inflacionários no Brasil, o Governo pretende desestimular e freiar o consumo da gasolina e do óleo combustível. Atualmente, o País importa 1 milhão de barris diários e a produção interna representa apenas 20% de nossas necessidades. Mesmo admitindo um excepcional crescimento na produção nacional de petróleo, ainda não seremos capazes de nos compatibilizá-la com as necessidades de consumo — porque, em matéria de petróleo, as projeções só contabilizam resultados credores a longuíssimos prazos. E racionar o produto, contendo o consumo para atingir a meta de auto-suficiência, significaria recessão na economia — e a vitória energética poderia significar uma derrota econômica para o País.

A convocação do Presidente João Figueiredo no sentido de que o País adote uma «economia de guerra», deixou apreensiva a maioria dos empresários — principalmente industriais e empresários de transportes, que já sofriam, desde o início do ano, limitações nas suas cotas de combustíveis e que, nos últimos 90 dias sofreram nova redução nas cotas, da ordem de 10 a 14%. A solução viabilizada pelos industriais é a de substituir a fonte de energia — do petróleo para a energia elétrica —, mas a alternativa ainda não



Garibaldi Alves, da Indústria Têxtil Seridó, reclama os grandes prejuízos que a fixação de cotas de óleo combustível está causando à empresa.

convence dado ao alto custo da energia elétrica do Nordeste. As empresas de transportes de cargas, que possuem veículos pesados, embora não tenham sofrido redução no fornecimento, temem que, agora, esta medida seja adotada. Os empresários de transportes de passageiros, apesar das cotas de consumo, estão tranquilos porque acreditam que o Governo não desacelerará a produtividade nacional e até estimula a

população a utilizar-se dos ônibus, daí porque, face a este último argumento, estão tranquilos.

ENERGIA ELÉTRICA — A Indústria Têxtil Seridó S/A, do grupo UEB, que opera com algodão e fibras de poliéster, movimenta suas cinco caldeiras de dez toneladas/vapor/hora, com um consumo médio diário de 37 toneladas de óleo combustível, o que perfaz um consumo mensal da ordem de 956 toneladas. Desde há 90 dias, sua cota mensal foi reduzida para 822 toneladas por mês. Em junho, por causa disso, a fábrica ficou paralisada duas vezes.

Garibaldi Alves, diretor-administrativo e financeiro da Indústria, mostra as conclusões financeiras dessa paralisação:

“Nossa Indústria funciona 24 horas por dia. Fomos obrigados a parar duas vezes porque as caldeiras secaram. Com isso, 1.340 empregados não trabalharam, acarretando um prejuízo de quase 3 milhões de cruzeiros”.

Por este motivo, tanto Garibaldi quanto Antônio de Menezes Taixo, gerente de compras da Seridó, acreditam que a solução está na mudança do sistema de combustão das caldeiras, substituindo-o por energia elétrica. Taixo relembra que na implantação da Indústria o uso da energia elétrica para esse fim nem foi cogitado porque ela era muito cara:

“Quando a firma foi implanta-

da — em meados de 1976 — não se pensou em movimentar as caldeiras com energia elétrica. Tudo foi projetado para utilização do óleo combustível. A alternativa da utilização do óleo foi adotada porque era muito mais barata do que a energia elétrica”.

Entretanto, agora, a situação se inverte face à escassez de derivados de petróleo. Os executivos da Indústria Têxtil Seridó fazem questão de frisar o detalhe da escassez e não de preços, porque argumentam que a energia elétrica do Nordeste é a mais cara do mundo. E exemplificam: mesmo movimentando suas cinco caldeiras com óleo combustível, pagam mensalmente à COSERN cerca de Cr\$ 2 milhões, referentes ao consumo de energia nos demais setores da empresa. Relembram recente discurso de César Cals, ministro de Minas e Energia, em São Paulo, em que este admitia uma elevação de custos na substituição do combustível para a energia elétrica, mas enfatizava que já era hora do País começar a viver uma nova realidade.

INCENTIVOS PARA A SUBSTITUIÇÃO — A Companhia Energética de São Paulo (CESP), por determinação federal, fornecerá energia elétrica para consumo industrial a preços subsidiados. A primeira indústria que aderiu ao sistema de substituição de óleo combustível por eletricidade foi a Champion Celulose S. A., que já entrou com proposta à CESP.

Os empresários norte-riograndenses querem ter o mesmo tratamento. A maioria das indústrias aqui instaladas já possui redes elétricas de alta tensão a poucos metros de suas caldeiras. A ligação é a operação mais fácil; difícil é manter o desempenho financeiro assumindo custos tão elevados. Sua proposta se resume na redução do preço do quilowatt/hora.

O ministro César Cals, não obstante propor a substituição do óleo combustível por energia elétrica, fez uma advertência: a capacidade instalada de energia elétrica no País ainda é pequena. Só em São Paulo,



Eudo Costa, gerente da Empresa Nápoles, diz que há desperdício de combustível por falta de planejamento viário.



Hermes Araújo reclama a falta de diálogo e as decisões de cima para baixo.

se as indústrias estaduais, em sua totalidade, resolverem adotar a alternativa da energia elétrica, a CESP prevê uma demanda extra, além do consumo projetado, de cerca de 600 mil quilowatts.

A situação do País inteiro beira esta realidade. Só depois de 1981, com a ativação da Hidrelétrica de Itaipu, teremos condições de suprir a defasagem entre a capacidade instalada e as necessidades de consumo industrial. Mas, e até lá? E durante os três anos que nos separam da suficiência?

Desaquecer a economia, desaquecendo a produtividade, não parece ser propósito do Governo, exatamente na hora em que este releva a importância do movimento de exportações. Entretanto, a crise energética que poderá incidir sobre as indústrias poderia significar recessão.

TRANSPORTES — A União de Transportes Ltda. (UNITRAN), uma das principais empresas do ramo de transportes de cargas em Natal, possui, atualmente, 40 carretas — com capacidade de 20 toneladas, cada uma —, um «Euclides» (caminhão

utilizado para transportes de cargas individuais de até 40 ton.), além de muitos veículos leves. O consumo médio, por veículos, é de 2,5 litros de óleo diesel por quilômetro rodado. Cada veículo percorre, em média, 12 mil quilômetros por mês. Os transportes de cargas ainda não estão sofrendo a limitação da «cota», mas — conforme explicou Herbert Costa Borges, diretor da empresa — se houver racionamento ou limitação no consumo, a empresa terá de reduzir o número de viagens. Consequentemente, o preço dos fretes deverá ser aumentado para fazer face à nova realidade econômica das empresas de transportes de cargas.

“No Brasil, 80% do transporte de cargas é realizado por via rodoviária. Nos países europeus, existe estruturas portuária e ferroviária, o que lhes dá grande vantagem; para nós, entretanto, ainda não existe outra opção. Implantar um sistema ferroviário de maneira extensiva é muito dispendioso e o Governo se sentirá economicamente se ousar este investimento” — esclarece Herbert Borges”.

De acordo ainda com declarações



José Dantas de Moraes, da MARCOSA, revela que os compradores de máquinas e equipamentos agrícolas estão retraídos, à espera de novidades.

do empresário de transportes de cargas, houve, nos bons tempos, oportunidade para que o Governo investisse em uma estrutura ferroviária moderna, economicamente mais viável do que os transportes rodoviários. Entretanto, hoje, com a contenção dos próprios investimentos públicos por causa da crise, Herbert não acredita que seja uma boa solução começar a mudar o sistema. E arremata:

“Ainda há um problema, do ângulo do usuário de transportes de cargas — embora não reparável: é que o trem não deixa as mercadorias no endereço do cliente”.

Mas, para Herbert, há um problema bem maior do que as simples considerações econômicas:

“A economia de guerra a que se propõe o Governo poderá colocar em situação difícil cerca de 800 mil carreteiros em todo o Brasil. Quem tem menos opções para mudanças, somos nós, os transportadores. Não conheço outro meio de fazer mover um motor a óleo, senão o próprio produto para o qual foi projetado”.

Conclui Herbert Borges dizendo



Herbert Costa Borges, da UNITRAN, antevê grandes aumentos nos preços dos fretes com as medidas do Governo.

que a hipótese de racionamento de óleo combustível deverá ser repassado à indústria, que tem fontes alternativas de energia — desde energia elétrica e lenha, até a energia solar — o que não ocorre com os transportadores.

COMÉRCIO DE VEÍCULOS — Há notícias de que o Governo limitaria as viagens de transportes de cargas. Um veículo só poderia contratar um frete se tivesse contratado o retorno, para que não voltasse vazio.

Herbert Borges considera a medida — se adotada — irracional, porque a carga Sul/Nordeste é uma certeza. Difícil é conseguir o inverso, daí porque esta medida poderia valer para o Sul do País, nunca para o Nordeste. O relações públicas da UNITRAN, Francisco Augusto Pinheiro, complementa o raciocínio de Herbert, oferecendo o exemplo das carretas de veículos:

“E as carretas de transporte de veículos, que foram concebidas apenas para este tipo de transporte? Ao que nos consta, não existe nenhuma fábrica de automóveis no Nordes-

te”.

Enfatiza como única solução, o aumento do custo de frete para fazer face à redução das viagens, em decorrência da restrição no consumo do óleo.

A empresa MARCOSA S. A. — Máquinas e Equipamentos, já se ressentiu das implicações na redução de combustíveis. O gerente geral da empresa, José Dantas de Moraes, registra um declínio nas vendas das últimas semanas:

“O cliente está com receio de comprar, enquanto não souber na íntegra o que significa a «economia de guerra» a que se propõe o Governo”.

E com isto, o gerente da MARCOSA entende que os revendedores de tratores estão sendo diretamente prejudicados. A MARCOSA opera na vendagem de equipamentos para terraplenagem e agricultura. Os tratores que revende consomem de 11 a 40 litros por hora de serviço. Há dois meses as vendas vinham decrescendo e agora a situação se agravou porque as próprias empresas que trabalham sistematicamente com tratores estão obrigadas à limitação da cota.

“A situação é difícil” — argumenta José Dantas. “Se, por um lado, é justo que o Governo ponha em prática sua estratégia econômica, procurando cada vez mais racionalizar o consumo de petróleo, por outro, como poderá aumentar a produtividade agrícola, meta anunciada pelo Ministério da Agricultura, se as máquinas agrícolas estão deixando de ser vendidas em face das limitações no consumo de derivados de petróleo?”

TRANSPORTES COLETIVOS — A posição dos empresários de transportes de passageiros, embora a expectativa de novas posições os atemorize, é de relativa tranquilidade. A massa de publicidade veiculada pelo Governo estimulando a utiliza-

ção de ônibus é animadora para o setor. Entretanto, consideram de vital importância certas colocações:

“Deve ser procedido um reexame no comportamento do tráfego dos ônibus nas cidades. Problemas tais como o congestionamento das vias de tráfego, a velocidade comercial, o estabelecimento de percursos racionais — tudo deve ser feito para evitar o desperdício” — são declarações do presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio Grande do Norte, Teodório Passos Sales. Para o líder empresarial, não basta apenas a redução do consumo, mas, medidas de correção na própria estrutura viária das cidades (no caso dos transportes urbanos) e das rodovias e acessos (no caso dos transportes intermunicipais).

O gerente da Empresa Nápoles, Eudo Costa, concorda com Teodório, exemplificando, no caso concreto de Natal, o que considera uma aberração:

“Cerca de 30 ônibus de nossa

empresa que fazem a linha pela Praça Cívica, têm de descer até o Baldo para chegar à Cidade Alta. Com isso, cada veículo passa por este local dez vezes por dia. E o percurso é de quase 3 quilômetros. No final do mês, terão sido consumidos desnecessariamente uma média de 2 mil e 500 litros de óleo diesel”.

A Confederação Nacional dos Transportes Terrestres distribuiu recentemente um Memorial a todos os sindicatos da categoria, convocando os empresários a se associarem às iniciativas do Governo, objetivando a racionalização do consumo de combustível. Nesse documento, são relacionadas as principais causas do desperdício de combustível e diretrizes de circulação dos veículos, por exemplo, de velocidade comercial — que deve ser de 20 quilômetros horários contra 10/15, que é a média natalense.

“Já que somos a principal clientela da Prefeitura, vez que, além de concessionários de um serviço público do município, exercemos um pa-

pel preponderante no transporte de massa, deveríamos ter acesso às decisões municipais que tratassem da reformulação no sistema de transportes e sistema viário do município” — opina Hermes Araújo, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Natal e conselheiro do Sindicato das Empresas de Transportes, além de membro do Conselho Estadual de Trânsito. E ele mesmo justifica sua opinião: *“Se fôssemos ouvidos, poderíamos aliar a nossa experiência com o planejamento governamental”*.

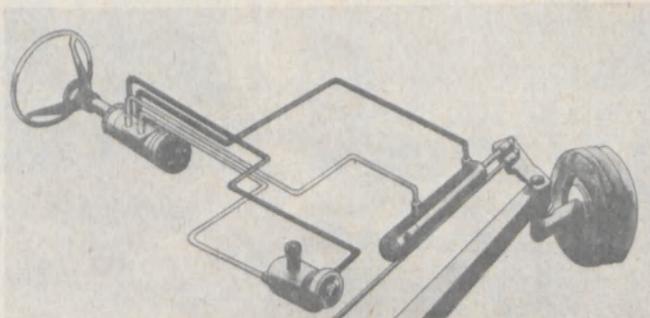
Entretanto, segundo Hermes Araújo, *“nem somos cientificados das decisões do prefeito, quando muito, somos «sugeridos» à acatá-las, mesmo que isto contrarie os interesses da atividade”*.

Sem a união dos interesses do Governo e dos empresários, para Hermes, é impossível pensar em racionalizar o sistema de transportes de massa *“e assim, o consumo de combustível”*.

Com Direção Maxidrive, manobrar não requer tanto esforço quanto parece.



Não importa o peso do veículo ou as adversidades do terreno. Permitindo que a ligação entre a direção e as



rodas seja feita apenas hidraulicamente, o revolucionário sistema Maxidrive é formado por uma direção hidrostática comandada facilmente através do volante, proporcionando assim uma resposta imediata ao comando da direção, sem exigir nenhum esforço por parte do operador.

EQUIPADORA
LÁZARO

Uma organização IVANILSON ARAÚJO

LOJÃO Nº 2

Av. Salgado Filho, 1841
Tel.: 231-1010
59.000 — NATAL-RN



A ONDA DE GREVES PREOCUPA PATRÕES E EMPREGADOS

A inflação desenfreada, a queda violenta do poder aquisitivo dos salários da classe trabalhadora e a tolerância que a abertura política está demonstrando ter para com os movimentos reivindicatórios, são fatos que estão trazendo de volta as greves e o clima de intranquilidade ao sistema econômico do País. Homens ligados à administração pública, às entidades da classe patronal e aos sindicatos de trabalhadores no RN dão suas impressões sobre o problema.

A greve é um dos direitos assegurados ao trabalhador. Entretanto, para conquistá-lo, os trabalhadores deverão atender a uma série de requisitos, sem os quais a greve é considerada ilegal e portanto passível de medidas punitivas por parte do Governo. Até hoje no País, apenas os professores da rede particular de ensino do Rio de Janeiro conseguiram deflagrar uma greve legal, tal a dificuldade em atender às exigências da lei.

Apesar dos impedimentos, nunca se fez tantas greves no Brasil, em tão pouco tempo como agora, envolvendo-se categorias profissionais tão diversas. Alguns afirmam que o fato se deve a dois fatores combinados: o longo período de Governo autoritário, cuja repressão a movimentos paredistas deu lugar a uma abertura democrática — este seria o elemento subjetivo; a outra causa, a mais objetiva, seria a política de congelamento de salários adotada pelo Governo Federal, como política de contenção inflacionária.

O LADO POSITIVO — A despeito dos enormes prejuízos causados à economia nacional — tais como desaceleração da produtividade — e da própria insegurança social promovida pela expectativa das consequências do movimento, a greve reabriu um canal de comunicação obstruído durante os últimos anos, que é um dos melhores indicativos da coexistência entre os fatores do capital e



Jeremias Soares, delegado do Trabalho, vê a greve como um direito.

do trabalho, restabelecendo o diálogo democrático entre patrões e empregados.

As lideranças sindicais não estão certas quanto às franquias que lhes foram asseguradas, principalmente o direito de greve, e exemplificam no fato de que as organizações sindicais são tuteladas pelo Governo, tolhendo-lhes a liberdade de se organizarem por modelos próprios, além da própria greve deflagrada em conformidade com a lei ser quase

impossível, tal o volume de condicionamentos impostos para seu exercício.

MOVIMENTOS CLANDESTINOS — Mesmo assim, no ABC paulista, os metalúrgicos conseguiram mobilizar cerca de 300 mil operários na maior greve — sem precedentes no País — de uma só categoria profissional ocorrida no Brasil em todos os tempos. E mais: os reflexos dessa greve, considerando-se o tratamento dispensado pelo Governo, animou outras categorias profissionais a se organizarem em movimentos reivindicatórios, nem sempre vitoriosos, como no caso da greve dos jornalistas de São Paulo. Por extensão, categorias como a dos professores, motoristas e cobradores de ônibus e até funcionários públicos, também se mobilizaram pleiteando o eterno motivo de todas as greves: o aumento de salários.

Do ponto de vista do empresariado, vingou a compreensão de que esses movimentos teriam de ser suportados e até se deveria buscar fórmulas de prevenção ou, na hipótese definitiva, de convivência com esta realidade. Ressaltam sempre, entretanto, que nessa fase de transição e de desaquecimento da economia que o País atravessa, os movimentos grevistas agravam as dificuldades e retardam uma breve recuperação econômica nacional.

RN/ECONÔMICO ouviu um líder empresarial do Estado, presi-

dente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, Alcides Araújo, o delegado do Ministério do Trabalho, Jeremias de Oliveira, o professor Aluizio Machado Cunha, especialista em recursos humanos, e um líder sindical, cuja entidade coordenou recentemente uma greve por salários, no âmbito de Natal, Manuel Francisco Pereira — presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Rio Grande do Norte. Suas conclusões refletem a visão dos diversos fatores envolvidos na produção: o empresário, o Governo, a tecnologia e o trabalhador.

POLÍTICA E TECNOLOGIA — O Rio Grande do Norte não tem tradição grevista. Sempre foi um Estado equidistante da maioria dos movimentos reivindicatórios nacionais. Entretanto, este ano, dois movimentos contrariaram essa tendência: a greve dos professores da rede oficial de ensino e a greve dos motoristas e cobradores de ônibus. O Governo do Estado, severamente atingido — e batido, politicamente — no primeiro episódio, reabilitou-se no segundo, conseguindo que o movimento se esvaziasse a partir da pressão exercida sobre os empresários de ônibus para que as reivindicações dos motoristas fossem aceitas.

A opinião do delegado do Trabalho, Jeremias de Oliveira, como não poderia deixar de ser, é eminentemente legalista:

"A greve é um instrumento de defesa do trabalhador. Entretanto, é a lei quem diz se o trabalhador tem ou não direito à greve, porque a greve é também um recurso da lei. Contudo, a greve só deve ser usada como instrumento após se exaurirem todas as possibilidades de diálogo. Acho que a lei foi instituída para ser cumprida".

Indagado sobre as conclusões das greves ocorridas em Natal, ele responde:

"Não dá para fazer um diagnóstico. Não posso assegurar se os grevistas natalenses estão apenas copiando ou se estão conscientes. Mesmo reconhecendo que a classe trabalhadora é e sempre foi sofrida,



Aluizio Machado acha que existem meios preventivos contra a greve.

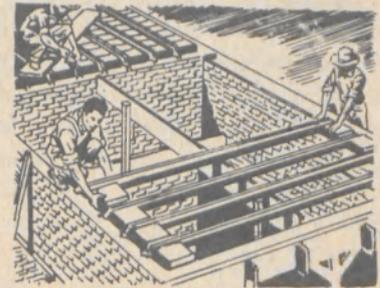
acho que a greve deve sempre procurar seus direitos dentro da ordem. As greves dão sempre grandes prejuízos à Nação, além de possibilitar uma reação em cadeia que só traz dificuldades".

Sem considerar as influências políticas, o professor Aluizio Machado Cunha, que também exerce função executiva no grupo Guararapes, acredita que *"as greves se constituem no ponto final de entendimentos entre patrões e empregados, os quais, não chegando a bom termo no que tange à expectativa de propostas de ambas as partes, indicam à classe que reivindica um único caminho. Seus efeitos, entretanto, são maléficos para a empresa e para os próprios empregados envolvidos, como também para a comunidade que às vezes sofre o efeitos da paralisação de certos serviços considerados essenciais".*

Segundo ainda Aluizio Machado, *"dois fatores influem de maneira fundamental para que as relações empregador/empregado possam manter-se em nível aceitável de entendimento, que são: as antecipações de medidas administrativas — um conjunto de providências que reduzem ou eliminam o grau de insatisfação no trabalho — que favo-*



**economia,
simplicidade
e qualidade.**



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.



A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

recem ao diálogo, pelo pressuposto de que as reivindicações fundamentais foram esvaziadas, remanescendo propostas adjetivas que serão discutidas num mesmo nível. Segundo: a ação interna de órgãos como o de Relações Industriais que, na qualidade de responsável pelo planejamento, organização e integração dos recursos humanos da empresa, e mais, de contato com as associações de classe, pode sentir e orientar a direção da empresa, como conduto do fluxo bilateral empregado/empregador, antecipando muitas vezes a tomada de decisões sobre problemas que poderiam derivar para movimentos grevistas”.

CAPITAL E TRABALHO — Considerando inicialmente a greve como última instância para o trabalhador conseguir suas reivindicações, o presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, Alcides Araújo, afirma:

“A classe empresarial está sensível aos anseios dos trabalhadores. Se não tanto quanto eles aspiram, pelo menos dentro das possibilidades de cada empresa. É bem verdade que os trabalhadores precisam se especializar, municiando-se assim, pela própria qualidade do seu trabalho, para pleitear aumentos e pisos salariais, pois é do conhecimento público que um bom profissional integrado a uma categoria profissional especializada, pode pleitear, como piso salarial para sua categoria até, por exemplo, cinco vezes o salário-mínimo”.

Para Alcides Araújo, a política de salários é regida também pelas leis de mercado — de oferta e procura. Ele demonstra sua tese, de maneira informal:

“Sem querer equiparar o trabalho a uma simples mercadoria mas apenas utilizando esta imagem para exemplificar, vejamos o seguinte resultado: admita-se uma empresa bem posicionada economicamente, que tem carência de trabalho qualifi-



Para Alcides Araújo, greve é sinal de democracia, mas não deve ser usada abusivamente.

cado para aumentar sua produtividade — aí então teremos o primeiro elemento, a procura. Oferta-se um contingente profissional bem qualificado e, entre si convencionam um piso salarial maior que o salário-mínimo, considerando suas próprias qualificações profissionais. O empresário aceita porque necessita desse apoio. A partir de então, o diálogo salarial será feito à base de maior ou menor produtividade, pois interessa tanto ao patrão quanto ao empregado o desempenho econômico da empresa, pois não apenas a gerência dos negócios interessa à produtividade, mas à qualidade do trabalho envolvido”.

Manuel Francisco Pereira, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Rio Grande do Norte, um dos sindicatos grevistas deste ano, salienta:

“A greve para ser justa, tem que ser a expressão da palavra. A gente deve ter o direito de usar a palavra e dizer o que sente. Acho que a greve deve ser usada como arma de raciocínio e lógica e com boa vontade de princípios. Ela não deve ser usada como arma de pressão. Os operários e patrões podem viver pacificamente porque o trabalho abre lugar para a

mão-de-obra e a mão-de-obra preenche o trabalho”.

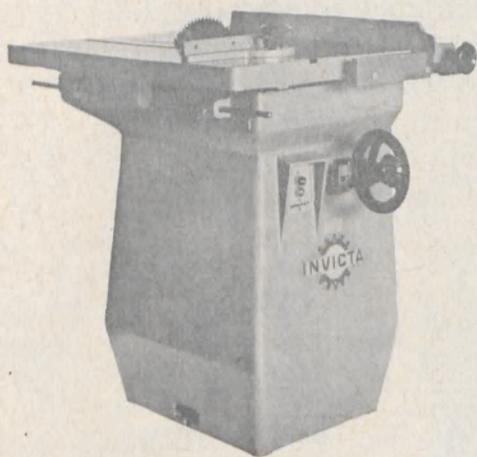
ARMA, DIÁLOGO E DEMOCRACIA — Segundo Alcides Araújo, “a greve é uma arma permitida dentro da democracia. Agora, entendemos que ela tem dois sentidos distintos: primeiro, aquele que reivindica um direito; o outro, abusivo, tem o sentido de coagir, intimidar, pressionar ilegalmente”.

Já Manuel Francisco acha que “a greve sempre foi uma arma do trabalhador. Resta apenas, para melhor definição do direito, que os trabalhadores tomem plena consciência do seu sentido”.

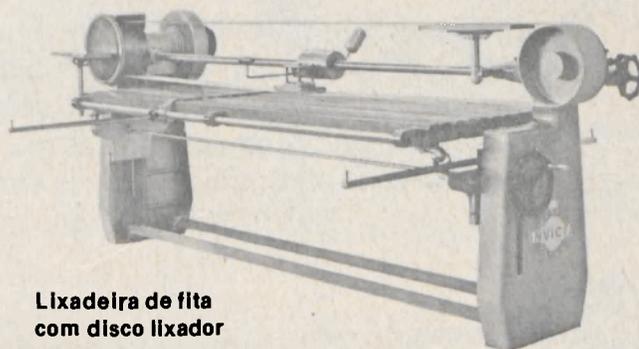
Aluizio Machado entende que a greve não é irreversível — e aponta a melhor saída: “O diálogo direto e continuado entre os fatores de produção, em busca do acasalamento das pretensões salariais e outros direitos. Fugir desse esquema, formando zonas de silêncio ou barreiras às comunicações, significará a vitalização de uma atmosfera propícia aos desentendimentos das partes e — aí sim — o inevitável caminho para a greve”.

De resto, fica consagrada a idéia de que as greves representam o último recurso dos trabalhadores — é um instrumento, portanto, que deve ser utilizado com moderação, esgotadas todas as propostas de diálogo. E mais, apesar da legitimidade — que é emprestada pela própria lei ao instituto — há um interesse maior do País empenhado em sua reconstrução econômica, afligido que foi pela crise mundial. Aos empresários, fica o recurso do diálogo, para evitar o extremo. Aos trabalhadores a exata compreensão de que o momento não é difícil apenas para sua categoria, mas para a própria conjuntura econômica nacional, aí se envolvendo todos os fatores de produção. Só a exata compreensão da conjuntura e o diálogo podem propiciar a harmonia necessária ao reexame do momento sócio-econômico, revelando soluções e não a geração de novos problemas.

Estão em Queiroz Oliveira os melhores máquinas para serrarias e marcenarias.



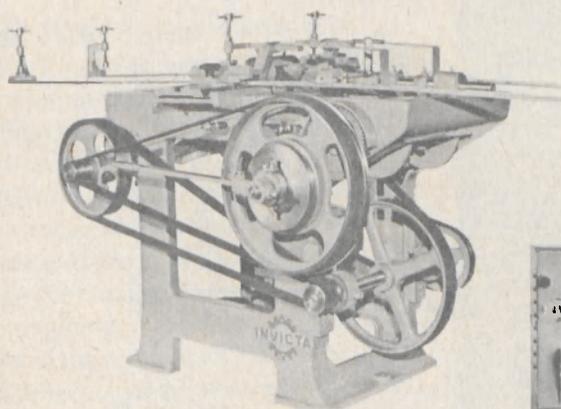
Serra circular com
mesa móvel blindada



Lixadeira de fita
com disco lixador



Furadeira horizontal



Furadeira automática
para venezianas



Torno manual com suporte
graduável, blindado



QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

Av. Rio Branco, 185 NATAL

R. Cel. Gurgel, s/n MOSSORÓ

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI

A SECA E A LAGARTA DESTROEM 60% DA SAFRA ALGODOEIRA

O algodão, produto básico da economia do Rio Grande do Norte, vive hoje os seus momentos mais difíceis. Prejudicado pela falta de qualquer tipo de estímulo oficial, pelo clima de seca que este ano castiga as regiões produtoras, pela praga de lagartas que devora os algodoads e pela fixação dos preços mínimos em níveis absolutamente insatisfatórios, o outrora «ouro branco» está agonizando.

Em episódios recentes de estiaagem, praga, vento e frio, a expectativa de produção do algodão no Rio Grande do Norte reduziu-se a números alarmantes. Acrescente-se à queda da produção, a baixa produtividade obtida pelo setor, que se ressentem de tecnologia que — segundo os agricultores — deveria ser ofertada pelo Governo, a partir de pesquisas desenvolvidas pelos órgãos de assistência técnica oficiais. Mais ainda se ressentem os produtores de algodão, pelo fato de que os problemas que prejudicaram suas safras, geraram, em consequência, outras dificuldades. Sem produção suficiente para cobrir sequer seus custos, de nada adiantará a oferta de preços mínimos fixados pelo Governo — o que poderia ser uma saída para a colocação do produto.

Djalma da Cunha Medeiros, industrial e agricultor, desabafa:

“É a quarta vez consecutiva, neste ano, que a plantação de algodão é prejudicada pela lagarta curuquerê. Ninguém aguenta mais. E exatamente agora, quando está praticamente terminada a época das chuvas. Isto não é normal”.

E continua o agricultor, revelando que “o Estado do Rio Grande do Norte nunca investiu um centavo em pesquisas, embora sua receita tributária acuse uma participação do algodão de, pelo menos, 40%. O Estado de São Paulo — que já se curvou diante do Rio Grande do Norte na fa-



Djalma Medeiros não vê saída para o algodão do RN, a não ser que se invista em pesquisas.

se áurea do nosso algodão — mantém uma entidade, subvencionada pelo Governo Estadual, o Instituto Agrônomo de Campinas, que realiza pesquisas e experimentações de incremento à produtividade do algodão. Os resultados do algodão paulista bem atestam hoje a importância do trabalho desenvolvido por esta entidade: enquanto um hectare produz 2 mil quilos de algodão, em São Paulo — aqui, o melhor resultado

não excede 200 quilos, correspondente portanto a 10% da produtividade paulista”.

EMATER EXPLICA A PRAGA

— Félix Bezerra, assessor de fertilizantes da EMATER, atribui ao agricultor a culpa pelos prejuízos causados pela praga de lagartas no algodão:

“A lagarta curuquerê pode atacar em qualquer fase do desenvolvimento da planta, mas normalmente isto acontece na época de crescimento e de floração, prejudicando as folhas do vegetal. Em linhas gerais, a culpa é do agricultor, que só começa a combater a praga na segunda incidência. Dizem eles que o primeiro surto da lagarta é benéfico à plantação. Como o inverno deste ano foi escasso, deu tudo errado — pois com a chegada da curuquerê, a planta não teve tempo de se refazer”.

O algodão arbóreo é plantado de janeiro a março e a incidência da praga acontece geralmente de fevereiro a maio. Enquanto isto, o algodão herbáceo é plantado de abril a maio e a praga o ataca entre os meses de junho e julho. Como a predominância é do algodão herbáceo, pode-se constatar o comprometimento da safra de 1979.

Relembrando os ensinamentos do falecido Dr. Carlos Faria, considerado o maior técnico em cotonicultura de todos os tempos, no Estado, diz Djalma Medeiros que “só se tem

boa safra de algodão se, no mínimo, chover 4 meses com regularidade, continuidade e boa distribuição. Ocorrendo esses elementos, a praga da curuquerê não compromete tanto a plantação”.

O COMPROMETIMENTO DA SAFRA — Kleber Bezerra, engenheiro, empresário, plantador de algodão, acha que é muito cedo para se especular sobre a queda da safra — mas garante que toda a produção do Estado está comprometida. Onde quer que se plante algodão no Estado — Mato Grande, Seridó, Trairi — houve problemas, acarretando «quebra» da safra, segundo Kléber. *“Quando choveu numa região, no dia seguinte ali era considerado seco. Quando a lagarta desaparecia numa região, no dia seguinte atacava outra região. Este ano foi tudo irregular e desfavorável ao plantador de algodão”.* Admite Kléber, entretanto, que a previsão de produção para este ano seria alguma coisa em torno de 12/15 mil toneladas para algodão em pluma.

Perguntado sobre a produtividade da agricultura algodoeira no Estado, declara Kléber Bezerra que a EMATER poderia contribuir mais do que efetivamente contribui, mas releva a culpa do próprio agricultor:

“O estágio cultural do homem do campo faz pressupor que a assistência técnica deva ir até eles, e não o contrário. O agricultor, infelizmente, ainda está arraigado aos sistemas tradicionais de plantação e geralmente é refratário à qualquer inovação”.

Concluindo, Kléber Bezerra considera vital a contribuição da EMATER, como órgão de apoio ao agricultor, mas se queixa das limitações da assistência e convoca o órgão a ir procurar o homem do campo, e não esperar que este venha procurá-lo.



Kléber Bezerra: “O estágio cultural do homem do campo faz pressupor que a assistência técnica deve ir até ele, e não o contrário”.

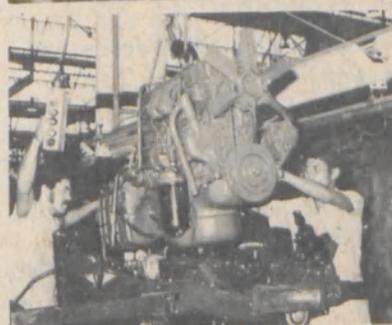
ços mínimos do produto, fixados pelo Governo, são considerados bons — mas não compensariam os

prejuízos dos agricultores, porque não existe produtividade suficiente e, no final, o resultado será sempre

Só a DIVEMO assegura melhor assistência técnica ao seu Mercedes-Benz

Com uma boa assistência técnica, a qualidade dos produtos Mercedes-Benz se mantém por muitos e muitos anos. Em Natal, a DIVEMO garante um ótimo serviço de manutenção e assistência, através da sua oficina autorizada, com mecânicos treinados na própria fábrica. Além disso, a DIVEMO só faz reposição com peças genuínas.

Acostume-se a procurar a oficina da DIVEMO e ganhe a certeza de uma vida longa para seu Mercedes-Benz.



Divemo S.A. Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101 — Km 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 — Natal-RN.

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 561 — Alecrim — Fone: 222-2822
Natal-RN — Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN



Apesar de alguns agricultores terem feito a pulverização dos algodoads, a lagarta curuquerê continua atacando as plantas, reduzindo a safra.

desastroso para os plantadores.

Djalma Medeiros acha que o Governo Federal fez o possível:

“Imagine que 14 cruzeiros pagos por quilo de algodão é dinheiro que não acaba mais. Mas, aplicados aos nossos resultados produtivos é quase nada”.

Estabelece ele comparações com outros centros produtores:

“Por terem feito pesquisas, Israel produz 5 mil quilos por hectare; Estados Unidos, 3 mil; São Paulo, 2 mil. Em períodos excepcionais, chegamos a 200 quilos por hectare. Este ano, talvez não cheguemos aos 50 quilos”.

Assim, mesmo com os preços mínimos garantidos pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) — considerados satisfatórios — o agricultor não está querendo vender seu produto à Comissão

de Financiamento da Produção do Banco do Brasil, pelo baixo resultado da produção. Esperam forçar a alta dos preços de mercado pela escassez do produto, operação considerada viável pela maioria — pelo menos no mercado interno do Estado — atendendo aos pressupostos da lei de oferta e procura.

MULTIPLICAÇÃO DAS SEMENTES — O Ministério da Agricultura, através da Secretaria da Agricultura do Estado, está multiplicando a oferta de sementes básicas do algodão, com vistas à substituição das variedades existentes. As sementes são originárias de estações experimentais da Paraíba e de Pernambuco.

A semente do algodão herbáceo, classificada como SU-0450 está sendo plantada numa área de 400 hec-

tares, enquanto que as duas variedades arbóreas (SI-20 e BUCK C-71) estão sendo plantadas numa área de mil hectares. Segundo Félix Bezerra, da EMATER, estas sementes se destinam à próxima safra, garantindo assim uma melhoria genética do produto, além de incremento quantitativo.

Não obstante, ainda este ano — conforme o agrônomo da EMATER — a quantidade de sementes será aumentada, com expansão da área cultivada. O programa de aplicação das sementes, está assim orientado: o herbáceo será plantado no Agreste e o arbóreo no Seridó. A plantação está confiada à Secretaria de Agricultura. *“Com esta multiplicação de sementes a produção e a produtividade do Rio Grande do Norte, a médio prazo, serão sensivelmente melhoradas”* — acredita o agrônomo Félix Bezerra.

GUARARAPES CONCLUI E INAUGURA SEU COMPLEXO INDUSTRIAL EM MOSSORÓ



Com a inauguração do Núcleo Social, as instalações da Guararapes em Mossoró passam a ocupar uma área de 12.200 m², oferecendo 838 empregos.



Coube às senhoras Terezinha Rocha e Darci Monte deslaçar a fita simbólica da inauguração.



Diretores do grupo Guararapes, com seus familiares, estiveram em Mossoró para a inauguração do Núcleo Social da empresa. À frente, estava o diretor-presidente Nevaldo Rocha.

O grupo **Guararapes** concluiu e inaugurou dia 21 de julho a quarta e última etapa do seu complexo industrial na cidade de Mossoró, compreendendo o **Centro de Recursos Humanos** e o **Clube Social e Esportivo**. Agora, incluindo a fábrica que mantém 838 empregados, e mais o **Lojão do CIC (Centro Industrial de Confeções)**, a **Escola** e o **Núcleo Social**, o grupo **Guararapes** passa a ocupar em Mossoró uma área de 12.200 metros quadrados.

À solenidade inaugural compareceram vários diretores das **Confeções Guararapes S/A**, tendo à frente o diretor-presidente **Nevaldo Rocha**, que aniversariou naquela data e que foi alvo de homenagens. Em nome da direção do grupo, foi orador o ex-prefeito mossoroense **Dix-huit Rosado**, e em

nome da cidade falou o atual prefeito **João Newton da Escóssia**, seguindo-se um coquetel para os convidados.

A **Guararapes-Mossoró** já está produzindo diariamente 10 mil peças de confeções masculinas das etiquetas «**Free Port**» e «**Use**», que são comercializadas para todo o País, e já faz parte dos planos da diretoria da empresa, a médio prazo, ampliar a unidade mossoroense.

Além de **Nevaldo Rocha**, estiveram em Mossoró os seguintes diretores: **Francisco Nélio do Monte** (Guararapes-São Paulo), **Benedito Cleiton**, **Gilson Marcelino**, **José Cisneiros** e **Adair Chieso** (Guararapes-Fortaleza), **Nilson Rocha**, **Nelson Rocha**, **Sidney Gurgel** e **Francisco de Paula Brasil** (Guararapes-Natal).

AUMENTO DO PETRÓLEO É A SORTE DO SISAL

O mal de uns é a felicidade de outros. Com o agravamento da crise do petróleo, um produto agrícola que estava relegado, abandonado, sem nenhum estímulo oficial, volta a ter alta cotação. Trata-se do sisal, cujo preço mínimo estabelecido pelo Governo é de apenas Cr\$ 4,60, embora o produto já esteja sendo comercializado até a Cr\$ 9, acreditando-se que logo ele poderá alcançar até mais de 15 cruzeiros por quilo.

Enquanto os atuais preços da fibra do sisal oscilam entre 8 e 9 cruzeiros, os preços mínimos fixados pelo Governo se situam na faixa de Cr\$ 4,60. Por outro lado, a tonelada de pólio, matéria-prima para a fabricação da fibra sintética — principal concorrente do sisal — que custava 600 dólares, passou a custar o dobro, em decorrência dos reajustes no preço do petróleo. A hora, então, seria do sisal, que se pode ofertar como solução para o mercado de fibras, em decorrência do seu baixo preço e da sua característica de matéria-prima renovável. Mas isto não está acontecendo. O Governo, além de não garantir a estabilidade oferecida pelo mercado comprador, fixando seu preço mínimo como garantia, em valor equivalente, dividindo com o plantador o risco, não definiu nenhum tipo específico de subvenção ou insumo aos cultivadores, o que tem afastado inúmeros produtores agrícolas dessa atividade.

Quando os analistas econômicos se referem ao trato econômico dos problemas agrícolas, certamente se referem a esses caprichos governamentais. O produto é rentável, porque tem mercado e sua exploração permite uma boa margem de lucro. O investimento governamental teria retorno sob forma tributária e social, esta última com a recuperação econômica do setor primário, agora



O sisal, produto que inclusive já é industrializado no RN, reage no mercado internacional.

tão insistentemente perseguido. O que falta então para fortalecer esta excelente oportunidade econômica para o Nordeste? Apenas a iniciativa governamental. Alguns, entretanto, poderão questionar o «apadrinhamento» do Governo na iniciativa privada e até o diferenciamento do tratamento econômico. A resposta é segura e inquestionável: foi o Governo, através de agências de fomento regional quem dirigiu a es-

tratégia desenvolvimentista do Nordeste, para a industrialização, para o crescimento do setor secundário, desprezando as possibilidades agrícolas da região — e gerando, em oposição natural ao setor moderno que criava, um setor arcaico, tecnológica e economicamente carente. Daí porque o Governo é devedor remido da agricultura. A melhor oportunidade acontece exatamente quando ocorre uma reação positiva no



DUCAMPO

O Lojão da Agropecuária

mercado consumidor voltado a determinado produto agrícola, como no caso do sisal, que se viabiliza duplamente pela possibilidade de escoamento a curto prazo da produção agrícola e que se apresenta como substituto natural das fibras sintéticas — estas dependentes do petróleo, cuja crise está consumada. Como seria o caso do algodão.

OS PRODUTORES — Entre 1971 e 1974, os preços do sisal subiram extraordinariamente, dando ensejo a que a fibra pudesse competir com o similar sintético. Houve como que uma reconquista do mercado pelo sisal, a tal ponto que chegou a classificar uma perda de apenas 20% do mercado consumidor, considerando a melhor fase do produto. Atualmente, a procura está maior do que a oferta. Há compradores que se sujeitam a pagar preços diferenciados para adquirir a fibra. Entretanto, a matéria-prima está escassa porque os agricultores do setor, desestimulados, ou venderam suas terras, ou derivaram para novas espécies agrícolas. Seguramente, apenas as empresas beneficiadoras e exportadoras de sisal mantêm cultivo de matéria-prima — e assim mesmo, contidas pelos indicativos da recessão na venda do produto industrial.

O sisal é beneficiado aqui no Estado, por três empresas: Companhia Agro-Industrial Zabelê, com campos de cultivo no município de Touros e adjacências; CISAF — Companhia Industrial de Fibras; e CIBRASAL — Companhia Brasileira de Sisal, que se dedica apenas à fabricação de «baler twine».

No Rio Grande do Norte, a produção de sisal caiu de 23 mil toneladas em 1973, para pouco menos de 9 mil toneladas, em 1978. A produção atual é insuficiente para atender à demanda das três indústrias de beneficiamento, as quais, conjuntamente, têm capacidade instalada para absorver mais de 13 mil toneladas/ano. Para suprir a falta da matéria-prima, as indústrias estão comprando sisal na Paraíba e até na Bahia.

A PRODUÇÃO — Francisco



Dantas Guedes, da CISAF, mostra a queda de produção. No RN ela é da ordem de 60 por cento.

Dantas Guedes, diretor da CISAF, dedicado à indústria sisaleira há 17 anos, acha que há boas possibilidades de recuperação da atividade produtora de sisal no Estado:

“A situação atual do comércio de fibras de sisal é boa. Ruim é a produção que não consegue superar as necessidades internas do produto. A produção vem caindo no Brasil, desde 1974 e no Rio Grande do Norte essa queda chega a ser de 60%. Na Paraíba é menor o decréscimo verificado — que é da ordem de 30% —, enquanto que na Bahia está beirando a casa dos 50%, tomando-se por base a safra de 1973, cuja produção atingiu 180 mil toneladas confrontada com a previsão para 1978 de cerca de 100 mil toneladas”.

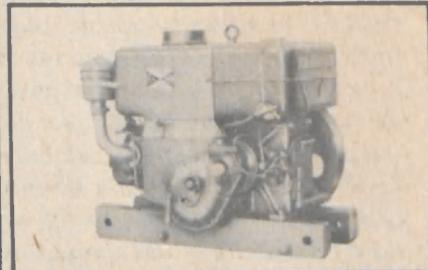
Para Dantas Guedes, o desacerto do setor deve ser debitado ao Governo:

“Debite-se esses resultados à política governamental, pouco inspirada no setor agrícola”.

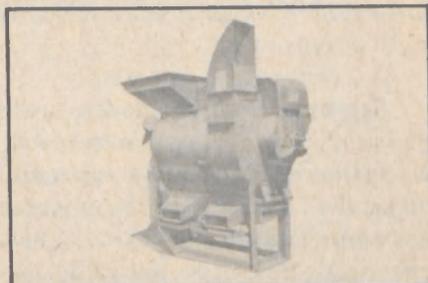
O diretor da CISAF enumera os seguintes fatores, como diretamente responsáveis pela queda de produção:

“Primeiro, os baixos preços do mercado, quanto a preços mínimos fixados pelo Governo — sem reajustes que acompanhassem de perto os índices inflacionários, conclusão a

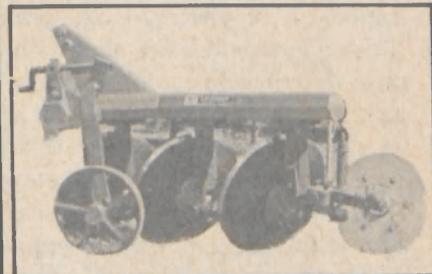
Motores “Yanmar”



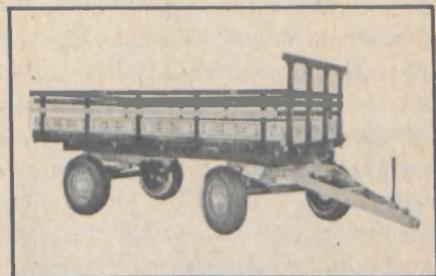
Batedeiras de Cereais “Laredo”



Arados “Lavromec”



Carretas “Fanavia”



FORAGEIRAS “Cremasco”



DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.

MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira
Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim
Fone: 222-4557 — Natal-RN.

INTERIOR: João Câmara — Nova Cruz — e Caloó

que se pode chegar, considerando-se que de 1974 a 1979 o aumento nos preços do produto atingiu um percentual de apenas 52%, o que demonstra uma defasagem desfavorável ao produtor se considerada o imobilismo dos preços mínimos; segundo, falta de assistência creditícia, verificada até 1976, quando a partir desta data foram estabelecidas duas linhas de crédito, ao encargo do Banco do Brasil, sendo uma para recuperações de plantações e outra para renovação dos plantios. Mas, a longa ausência de crédito, até então, já havia desestimulado os agricultores”.

Segundo Dantas Guedes, estas duas linhas de crédito têm se revelado inadequadas ao caso específico do sisal — pelas condições impostas aos empréstimos, opinião endossada por João Bosco de Carvalho, vice-presidente da Cia. Agro-Industrial Zabelê. Segundo o dirigente da Zabelê, a recuperação das plantações não propicia o reembolso do capital imobilizado e, em segundo lugar, a renovação dos campos só atinge até 50% da antiga área de plantio e, ainda assim, em duas etapas. Por outro lado, há uma exigência do agente financiador de que o tomador do empréstimo faça no seu campo a erradicação de uma área equivalente à que vai plantar, o que, segundo o diretor da Zabelê “é uma exigência absurda pois a erradicação traz dois inconvenientes ao produtor: é muito cara e o plantador ao investir neste sistema fica sem receita por mais de três anos — o tempo em que as plantas novas começam a produzir. Finalmente, embora o sisal não seja uma plantação muito exigente, a área de erradicação fica sem as condições anteriores de fertilidade”.

O MEDO DO GOVERNO — Com relação às providências do Governo no sentido de melhorar a produção sisaleira no Brasil, Dantas Guedes tem sua opinião firmada:

“Criou-se, na idéia das autoridades brasileiras, uma espécie de medo quanto às flutuações do mer-



João Bosco Amorim, da Zabelê, e Vânia Garcia Maia, da CIBRASAL, opinam que o Governo precisa reformular a política agrícola e apoiar o sisal.

cado internacional, sempre que pretende fazer alguma coisa pelo setor agrícola — a preocupação dominante é logo o temor da super-produção, um fato que todos sabem depende diretamente de uma boa política de armazenamento e garantias de preços mínimos ao produtor”.

João Bosco endossa outra vez a colocação de Dantas Guedes, complementando-a:

“O Governo deveria estocar o sisal no campo e abrir linhas de crédito destinadas ao trato cultural do produto, a fim de fixar as pessoas no campo e, dentro de uma política sócio-econômica, financiar a extração do sisal, incentivando o produtor na aquisição de equipamentos de desfibração, criando tecnologia no setor e aumentando a produção nacional que é de 200 mil toneladas/ano, representando apenas um terço das necessidades de consumo mundial,

Um restaurante classe A



Um Restaurante que faz o ambiente a seu gosto. Vá ao VILHA VELHA e comprove. Vista panorâmica, música ao vivo, fina cozinha e um atendimento classe “A”.

Tel.: 222-4984.
RESTAURANTE.
Vila Velha

que se situa hoje, na faixa de 600 mil toneladas".

Dantas Guedes ainda adverte que a falta de estímulos ao cultivo do sisal pode acarretar a falta do produto beneficiado no mercado interno, considerando-se que as exportações oferecem melhor resultado lucrativo, além do fato de que a garantia de preços mínimos oferecida pelo Governo não estimula a expectativa de revenda no mercado interno. Prenuncia ele que em breve, haverá necessidade de importar o produto:

"As perspectivas admitem que num futuro próximo, necessitaremos importar fibras para alimentar a industrialização que já consome 100 mil toneladas por ano nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia".

Finaliza, convocando os agricultores para desenvolverem suas

plantações de sisal pois terão compradores certos:

"O preço do sisal está se situando na faixa de Cr\$ 8,50 o quilo. Um hectare produz cerca de 700 quilos, rendendo ao agricultor aproximadamente 6 mil cruzeiros por hectare, receita que não é atualmente oferecida por nenhuma outra cultura no Rio Grande do Norte".

AS VANTAGENS — Os produtores apresentam as vantagens do cultivo de sisal, entre elas a de que o produto não sofre os efeitos da seca e até convive com ela; se satisfaz com qualquer trato natural; é imune às pragas; pode ser colhido em qualquer época do ano; as plantas novas servem para alimentar os animais; e, finalmente, é um forte fator de fixação do homem à terra.

A nível de exportação, o sisal vai muito bem, mudando inclusive o quadro de incertezas na comercialização do produto, em que viviam as empresas produtoras até há bem

pouco tempo.

A CIBRASAL, hoje associada aos grupos Stella Azzura, da Bahia, e à COSIBRA, pertencente ao grupo Klabin, que, juntos, detêm o controle acionário da empresa, situa-se na BR-101, no município de Eduardo Gomes. A CIBRASAL está se estruturando para explorar exclusivamente o sisal, sem diversificação de fabrico, estando, para isto, ampliando sua capacidade física e fabril para um redimensionamento de produção. Segundo a gerente-administrativa da empresa, Maria Vânia Vilela Silva de Garcia Maia, a companhia opera com 120 fusos, já tendo exportado este ano, 400 toneladas de «baler twine» ao preço unitário de 10,40 dólares o quilo, o que representou um faturamento de cerca de 4 milhões de dólares. Os maiores compradores são os Estados Unidos, Canadá e Suíça. Adianta Maria Vânia que a empresa já tem colocadas no mercado exterior, até o mês de setembro, cerca de 200 toneladas.

Qualidade: se isto é fundamental para você, faça-nos uma visita.



Em nossa loja você encontrará tudo que deseja em:
Tapes — Gravadores — Decks — Cassete e Rolo; Amplificadores — Caixas acústicas — Sintonizadores AM/FM — Conjuntos Estereofônicos — Toca-discos.
Rádio Cidadão: SSB — UHF — VHF.
Antenas: Plano Terra — Direcional — Maria Mole — Telescópica — Para Calhas — Marítimas.
Rotores — Fontes de Alimentação — Medidores de Estacionária — Mixadores.



IVANILSON

A loja quem tem SOM até no nome

Uma organização IVANILSON ARAÚJO

Av. Deodoro, 433 — Tel.: 222-8020 — 59.000 — Natal-RN.

MAMONA: OPÇÃO AGRÍCOLA VIÁVEL E ESTRATÉGICA PARA O RN

A agricultura norte-riograndense tem agora uma opção para fugir da monocultura algodoeira — e a pauta de exportações do Estado se enriquece com mais um produto: a mamona (ou carrapateira, como é conhecida). Os diretores da Salha S. A. garantem que plantar mamona é um bom negócio — e que estão capacitados a absorver a produção do Estado.

A mamona produz um fruto do qual deriva um sem número de subprodutos, todos eles de excelentes possibilidades comerciais. Tanto no mercado interno como — e principalmente — no mercado externo. A Salha S. A. é pioneira no Estado na industrialização da mamona. O grupo, liderado por Nagib Assad Salha, é constituído por capitais nacionais e apoiado pela SUDENE. A fábrica está instalada às margens da BR-101, nas imediações de Eduardo Gomes, e já apresenta resultados financeiros considerados excelentes pelos próprios dirigentes.

O consumo do óleo da carrapateira indicou melhores índices a partir de 1960 com a descoberta das incontáveis aplicações do produto. O Brasil e a Índia despontam como os principais produtores mundiais — e no Brasil, a Salha S. A. já aparece como importante exportadora, pelas excelentes perspectivas oferecidas por sua capacidade produtiva e pela agressividade demonstrada por seus dirigentes relativamente à conquista de mercados para o seu produto. Atualmente, a empresa atende a pedidos dos Estados Unidos, Canadá, França, Suíça, Alemanha e China e outros países.

AS MÚLTIPLAS APLICAÇÕES
— O produto mais vulgarmente conhecido, derivado da mamona, é o Óleo de Rícino. Até há bem pouco tempo, antes de se intensificarem as pesquisas de extensão do produto,



Nagib Salha: "O nosso agricultor já começa a preferir cultivar a mamona".

todos pensavam que se esgotassem no óleo de rícino as possibilidades da mamona. Hoje, as aplicações são incalculáveis. Nagib Salha enumera algumas dessas aplicações:

"Na indústria de sabão, na perfumaria — principalmente na fabricação de unguentos e pomadas — nos curtumes, que utilizam o óleo de segunda qualidade para amolecer couros e peles, na indústria de tintas, pergaminhos, máscaras contra gases. Na indústria pesada, funciona como excelente lubrificante para

motores de alta velocidade. A aplicação de maiores possibilidades é como lubrificante de motores de avião".

Nagib explica porque a mamona é o lubrificante de melhores recursos para a aviação:

"Tem muita viscosidade, excelente aderência — mesmo em temperaturas elevadas — além de ser pouco solúvel na gasolina, não deixar resíduos — o que não ocorre com outros lubrificantes — e não congelar-se a baixíssima temperatura". É ainda Nagib quem informa que, levando-se em consideração a pouca idade do seu empreendimento, os resultados financeiros da exportação foram excepcionais: 3 milhões de dólares, no último exercício.

A CONCORRÊNCIA COM O ALGODÃO — Com a industrialização da mamona, uma nova opção é oferecida à agricultura do Estado — e em condições mais vantajosas que o algodão, segundo opinião de Nagib Salha: *"O agricultor já começa a preferir-lo, pelas suas facilidades de plantio, colheita e preços superiores ao ofertado ao algodão"*. Explica porque, antes porém advertindo: *"Não significa, porém, que o plantador venha a abandonar o cultivo do algodão, mas que poderá fazer um cultivo paralelo — e para que isto aconteça, estamos aguardando que o Governo incentive este modelo, através dos bancos oficiais, com financiamento para o plantio"*. Esta-

belece os comparativos de produtividade dos dois produtos agrícolas: "O preço da mamona está cotado em 5 cruzeiros o quilo. Entretanto, deve-se notar que em relação ao preço do algodão há uma evidente vantagem, pelo fato de que um hectare de mamona produz 1.500 quilos de bagas, contra 220 quilos que produz um hectare de algodão. Isso quer dizer — continua Nagib — que, enquanto o agricultor ganha num hectare de mamona, 7.500 cruzeiros, na mesma área, plantando algodão, — mesmo considerando o quilo a 10 cruzeiros — ganhará apenas 2.200 cruzeiros. Portanto, o lucro de quem planta mamona é superior ao cotonicultor cerca de 5.300 cruzeiros por hectare".

Nagib anuncia que a Salha está equipada e organizada para comprar toda a produção do Estado. Para garantir sua provisão, já tem plantado, em terreno de propriedade da empresa, mais de 2 mil hectares e pretende, até 1980, aumentar este plantio, para 5 mil hectares.

OFERTA DE SEMENTES — "O plano da Salha não vai parar nos cinco mil hectares. O grupo pretende aumentar sua plantação até atingir 15 mil hectares. E essa capacidade irá suprir apenas 40% de sua capacidade de produção", segundo o diretor do grupo, que ainda argumenta dizendo que o próprio agricultor está ávido para encontrar uma opção de plantio, mas há um certo receio pela queda do preço, além do próprio hábito — arraigado pela tradição — de plantar algodão. "A Salha — garante Nagib — "incentivará cada vez mais o plantio da carrapateira, pois está comprando esta matéria-prima em todo o Nordeste, através de agentes". Lamenta, entretanto, pela evasão de recursos do Estado, pois "o capital empenhado na compra de matéria-prima poderia estar circulando aqui mesmo". Adianta mais que o receio manifestado pelos agricultores, não tem fundamento: "Uma presumível queda de preços não tem cabimento pois o mercado externo está reagindo muito bem. Prova disto é que não nos tem falta-



José Félix diz que mamona é muito mais rentável do que algodão.

do encomendas — tanto do exterior, quanto do mercado interno".

Como fórmula de incentivar o plantio de mamona, a Salha distribui para os agricultores que se interessarem pelo cultivo do produto, sementes selecionadas, além de prestar toda sorte de informações acerca das linhas de crédito e agentes financeiros capazes de financiar a produção agrícola.

PESQUISA DE SOLOS — Mesmo o óleo de rícino, produto tradicionalmente ligado à mamoneira, encontra-se em sua fase áurea, oferecendo preços vantajosos.

José Félix Bezerra, agrônomo, assessor de fertilizantes da EMATER, faz uma colocação técnica relativamente ao plantio da mamona:

"É preciso que o Governo parta para o incentivo de pesquisa de solo, a fim de que nossos plantadores criem coragem para uma definição a respeito do tipo de solo que possuem em suas terras e se disponham ao plantio da mamona — que oferece uma rentabilidade superior, em termos de insumos gastos para o

seu cultivo, em comparação com o algodão".

José Félix compara a mamona com o algodão:

"Em comparação com o algodão herbáceo — que é o mais plantado no Estado — a vantagem se inclina para a mamona, pelas múltiplas vantagens que esta apresenta. E sem dúvida um novo mercado que se abre aos plantadores norte-riograndenses graças ao excelente trabalho desenvolvido pela Salha".

É José Félix, ainda, quem se reporta ao mercado produtor de mamona e informa que os mercados produtores mais tradicionais do produto são a Bahia, Pernambuco e Ceará. Finalmente, dá conta que a EMATER fez convênio com a SUDENE para pesquisa de solos de tabuleiro, adubo com NPK — o adubo que foi recomendado para a Salha em suas plantações — e variedade mais produtiva encontrada foi do gênero «campeira», que é de pequeno porte. Outras seis variedades foram testadas, sem diferenças significativas entre elas. Garante, entretanto, que "o solo mais adequado para o cultivo é o argiloso e o arenoso de transição — e para estes, a mamona mais produtiva é a da Bahia, que produz cerca de 1.500 quilos por hectare". O inverno é de muita importância, "como para quase a totalidade das culturas, principalmente na primeira fase de crescimento". Um detalhe importante alertado por José Félix é o de que "o gênero de mamona Bahiana tem a vantagem de ser perene e, se bem cuidada, produz por um período de dois anos". A vantagem favorável ao algodão é a de se oferecer como pastagem para o gado, em sua fase de transição — enquanto que a mamoneira é tóxica para o animal. "Por outro lado — acrescenta José Félix — a colheita da mamona é muito mais fácil do que a do algodão e é feita três vezes ao ano e seus frutos são «destalados» depois de amadurecidas 2/3 da carga de cada muda".

Lavoisier adota estilo curto e grosso

O universo político-partidário continua agitado no Rio Grande do Norte. A luta pelo poder e pelo prestígio pessoal, no entanto, faz com que essa agitação se confunda tão-somente com intrigas e fofocas, apesar do momento de crise institucional em que está mergulhado o Estado. O principal acontecimento político do mês de julho foi a intervenção do governador Lavoisier Maia no caso da Universidade de Mossoró, onde ele usou o estilo «curto e grosso» contra a família Rosado.

Enquanto se sucedem, em âmbito nacional, as discussões em torno da abertura política, da anistia e da reformulação partidária, no tabuleiro da vida pública local as pedras continuam imóveis. Ninguém — salvo um grupo muito restrito de políticos que não influem — ousa tomar posições. Todos querem permanecer à sombra protetora de Brasília, apoiando incondicionalmente o Presidente João.

Aqui não se discutem as idéias, os programas partidários que começam a sair do prelo, propostos pelos pretensos líderes das futuras agremiações; não se fala em termos de problemática nacional, da crise social e econômica que o Estado e o País atravessam. Tudo isto, para a classe política potiguar, são coisas secundárias. O importante é saber quais os grupos e as pessoas daqui que continuarão desfrutando das vantagens da proximidade do poder — de modo que todos os grupos têm uma única meta em vista: formar fileiras no «partidão».

A divisão de forças políticas no Rio Grande do Norte não mudou. De

um lado, a família Maia (detentora do Governo), acolitada pela família Alves, que começa a sonhar com a volta ao Palácio Potengi em 1982 e, para tanto, já está há algum tempo montando uma superestrutura econômico-financeira, respaldada por um sistema de comunicação social que será, de longe, o maior do Estado, englobando uma estação de TV, uma cadeia de emissoras de rádio e um jornal diário que em breve será impresso em *offset*. No outro extremo, o grupo político do senador Dinarte Mariz, composto por um expressivo número de deputados federais e estaduais da ARENA, e que conta com a simpatia do chamado MDB «autêntico», único bloco que realmente faz oposição no Estado.

Diante desse quadro pouco animador, a opinião pública não encontra outra reação senão a indiferença, até que chegue a hora e a vez das urnas, quando, ainda assim, já se tem certeza de que muito provavelmente tudo continuará igual: a causa pública abaixo da causa dos grupos e das pessoas.

O ESTILO CURTO E GROSSO —

Como não se leva muito a sério a política no Rio Grande do Norte, o povo tem sempre preferido comentar e discutir o pitoresco. Como, por exemplo, o avantajado número de gabinetes sanitários (26) que possuirá a residência oficial do governador do Estado, em construção nas margens da futura «Via Costeira», obra que, ao seu término, não ficará por menos de Cr\$ 50 milhões, apesar da «economia de guerra» desencadeada no País e da seca que assola 90 por cento do nosso território.

Mas, nas últimas semanas, um assunto que polarizou as atenções da opinião pública foi a intervenção do governador Lavoisier Maia no problema da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, sediada em Mossoró. Dirigida por pessoas vinculadas politicamente ao deputado federal Vingt Rosado, a URRN vinha sendo acusada pelas famílias Maia e Alves de estar servindo para fins eleitoreiros, como cabide de empregos para correligionários de Vingt. E como a instituição de ensino superior, única existente no interior do



Na orientação política do Governo Lavoisier Maia, Aluizio Alves está sempre por cima, já preparando o caminho da volta ao poder.



Estado, recebia ajuda do Governo Estadual, Lavoisier Maia decidiu promover uma intervenção direta em sua administração, estabelecendo que somente se viessem a ser mudados os critérios administrativos mediante a formação de um Conselho Diretor do qual participasse um representante governamental, o Estado continuaria a destinar subvenções a ela. O critério imaginado pelo

governante não foi aceito. A partir de então, ele passou, com a sua assessoria, a arquitetar uma fórmula capaz de dobrar os Rosados. E assim, numa operação que a família Alves classificou como «de grande talento político», Lavoisier se dirigiu a Mossoró no começo de julho, às vésperas de uma viagem a Brasília, e fez um pronunciamento que um secretário de Estado, pela imprensa,

classificou de «curto e grosso». Nesse pronunciamento, ele anunciou o corte da verba de Cr\$ 4,8 milhões que o Estado destinaria este ano à URRN, e declarou que, em vez de entregar o dinheiro à instituição, o distribuiria diretamente aos «pobres estudantes», a fim de que eles tivessem como pagar as altas mensalidades cobradas pelos diversos cursos superiores de Mossoró. Ao que parece, pois, o Governo passaria a dar, independentemente de quaisquer critérios, a soma aproximada mensal de Cr\$ 300 a cada aluno da URRN. Não ficou, porém, esclarecido o fundamento jurídico para tal decisão, pois a lei orçamentária do Estado não previa tal tipo de despesa, nem a Assembléia Legislativa chegou a ser consultada sobre o problema. E ademais, o precedente talvez venha a dar margem a que alunos de outras instituições que recebiam subvenções do Governo requeiraram na Justiça um tratamento igual ao concedido aos universitários mossoroenses, ou seja, que o Estado faça o rateio da verba entre eles.

Segundo o conceito largamente explorado pelas técnicas de *marketing*, o *fino* satisfaz, ou seja, as coisas *finas* são as que agradam. Segundo o mesmo conceito, as coisas *grossas*, principalmente as *curtas e grossas*, são entendidas como de mal gosto, grosseiras, truculentas. Mas é possível que ao dizer *curto e grosso*, referindo-se ao discurso do seu chefe em Mossoró, o secretário de Estado tenha querido dizer que *curto* significaria um pronunciamento não muito prolongado, e *grosso* expressaria um tom agressivo, áspero, sem arroudos e meias palavras. Ficou, pois, no ar, para que as pessoas dessem a interpretação que quisessem, uma frase de múltiplos sentidos.

TUDO EM FAMÍLIA — A questão dos novos partidos ganhou as manchetes dos jornais natalenses não por causa da questão em si, mas porque — antecipando-se a tudo e a todos — o governador Maia Sobrinho lançou o seu primo Tarcísio Maia como o nome mais capacitado a dirigir o partido do Presidente

João Figueiredo no Rio Grande do Norte. Lançamento devidamente acompanhado das manifestações *ex-pontâneas* dos prefeitos do interior, inteiramente favoráveis à escolha. É natural e lógico que, tendo chegado ao posto graças à vontade férrea do ex-governador Tarcísio, Lavoisier agora procure retribuir de todas as formas o gesto de apoio familiar tão válido e decisivo. Aliás, essa retribuição ele já vinha dando desde quando nomeou o filho de Tarcísio, José Agripino, para prefeito de Natal.

Talvez o governador não contasse, porém, com a repercussão negativa do seu gesto e com a reação de vários setores políticos. A própria opinião pública ficou um tanto espantada com a indicação precoce de Tarcísio Maia para a presidência de um partido que ainda não foi fundado e nem se sabe que nome vai ter. Pelo que se depreende do projeto de abertura política do ministro Petrônio Portella, é intenção do Governo Federal reintegrar o povo na vida política do País, de forma que caberia não a um único homem, mas no mínimo a um consenso das lideranças do povo, a eleição dos dirigentes partidários.

O jornal de Aluízio Alves, *Tribuna do Norte*, apoiou com a maior vibração a indicação de Tarcísio Maia para a presidência do «partidão». E esse gesto não é difícil de ser compreendido: como se sabe, Aluízio Alves, já com direitos políticos readquiridos, certamente vai liderar aqui o partido «independente», liderado nacionalmente por Magalhães Pinto, Ney Braga, e outras figuras que formam em paralelo à orientação do Planalto; por sua vez, cuidará de indicar Erivan França, ou algum outro nome que ele maneje, para a presidência de um terceiro ou quarto partido que venha a se formar no RN, possivelmente um partido trabalhista, da linha de Brizola. Por meio dessa estratégia, Aluízio ficaria com o controle de no mínimo três partidos no Estado, sendo que se prevê a criação de apenas quatro. O último ficaria para os «autênticos» do MDB, que não oferecem maior perigo eleitoral. Dinarte Mariz e os



Dinarte Mariz prefere ouvir do que falar. Sobre o lançamento do nome de Tarcísio Maia para a presidência do «partidão» ele calou.

Rosados, que não se atreveriam a ficar na oposição, não teriam alternativa senão se subordinarem à liderança de Tarcísio Maia no «partidão» de apoio a Figueiredo.

Mas, ao final das contas, parece que Lavoisier sentiu que não tinha sido muito feliz ao lançar sozinho o nome de Tarcísio para a chefia do partido, de modo que dias depois ele já aparecia nos jornais dizendo que o povo seria certamente consultado sobre o assunto.

FAÇA O QUE EU DIGO... — O episódio político seguinte seria a fixação das tabelas do aumento concedido ao funcionalismo público estadual a partir de 1º de agosto. De acordo com as expectativas, os reajustes dos salários se situaram na faixa de 40 a 50 por cento, o máximo que as finanças estaduais podem suportar, segundo as autoridades. Ocorre que a grande maioria do funcionalismo permanece recebendo uma remuneração absolutamente insuficiente para atender a um padrão mínimo de subsistência, ou seja, em torno do salário-mínimo.

Quando em junho o governador Lavoisier Maia interveio na greve dos motoristas de ônibus de Natal, ele obrigou os proprietários de transportes coletivos a pagar um piso salarial de Cr\$ 5 mil aos motoristas, sob pena de requisitar todos os



Será que Tarcísio continua befejado pelo prestígio de Brasília, a ponto de chefiar no RN o partido de Figueiredo?

veículos. Acoçados pela ameaça do Governo, os empresários preferiram ceder às reivindicações dos empregados. Agora, quando é o Governo que está fixando salários para os motoristas dos carros oficiais, estes se situam na faixa de Cr\$ 2.500,00. Para os empresários, isto é uma repetição da antiga história: «faça o que eu digo; não faça o que eu faço».

A questão do aumento não deve ser considerada como tema morto. Pelo contrário: vai gerar ainda um sem número de problemas, a começar pela magistratura, que considera



Vingt Rosado: a primeira vítima do estilo curto e grosso.

um insulto o tratamento que o governador dispensou à classe. Desembargadores e juizes de Direito já estão ultimando os preparativos para dar entrada em um mandado de segurança, com o intuito de forçar o Governo a cumprir a nova lei da magistratura nos seus artigos que estabelecem maiores vantagens para os membros do Poder Judiciário.

UMA AÇÃO CONTRA O GOVERNO — Tomando a dianteira dos juizes e desembargadores, o ex-deputado Roberto Varela chegou primeiro ao Forum com uma ação contra o Governo. Roberto possui os documentos de propriedade de parte do terreno onde está sendo construída a nova residência do governador, na praia de Mãe Luiza, às margens da futura «Via Costeira». Este terreno, medindo 1.600 metros quadrados, foi desapropriado mediante indenização da ordem de Cr\$ 20,00 por metro quadrado, quando hoje o próprio Estado já tributa as operações de transmissão de imóveis naquela área à base de Cr\$ 1.000,00 por me-

tro quadrado. Assim, Roberto Varela, pelo seu advogado, entrou com mandado de segurança e conseguiu que a Justiça determinasse a suspensão da construção da faraônica mansão até que o Estado indenize o proprietário do terreno.



Roberto Varela: a primeira ação contra o Governo de Lavoisier Maia.

A reação do Governo, através de nota oficial e de comentários de alguns assessores, foi no sentido de que a atitude de Roberto Varela tinha conotações políticas, pois ele estivera vinculado ao MDB nas eleições de 1978 e se transformara em inimigo pessoal da família Maia.

Não se sabe bem com que fundamento jurídico, na nota oficial o Governo chegou a dizer que cobraria os possíveis prejuízos que a paralisação da construção viesse a acarretar, no caso de Roberto perder a ação.

Por outro lado, o episódio da nova casa do governador serviu para revelar detalhes sobre a obra. Ela foi licitada há quase um ano por mais de Cr\$ 17 milhões, concorrência que foi vencida pela Construtora A. Gaspar Ltda. Porém, com os reajustes que a obra sofrerá até a sua conclusão, é muito provável que ela chegue a custar Cr\$ 50 milhões aos cofres públicos. Sem falar em luxo ou na sofisticação e grandeza do pro-

jeto da residência, basta citar que ela terá 26 gabinetes sanitários para que o público tenha uma noção do que ela será.

O FRACASSO DA EMERGÊNCIA — O Rio Grande do Norte enfrenta este ano uma das maiores secas da sua história. Praticamente não houve produção agrícola de subsistência e nas outras culturas, como o algodão, por exemplo, a queda da produção deve beirar os 50 por cento. Existem nas regiões mais atingidas pela estiagem mais de cem mil trabalhadores sobrevivendo às custas de um plano de emergência, através do qual o Governo Federal dá mensalmente a cada um o salário-mínimo regional, em troca dos seus serviços nas fazendas e sítios.

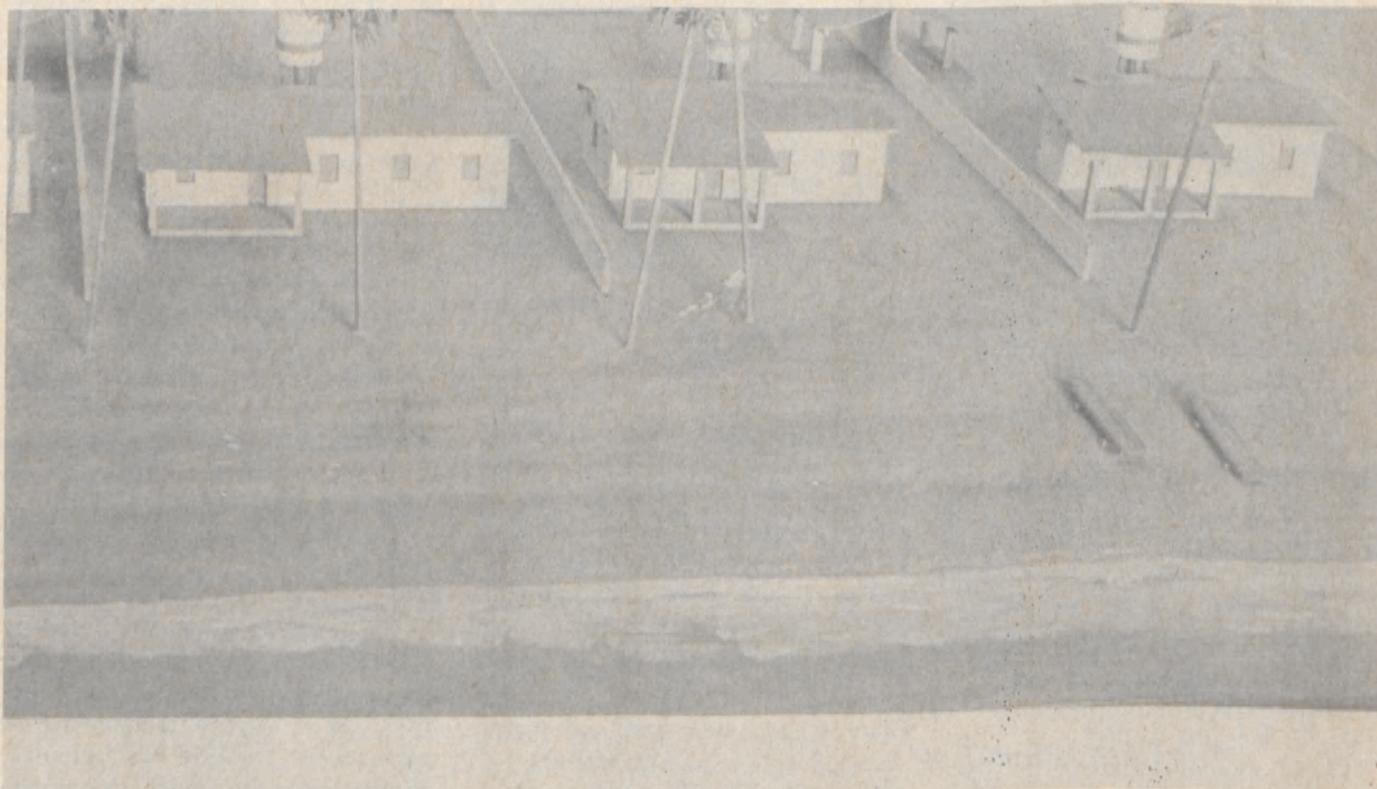
Ocorre que nas últimas quinzenas não estão chegando em tempo os recursos para pagar essa mão-de-obra, o que está provocando uma onda incontrolável de insatisfação e de crítica à ação do Governo Estadual, uma vez que o plano de emergência foi proposto por ele ao Ministério do Interior e à SUDENE em substituição do modelo antigo das «frentes de trabalho».

Um dos pontos altos da crítica é o fato de que, com os atrasos nos pagamentos, os trabalhadores estão se negando a cumprir suas jornadas de trabalho nas fazendas. Ainda assim, todo mundo reconhece que sem o plano, a situação estaria muito pior, pois a nossa estrutura agrária não estaria suportando sequer alimentar a massa humana desempregada.

Crise sem precedentes enfrentará o governador Lavoisier Maia Sobrinho se, conforme se tem veiculado pela imprensa, o Governo Federal vier a desativar o plano de emergência nos Estados nordestinos depois do mês de agosto. Aí ele vai enfrentar o grande teste de aptidão para o cargo que ocupa.

CASA DE PRAIA (AINDA NESTE VERÃO) POR UM PREÇO QUE VOCÊ PODE PAGAR!

Os natalenses que disponham de um mínimo de poupança poderão, ainda este ano, possuir sua casa de praia. É o que propõe a Construtora Rebelo Flor. Munida de projetos inteligentes que permitem várias opções de construção, com preços acessíveis às diversas faixas de adquirentes, a Construtora Rebelo Flor tenta realizar o grande sonho da classe média: a casa de veraneio.



A Construtora Rebelo Flor coloca a casa de praia ao alcance de todos. Com prestações de apenas Cr\$ 3 mil, você já pode programar o veraneio deste ano, à beira-mar, numa das melhores praias de Natal.

Até há bem pouco tempo, veraneiar era coisa de rico. Só as pessoas que dispusessem de rendas que as classificassem como de *classe média alta* tinham direito de desfrutar de um período maior de lazer nas praias, conhecido como veraneio. A Rebelo Flor resolveu enfrentar o desafio de estender este sonho a outras faixas da classe média, desenvolvendo um projeto alternativo — variá-

vel em função da área construída — de tal forma que a casa se ajuste às condições de desembolso dos pretendentes.

O local escolhido para implantação do projeto fica nas imediações da praia da Redinha, na região conhecida como Rio Doce. E o pretendente à casa de praia que já possua um terreno ali, poderá optar por um dos projetos da Rebelo Flor, que cuida-

rá da construção e administração.

Em princípio, o plano da Rebelo Flor é o de construir 40 casas, com áreas que variam de 60 a 150 metros quadrados, que serão vendidas em prestações a partir de 2.500 cruzeiros. Mas, mesmo a casa mais barata — que terá 60 metros quadrados — será modulável, isto é, poderá ser ampliada no futuro, a critério do adquirente. Esta solução resolve

o problema daqueles que não dispõem hoje de poupança que possibilite uma construção mais cara.

Antes de ser lançado, o empreendimento já conta com 15 reservas, dos modelos mais variados. O modelo de 60 m², por exemplo, compõe-se de quarto, sala, cozinha, área de serviços básica e terraço, podendo — como já foi explicado — ser ampliada até atingir 150 m², sem a necessidade de derrubar paredes ou fazer «reformas», pois a Rebelo Flor dispõe de cinco projetos, todos partindo de um núcleo básico.

COMO FUNCIONA — Luiz Arnaud Soares Flor, diretor da empresa construtora, explica o sistema:

“Nós partimos do princípio de que é o gosto do adquirente e o seu poder de desembolso que deve determinar o projeto, e não o inverso. Para tanto, criamos um projeto básico que poderá ser utilizado em cinco alternativas diferentes, todas decorrentes do poder de compra do interessado. E mais — continua Luiz Arnaud — com facilidades que vão desde a própria habilitação ao programa até o financiamento”.

O financiamento, conforme adianta o diretor da empresa, poderá ser concedido por qualquer unidade do Sistema Financeiro da Habitação: Banorte, Caixa Econômica — ou a própria Rebelo Flor, através de financiamento interno.

“Nós mostramos ao pretendente um projeto que tem por base uma casa modulada, ou embrionária — esclarece Luiz Arnaud — em estilo próprio para veraneio, com quarto, sala, cozinha, hall, terraço e área de serviços, que é considerada tipo “E”, cujo custo fica em torno de Cr\$ 250 mil. Esta casa será construída à beira-mar, num terreno bem dimensionado (de 20×50 m.) e construída de tal forma que permitirá a ampliação, sem prejuízos para o proprietário, além de trazer muita facilidade porque o próprio projeto permite a ampliação gradativa do imóvel até chegar à casa tipo “A” que dispõe de 4 quartos (uma suíte),



o engenheiro Luiz Arnaud Flor fala do projeto.

cozinha, garagem, dependência de empregada, área de serviço e terraço. Já a casa tipo «A», considerada de melhor padrão, tem também um custo bastante acessível: Cr\$ 400 mil — o que representará uma prestação mensal em torno de 3 mil cruzeiros”.

A RECEPTEVIDADE — O projeto será identificado pelo «slogan»: **“A CASA QUE CRESCE COM SUA FAMÍLIA, CERCADA DE SOL, BRUMAS BRANCAS E DO AZUL DO MAR”**. O sucesso já está garantido por sua própria característica de projeto inteligente, que atende a um mercado carente desse tipo de lazer, atendendo às suas condições de desembolso. Além disso, o custo é bastante acessível. O resultado das vendas iniciais superou a própria expectativa da Rebelo Flor, pois já foram reservadas 15 casas, antes do lançamento. Entre os adquirentes, membros da família Santos (de Geraldo Santos) que pretendem adaptar um grupo de casas ao sistema «privé».

José Maurício Freire Mororó, gerente administrativo da Rebelo Flor, diz que este projeto atende à nova política da construtora, que se orienta para a classe média, adequando seus custos à realidade econômica dessa faixa de rendimentos. *“A própria Rebelo Flor — esclarece ainda o gerente — concederá financiamento interno para casos excepcionais.*

Mas, qualquer agente financeiro do BNH poderá financiá-la. Haverá carência de 4 meses para o início do pagamento, prazo estimado pela construtora para concluir as obras. Ainda neste verão, o natalense de classe média poderá gozar das delícias da praia, a preços acessíveis”.

EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS —

Os projetos, de autoria do arquiteto João Maurício de Holanda, foram cuidadosamente elaborados para oferecer aos adquirentes uma infinidade de opções com vistas a ampliação e reformas. A casa terá tijolos aparentes, piso em tijoleira branca, telhado colonial, madeiramento em massaranduba e esquadrias de andiroba.

As propostas de aquisição poderão ser feitas diretamente à Rebelo Flor, na Avenida Frei Miguelinho, 33 ou na Imobiliária Santos, na Avenida Deodoro.

O projeto «casa de praia» é resultado de uma reformulação na política de empreendimentos da Rebelo Flor, de coerência com a conjuntura econômica nacional. A empresa Rebelo Flor foi criada em 1971, com dois sócios — Luiz Arnaud Soares Flor e Luiz Alves Flor. Desde então, vem demonstrando solidez nos seus negócios, sendo hoje uma empresa bem sucedida e uma das maiores do Estado, em construção civil. Sua diretoria é bem o resultado do balançamento entre a juventude e a experiência: o diretor-presidente, Luiz Arnaud, é jovem; Ernani Alves da Silveira, que soma uma experiência inigualável no campo empresarial, é o gerente financeiro. Seus executivos são jovens técnicos: Efábio Lins Peixoto (gerente técnico) e José Maurício Freire Mororó (gerente administrativo). O acervo de obras da empresa contabiliza centenas de empreendimentos importantes. Atualmente, acerta com o INOCOOP a contratação de recursos de cerca de 30 milhões de cruzeiros para construção de 300 apartamentos localizados na área verde vizinha à Natal Veículos, logo depois do viaduto da BR-101.

ESTADO E PREFEITURA SE ENDIVIDAM (EM DÓLARES)

Até o final deste ano o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Natal deverão contratar empréstimos no exterior, que serão repassados pelo Banco do Brasil. O Estado, dependendo da aprovação da Assembléia Legislativa, obterá nos Estados Unidos 60 milhões de dólares (Cr\$ 1,8 bilhão, aproximadamente), enquanto a Prefeitura de Natal conseguirá 15 milhões de dólares (Cr\$ 450 milhões). Em ambos os casos, os valores das dívidas a serem contraídas vão muito além do que Estado e Município arrecadam em um ano.

Em reunião conjunta com os ministros do Planejamento e da Fazenda, o presidente da República, concordou — em princípio — com a possibilidade do Estado do Rio Grande do Norte e da Prefeitura Municipal de Natal contraírem empréstimos no exterior. A única condição imposta foi um estudo preliminar, no âmbito dos dois ministérios, dos programas que seriam custeados com os recursos emprestados. Os programas (Plano Estadual de Desenvolvimento — PED — e Plano de Ação Municipal — PAM), depois de analisados e aprovados pela Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores, respectivamente, deverão ser reexaminados pela Presidência da República e pelo Senado Federal para, afinal, serem remetidos ao Banco do Brasil para as negociações externas.

GOVERNO ESTADUAL — Fontes do Governo Estadual pretendem que os recursos solicitados sejam liberados a partir de fevereiro do próximo ano, em três parcelas anuais de 20 milhões de dólares. Com o resultado desse empréstimo será iniciado o Plano Estadual de Desenvolvimento, nas seguintes áreas:

1) *Indústria* — aplicação de 2,2 milhões de dólares, no aproveitamento industrial da scheelita, na siderurgia, no magnésio metálico e no aproveitamento das águas-mães; 2)



Manoel Pereira, secretário de Planejamento de Natal, diz em que a Prefeitura vai gastar 15 milhões de dólares.

Agroindústria — aplicação de 800 mil dólares; 3) *Infra-estrutura* — aplicação de 50,5 milhões de dólares em estradas, eletrificação rural, recursos hídricos e mecanização agrícola; 4) *Promoção Social* — aplicação de 6,5 milhões de dólares em assistência social ao menor e apoio ao trabalhador autônomo de baixa renda.

Segundo Esequias Pegado, secretário de Planejamento do Estado, o plano de aplicação de recursos teve

o concurso da Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Fazenda. Ressalta o titular de Planejamento que *"esse empréstimo se torna muito importante para o Estado, considerando-se o ano difícil que estamos atravessando, agravado pela situação de cortes generalizados no repasse de recursos do Governo Federal. Com esses recursos, executaremos projetos que aproveitam riquezas hoje latentes como o tungstênio, águas-mães e a siderurgia"*.

O secretário de Planejamento entende que o Estado tem capacidade de endividamento:

"O Estado terá um prazo de carência de acordo com o seu endividamento, com os índices de repercussão dos investimentos e com os níveis que forem determinados pelo Governo Federal. A situação financeira do Estado é ruim, em virtude da seca. Agora, com relação ao endividamento, a situação é muito boa porque o Rio Grande do Norte é um dos Estados brasileiros que menos devem".

A PREFEITURA DE NATAL — A Prefeitura de Natal já encaminhou, desde o dia 18 de junho, ao Ministério do Planejamento, expediente solicitando autorização para contratação do empréstimo externo. Seu valor é de 15 milhões de dólares e os recursos serão aplicados em

três anos.

Natal e Rio de Janeiro foram as únicas capitais do País cogitadas pelo Governo Federal para este tipo de empréstimo. Segundo o secretário municipal de Planejamento, Manuel Pereira, os recursos deverão custear o Plano de Ação Municipal (PAM) no período 1980/83. O programa abrange quatro projetos considerados prioritários para o município:

- 1) *Saneamento Ambiental*, que consumirá a maior parte dos recursos: cerca de 8 milhões de dólares. Este projeto compreende drenagem, esgotos sanitários, limpeza urbana, reflorestamento e áreas de lazer;
- 2) *Transportes*, 6 milhões de dólares aplicados na pavimentação da malha viária do município;
- 3) *Geração de Empregos e Elevação de Renda*, 500 mil dólares;
- 4) *Serviços Básicos* (Educação e Saúde), 500 mil dólares.

Tanto quanto os recursos pleiteados pelo Estado, o empréstimo deverá ser liberado em três parcelas iguais de 5 milhões de dólares, anualmente, a partir de 1980.

Sobre o resgate da dívida, assegura o secretário de Planejamento que ele se processará *"pela evolução da receita e pelos cálculos que o Governo Federal fez, atestando a viabilidade da operação"*.

Com esses projetos, segundo Manuel Pereira, a cidade terá a solução de velhos problemas, tais como a drenagem de bairros como Rocas, Ribeira, Santos Reis, Quintas, Nova Descoberta, Lagoa Nova e Dix-sept Rosado. E limpeza urbana *"que atenderá às promessas que o prefeito assumiu, de manter as praças e avenidas em permanente estado de limpeza. Para isto, serão adquiridos novos equipamentos, se promoverá treinamento de pessoal e condicionamento do lixo coletado"*.

Na parte referente a transportes, a ênfase será dada na implantação e melhoria das vias de pavimentação e escoamento de trânsito e na interligação entre os diversos bairros.

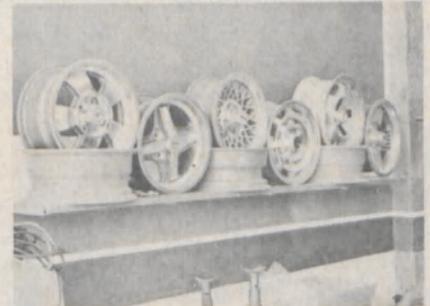
O ENDIVIDAMENTO — Tendo-se em conta as declarações dos secretários de Planejamento do Es-

tado e do Município, ambos estão com capacidade de endividamento. Os empréstimos deverão ter um prazo de carência de três a quatro anos e a amortização se processará dentro de 12 a 15 anos. O Banco do Brasil será o negociador de ambos os empréstimos, que totalizam, juntos, 75 milhões de dólares.

Boa parte da comunidade natalense espera ansiosamente os resultados positivos dos programas municipais e, especialmente, do propalado programa de assistência social do menor, a ser deflagrado pelo Governo do Estado e que compreenderá a prevenção à marginalização, assistência sócio-terapêutica, profissionalização e assistência sócio-cultural. Espera-se não seja mais uma boa intenção prejudicada pelas soluções casuístas.

Também o empresariado norriograndense aguarda os investimentos em infra-estrutura, constantes do PED, além do desenvolvimento do polo metal-mecânico, uma saída estratégica para a economia estadual.

— SERVIÇOS RÁPIDOS —



Na Equipadora Lázaro — Salgado Filho — o seu carro recebe o melhor em serviços rápidos de regulagem e instalações:
Alinhamento de Direção — Balanceamento de Rodas — Regulagem de Motor — Regulagem de Farol — Baterias — Escapes — Serviços completos de Som, além da mais variada linha de Acessórios.

Traga o seu carro. Ele terá o bom tratamento que merece.



**EQUIPADORA
LÁZARO**

LOJÃO Nº 2

Uma organização IVANILSON ARAÚJO

Av. Salgado Filho, 1841 — Fone: 231-1010.

DEFICIT DA FAZENDA ESTADUAL SERÁ DE Cr\$ 90 MILHÕES

Apesar da contenção de despesas, dos cortes orçamentários e da adoção de novas estratégias na arrecadação de tributos, o Estado não conseguirá, este ano, evitar o *deficit* orçamentário. O secretário da Fazenda, Otacílio Silveira, já tem consciência do problema e até acredita que se outras medidas de contenção não forem tomadas, o *deficit* — previsto em 90 milhões de cruzeiros — poderá ser muito mais elevado.

O comportamento da arrecadação estadual não vem sendo satisfatório, apesar das medidas tomadas pelo Governo. Todavia, considerando-se a conjuntura de crise, iniciada a partir da estiagem, a instabilidade na arrecadação já era aguardada.

O secretário da Fazenda, Otacílio Silveira, é de opinião que a arrecadação teve o comportamento previsto nos meses de janeiro a abril, caindo no mês de maio, mas voltando a reagir em junho.

“A partir de agosto — explica o secretário — já sabemos que existirá uma queda brusca de arrecadação, em virtude, principalmente, da fraca safra de algodão, cujas estimativas da Secretaria da Agricultura apresentam, para 1979, uma produção 30 a 40% menor que a de 1978”.

Se no primeiro semestre não houve maiores problemas de arrecadação, no segundo semestre eles poderão ocorrer como consequência imediata da seca e da própria política de contenção de gastos do Governo. *“Tudo isto influirá decisivamente nas finanças do Estado, obrigando a administração a tomar sérias medidas de redução de gastos, para evitar um deficit maior no final do exercício”* — lembra Otacílio Silveira.

ATRASO NOS PAGAMENTOS
— Alguns credores do Estado já começam a reclamar contra a demora nos pagamentos de compromissos assumidos pelo Governo. Muitos desses credores chegam a temer pe-



O secretário Otacílio Silveira mostra as dificuldades da Fazenda Estadual num ano de crise.

lo pior, isto é, que se repitam os atrasos verificados em administrações anteriores, que chegaram a abalar a situação de crédito do Estado, perante o comércio.

Para o secretário da Fazenda, porém, não existe a mínima possibilidade dos pagamentos sofrerem atrasos consideráveis. E ele tranquiliza os credores:

“Alguns atrasos de pagamentos ocorridos em virtude de cortes de verbas federais já estão sendo solucionados com recursos próprios do Estado. O Governo continua dando o máximo de seus esforços no sentido de manter rigorosamente em dia, to-

dos os compromissos assumidos. Como medida inicial estão sendo feitas recomendações expressas a todas as unidades da administração estadual, no sentido de que nenhuma despesa seja realizada sem a devida disponibilidade de recursos”.

FUNCIONALISMO — Era previsto somente para o mês de setembro, o aumento de vencimentos do funcionalismo do Estado, mas o Governo — atendendo principalmente reivindicações dos professores —, resolveu antecipá-lo para agosto, estendendo o reajuste a todos os funcionários, evitando assim, o tratamento diferenciado.

Para se garantir diante do acréscimo nas suas despesas de custeio, representado pelo aumento, o Governo realizou uma série de cortes em dotações orçamentárias, tanto para custeio quanto para investimentos. Explica Otacílio Silveira:

“A princípio, quando o Governo decidiu conceder o aumento a todo o funcionalismo, antecipando-o para agosto, é lógico que antes estudou todas as repercussões financeiras possíveis e a forma adequada de solucionar os problemas dela decorrentes. Assim, o agravamento da situação, previsto pela queda da receita, poderá ser resolvido através da redução de outras despesas, ou ainda, pela busca de outros recursos, de modo a possibilitar o pagamento do funcionalismo absolutamente em dia”.

ISENÇÃO DOS HORTIGRANJEIROS — Os produtores de hortigranjeiros vêm desenvolvendo uma série de gestões visando conseguir isenção de impostos para seus produtos. Se conseguirem a isenção, em contrapartida, a arrecadação do ICM do Rio Grande do Norte sofrerá uma sensível redução.

O secretário da Fazenda, tratando desse pleito de isenção, declarou que não é hora de se pensar em mais um motivo de diminuição da arrecadação. Revelou que há um protocolo firmado pelos secretários de Fazenda do Nordeste, firmada em Recife, no dia 8 de junho passado, segundo o qual haveria uniformização da política de incentivos sobre o setor. O assunto, então, seria confiado à análise de um grupo de trabalho constituído para esse fim. *“O percentual da queda da receita vai depender dessa decisão — esclarece Otacílio Silveira. Todavia, se for mantida a produção atual no setor, a isenção dos hortigranjeiros representaria uma evasão de receita superior a 30 milhões de cruzeiros, correspondentes, aproximadamente a 3% do total da nossa receita de ICM”.*

PREVISÃO E DEFICIT — Quando a previsão orçamentária do Estado para o exercício de 1979 foi divulgada, a opinião generalizada era a de que os seus planejadores haviam sido muito otimistas, tanto no que se refere à potencialidade da receita, quanto na contenção das despesas. A proposta orçamentária prevê receita e despesa em Cr\$ 5,584 bilhões. Na composição da receita, quase 3 bilhões de cruzeiros seriam provenientes de recursos do erário estadual e cerca de 2,5 bilhões oriundos de convênios, operações de crédito, recursos a fundo perdido, etc.

Em 1978, a muito custo, a administração estadual conseguiu evitar o *deficit* orçamentário — fato que chegou a ser considerado verdadeiro milagre. Neste ano, a situação se complicou. Ao par da crise em toda a conjuntura econômica nacional e a incidência da estiagem que dizimou as lavouras estaduais, principalmente a algodoeira, as necessidades de

investimento e custeio de atividades indispensáveis ao crescimento econômico estadual aumentaram. O problema não é de fácil solução, até porque o Governo Federal, principal contribuinte ao desenvolvimento estadual, também se contém nas suas despesas. Todavia, o secretário Otacílio Silveira, explica os fundamentos da previsão:

“A previsão de deficit para o corrente exercício, considerados os aumentos do funcionalismo em maio e agosto, aumentando a folha de pagamento em 10 e 50 milhões, respectivamente, seria de 170 milhões de cruzeiros. Com os cortes de despesas já determinados, no montante de 80 milhões, espera-se um deficit final de 90 milhões de cruzeiros — se outras medidas de contenção não forem adotadas”.

«PACOTE» DE INCENTIVOS — A propósito do novo «pacote» de incentivos anunciado pelo Governo Federal para o setor agrícola, o secretário da Fazenda tem opinião formada:

“É natural que a política de incentivos do Governo Federal para o setor agrícola trará importantes benefícios para o Estado do Rio Grande do Norte, melhorando sua economia e, conseqüentemente, sua receita tributária. É de se esperar que, a partir do próximo ano, essa política comece a produzir seus efeitos e que no final da atual gestão um grande impulso tenha sido dado no desenvolvimento das atividades agrope-

cuárias. Muito melhor ainda será se também forem incentivadas as atividades industriais, aumentando-se os recursos da SUDENE aplicáveis ao setor”.

INOCOOP — Há muito que vem evoluindo o problema da construção do conjunto habitacional «Cidade Satélite». A questão é controvertida e até o momento não houve uniformidade de pensamento com relação aos diversos escalões de decisões envolvidos direta ou indiretamente no processo, para que afinal fossem liberados os recursos para início das obras. Supõe-se que, com o atraso na liberação desses recursos, o Estado estaria perdendo dinheiro, vez que o INOCOOP disporia de 2 bilhões de cruzeiros para edificação do conjunto habitacional — o que representaria, em impostos, ocupação da mão-de-obra e compras ao comércio local, uma excelente injeção de recursos. O secretário da Fazenda não acredita que o Governo esteja dificultando a construção do conjunto:

“Parece que apenas está havendo discussão sobre problemas de localização. Tenho certeza que o assunto será resolvido de maneira satisfatória para o Estado — que não resta dúvida, será beneficiado com o empreendimento, especialmente se for conseguida uma localização ideal, em que se atenda, ao mesmo tempo, as necessidades da população e a preservação do meio-ambiente e da paisagística da capital”.

LEGISLAÇÃO NORDESTINA

LN JURISPRUDÊNCIA

As mais completas revistas de leis editadas no Brasil. Levamos até você matéria FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, sempre atualizadas com a legislação em vigor. Tudo isso em excelente apresentação gráfica. Torne-se o assinante mais atualizado do Brasil.

Solicitação de Assinaturas:
EDITORA LEGISLAÇÃO NORDESTINA LTDA.,
à atenção de Nelson Ramos de Souza.
Av. Conde da Boa Vista, 250 — Conjunto 411
Telefone (081) 222-3781 — RECIFE-PE.

CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU. CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU.
 CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU. CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU.
 CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU. CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU.
 CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU. CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU.
 CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU. CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU.

Mais que um castigo, a cópia desse provérbio é para nunca esquecermos esta verdade: "Quem não anuncia se esconde." Até mesmo uma agência como a Dumbo.

Quando poucos acreditavam no mercado publicitário do Rio Grande do Norte, a Dumbo surgiu.

Chegou para ficar. Sempre investindo no próprio Estado, na sua gente, nos seus talentos, na sua imagem, na capacidade de suas empresas.

Antonio dos Santos, choter de praça:
 "Eu fico com um orgulho danado quando levo algum turista para visitar a minha cidade. As vezes, o pessoal daqui até esquece como esta cidade é bonita e boa para se viver. Santo de casa não faz milagre, né?"

SUA CIDADE É VOCÊ.

SALVE O VERDE

Sua chance de comprar um telefone ainda é agora

TELERN

**UM LANÇAMENTO P...
 NENHUM
 BOTAR
 DEFETO**

PARQUE DAS ÁRVORES

FENORT
 também vai mostrar a sua força.

PRECINHO ANIVERSÁRIO da

...	179
...	215
...	35
...	50
...	13
...	75

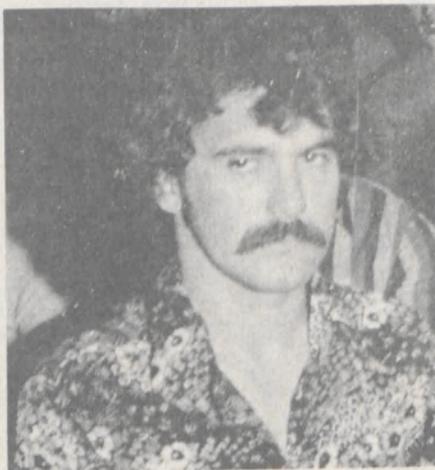
XVI EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS
 1973
 PARQUE ANASTOAZES FERNANDES
 EDUARDO GOMES - RN

COOPERSAL INVESTE 6 MILHÕES E MELHORA QUALIDADE

A COOPERSAL — Cooperativa dos Pequenos Produtores de Sal, localizada no município de Grossos, acaba de investir Cr\$ 6 milhões no seu parque industrial, melhorando consideravelmente a qualidade do produto que coloca no mercado. Os investimentos foram financiados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC, e possibilitarão a modernização do processo de lavagem de sal e sua centrifugação no parque salineiro pertencente à COOPERSAL. As melhorias ora realizadas pela Cooperativa englobam uma área de 2.500 metros quadrados, com possibilidades de ampliação futuramente. O presidente da COOPERSAL, Francisco Vital dos Santos, entusiasmado com as novas áreas de mercado que vão se abrir para a entidade que dirige, promete continuar lutando pela obtenção de novos recursos para modernizar cada vez mais a sua produção salineira.

DA SOSAL PARA OS ESTADOS UNIDOS

O grupo S. A. Salineira do Nordeste — SOSAL, acaba de completar novo programa de exportação para os Estados Unidos. O navio «Ominium Pride», de bandeira norte-americana, atracado no terminal salineiro de Areia Branca, levou 24.150 toneladas do produto para aquele país. Anteriormente, no mês de março último, a SOSAL utilizou as mesmas instalações da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, para enviar outras 24 mil toneladas do produto com destino aos Estados Unidos. Por outro lado, após a complementação do embarque, a SOSAL fez doação ao Clube dos Funcionários da CODERN, localizado na cidade de Areia Branca, de uma ajuda de Cr\$ 40.000,00, como sinal de agradecimento pela eficiência no embarque do sal para o exterior.



Vilmar Pereira

VIABILIDADE ECONÔMICA PARA VASP POUSAR EM MOSSORÓ

Vilmar Pereira, que completa neste ano o seu décimo segundo aniversário como agente da VASP — Viação Aérea São Paulo S. A. em Mossoró, viajou à capital paulista, levando completo estudo de viabilidade econômica para pousos de aeronaves tipo Boeing, daquela empresa aérea, no Aeroporto Dix-sept Rosado, de Mossoró. O relatório foi elaborado pelo escritório especializado da ASTECAM e com Vilmar Pereira, para assessorá-los nos contatos com a direção da empresa, viajou o economista Canindé Queiróz. De antemão, este pleito da cidade de Mossoró que beneficiará toda a região Oeste, contou com o total apoio e o empenho pessoal do brigadeiro Everaldo Breves (ex-comandante do CATRE, em Natal), que assegurou para dentro em breve uma resposta positiva para esta reivindicação.

CRISE DO PETRÓLEO REPERCUTE NA INDÚSTRIA SALINEIRA

A crise mundial do petróleo já chega a se refletir na indústria salineira do Estado, prejudicando o setor em dois pontos muito importantes: 1) a redução nas cotas de aquisição de óleo diesel; 2) alta de preços para a sacaria, em virtude do aumento exorbitante no polietileno, matéria-prima para a produção de sacos plásticos.

PROJETO SERTANEJO: MAIS DE 32 MILHÕES

O Núcleo do Projeto Sertanejo, em Mossoró, já conseguiu até agora a aprovação de projetos agropecuários nesta região, da ordem de 32 milhões e 49 mil cruzeiros. Os recursos são liberados por intermédio das agências do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, localizadas nesta área. Atualmente, o Projeto vem se empenhando junto aos agropecuaristas para que, através de sua assistência, complementem em suas propriedades os serviços de cercas de arame farpado, construção de galpões, aquisição de pulverizadores e edificações de outras obras de alienaria. O prazo de financiamento é de 20 anos, com 6 anos de carência, e juros de 2% ao ano. As últimas liberações de recursos atingiram propriedades no município de Augusto Severo e chegaram à casa dos 4 milhões e 710 mil cruzeiros. Em Mossoró são 85 as propriedades beneficiadas até agora.

CONTORNO CONCLUÍDA ATÉ DEZEMBRO

Está entregue à responsabilidade da CICAL — Construtora Irmãos Cabral, o serviço de pavimentação asfáltica da via do Contorno de Mossoró. Segundo os dirigentes da empresa, caso não haja nenhum contratempo, as obras deverão estar concluídas, no máximo, até dezembro. O investimento é da ordem de 46 milhões de cruzeiros e as obras totalizam cerca de 13 quilômetros de via pavimentada, possibilitando o desvio do centro da cidade de Mossoró de todo o tráfego pesado que passa no rumo de Natal ou Fortaleza, e vice-versa. Presentemente os trabalhos estão atingindo o setor de terraplenagem e sub-base, em quase toda a sua extensão. A primeira parte a ser concluída é a que fica nas imediações do Hotel Termas, área que já passa pelos primeiros processos de urbanização, de acordo com o projeto do novo estabelecimento hoteleiro do Governo do Estado.

U. T. I. NA CASA DE SAÚDE DIX-SEPT ROSADO

Estão iniciados os trabalhos de edificação da nova unidade de atendimento da *Casa de Saúde Dix-sept Rosado*, em Mossoró, em anexo as suas atuais instalações. Trata-se de uma Unidade de Terapia Intensiva, que segundo a diretoria do hospital, será uma das mais modernas do Nordeste. Os equipamentos e componentes da nova U. T. I. estão sendo negociadas com as empresas especializadas em importação no Sul do País, não havendo ainda uma previsão de data para a inauguração deste melhoramento.

RIMOL INVESTE NO CENTRO DA CIDADE

A RIMOL — *Ribeiro Imobiliária Ltda.*, está executando o projeto de construção de suas novas instalações, no centro da cidade de Mossoró. O prédio terá 3 pavimentos. Os trabalhos de edificação da nova sede da RIMOL estão entregues à responsabilidade do engenheiro *Máspoli Cândia de Souza*. De outro lado, a RIMOL reabriu o mercado de imóveis, colocando à disposição da sua clientela, novos loteamentos, alguns deles em áreas bastante valorizadas, cujas vendas encontravam-se suspensas. Neste caso se incluem lotes nos bairros «Nova Betânia», «J. K.», «Brazilândia», dentre outros que são comercializados por aquela empresa.

HOTEL TERMAS SERÁ INAUGURADO EM SETEMBRO

Após a visita do governador *La Voisier Maia Sobrinho*, e do presidente da *EMPROTURN*, *Carlos Jussier Santos*, ficou marcada para o dia 26 de agosto a inauguração do Hotel Termas de Mossoró. No entanto, em decorrência do problema surgido na perfuração do poço tubular do hotel, quando uma quantidade de petróleo passou a jorrar mis-

turado à água, houve necessidade de se providenciar um adiamento da solenidade, possivelmente para setembro. O gerente e representante do novo hotel no Estado, *Antônio Marmugi*, garante oferecer um serviço de categoria internacional.

RICARDO FREIRE INICIA REDE DE POSTOS

Dentro dos seus planos de contar dentro em breve com uma rede de postos de gasolina não só em Mossoró, mas em outros municípios da região, o empresário *Ricardo Freire*, acaba de adquirir o *Posto São Joaquim*, localizado no município de Fernando Pedroza, neste Estado. Anteriormente, já possuía o controle do *Posto Natal-Esso*, na BR-304, saída de Mossoró para Natal. Depois da nova aquisição, foram feitas reformas em suas instalações constante da construção de apartamentos, lanchonete, restaurante. *Ricardo Freire* também atua em outros ramos de negócios, com um escritório técnico e uma empresa de diversões públicas, ambos na cidade de Mossoró.

INOCOOP ANUNCIA CONJUNTO DE 400 CASAS

No instante em que iniciou a construção do seu primeiro conjunto residencial em Mossoró, o *Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais* — INOCOOP, abriu inscrições para novo grupo de casas. O segundo conjunto do INOCOOP contará com 400 residências do tipo «B» e será edificado em área já escolhida, próximo ao bairro «Planalto 13 de Maio». Enquanto isso, a *Empresa Industrial Técnica* — EIT imprimiu ritmo acelerado nas obras do conjunto residencial «Nova Betânia», localizado em área de grande valor imobiliário com 169 casas, sendo 66 do tipo «A» e 103 do tipo «B». O prazo de conclusão da obra é de 12 meses, podendo ser antecipado para 9 meses.



José de Souza Martins.

GRUPO PERNAMBUCANO QUER INVESTIR EM UMARIZAL

A cidade de Umarizal, no médio Oeste do Rio Grande do Norte, poderá ganhar dentro em breve uma indústria de grande porte no setor de fiação e tecelagem. Um grupo de empresários pernambucanos já manifestou interesse pela sua implantação, mantendo os primeiros entendimentos com *José de Souza Martins*, presidente da *Cooperativa Central do Rio Grande do Norte* e dirigente da *Cooperativa Agrícola de Umarizal*. A própria *Cooperativa* teria participação no controle acionário da empresa que, em princípio, geraria 520 empregos diretos. Os entendimentos encontram-se em fase adiantada, acreditando-se na concretização da idéia até o final do ano.

CARIMBOS MOSSORÓ EM NOVAS INSTALAÇÕES

A organização *Carimbos Mossoró* concluiu a construção de um prédio de 3 pavimentos no centro de Mossoró, onde centralizará todas as atividades dirigidas pelo empresário *Henrique Mendes*. Esta organização, além de diversas representações comerciais, é especializada na confecção de carimbos, chaveiros em acrílico, além de plastificação de documentos. As novas dependências estão recebendo os retoques finais para a sua inauguração dentro em breve.

ESTADO DE EMERGÊNCIA SUSPENDE FEIRAS DE GADO NO INTERIOR

O Governo do Estado determinou o cancelamento das exposições de animais previstas para este fim de ano no Rio Grande do Norte.

Entretanto, após argumentação do secretário da Agricultura, o governador Lavoisier Maia concordou em que apenas a exposição e feira pecuária de Eduardo Gomes fosse mantida. Os criadores estão apelando para que o assunto seja reestudado. E embora admitindo um novo diálogo com os criadores, o secretário da Agricultura já tem ponto de vista firmado em torno da não realização/exposições no interior, devido à seca e ao estado de emergência em que vivem centenas de municípios do Estado na atualidade.

Para surpresa de muitos criadores, o Governo do Estado determinou que este ano não haveria nenhuma exposição ou feira de animais no Estado do Rio Grande do Norte. A medida, tomada inicialmente em caráter total, recebeu imediata repulsa da parte de muitos criadores da região que vêem nestas exposições uma oportunidade de bons negócios, através da aquisição ou venda de gado bovino.

Depois de entendimentos havidos, conseguiram os criadores, a muito custo, que o Governo do Estado examinasse melhor a situação sob todos os pontos de vista e modificasse seu entendimento inicial. De uma certa forma isso foi conseguido, e o Governo já admitiu, pelo menos, a realização da Exposição de Animais de Eduardo Gomes, vetando contudo a realização de qualquer outra exposição no interior.

O secretário da Agricultura, Ronaldo de Alencar Fernandes, explica o procedimento do Governo através de sua Secretaria:

“O Governo examinou o calendário de exposições do Estado e chegou à conclusão de que só seria possível realizar a Exposição de Eduardo Gomes, uma vez que esta é uma exposição de caráter estadual e também regional, com criadores e expositores de outros Estados que aqui

vêm expor e comercializar seus animais. A exposição de Eduardo Gomes, além de tudo, já tem tradição em todo o Nordeste e por esta razão vai ser mantida”.

Para Sidney Fonseca, pecuarista e vice-presidente da Associação Norte-Riograndense de Criadores, a situação ainda não está definida e ele acredita que o Governo, examinando melhor o problema, ainda po-



O secretário Ronaldo Fernandes explica porque não haverá exposições e feiras de gado no interior.

derá permitir este ano a realização de algumas exposições no interior. Afirma Sidney Fonseca:

“Estas exposições do interior também são tradicionais, haja vista suas realizações em períodos festivos, isto é, em festas tradicionais de cidades interioranas”.

FATORES ADVERSOS — Para determinar a não realização de exposições de animais, vários fatores negativos são apontados como determinantes dessa medida governamental. O secretário Ronaldo de Alencar Fernandes aponta esses fatores:

“Como o ano atual vem sendo um ano bastante irregular, com 85 municípios afetados diretamente pela emergência, inclusive tendo suas pastagens, capineiras e suprimentos de água afetadas pela estiagem, existiria enormes dificuldades para a realização das exposições, ao mesmo tempo que seria até um contrassenso realizar exposições em municípios que estão dentro da emergência. Na realidade, a exposição é quase uma festa, mas somente quando se expõem animais de qualidade, quando se tem abundância de rações e forragens para o gado. No momento, apenas em Natal nós vemos condições para se fazer uma exposição dentro dos moldes exigidos”.

Os criadores de Mossoró pressionaram o Governo no sentido de reivindicar para aquela cidade a manutenção da exposição de animais prevista para setembro próximo. A Secretaria de Agricultura, através de seus técnicos, examinou a situação local, e chegou à conclusão de que não é aconselhável a realização de uma exposição ali, uma vez que, mesmo em exposições anteriores, foi constatado que em Mossoró existe grande deficiência de ração, principalmente ração verde.

PREJUÍZOS — De uma maneira geral, sob o ponto de vista do Governo, os criadores não sofrerão prejuízos com a falta de exposição de animais no interior do Estado. Pelo menos este é o pensamento do secretário da Agricultura, que vai mais além:

“Prejuízo mesmo não haverá. O que poderá acontecer é dificuldade de crédito, pois o Governo está com um programa de contenção muito grande. Desta forma, fazer exposição nas áreas que estão afetadas pela estiagem e que estão merecendo um tratamento especial por parte do Governo Federal, seria inviável. Como se poderia pedir recursos creditícios para financiar gado nesses locais onde as pastagens estão deficientes e o momento é de emergência? Todos esses fatores terão que ser bem analisados para se sentir que o Governo está com a razão, mantendo seu ponto de vista atual.

Sidney Fonseca é de opinião contrária. Ele afirma que haverá prejuízos para os criadores com a não realização das feiras de animais. Comenta ele:

“No momento em que se deixa de realizar uma exposição de gado, pelo menos se estará trazendo prejuízo indireto, principalmente porque se deixa de trazer para o Estado recursos externos, bem como deixa de trazer uma melhoria genética gradativa. Reconheço, todavia, que num ano de seca como este, não se poderia realizar uma feira de gado nas mesmas proporções de uma feira realizada em anos normais. Mas deveria ser realizada a exposição,



O pecuarista Sidney Fonseca acha que o prejuízo é maior sem as exposições.

mesmo com número menor de animais”.

CRÉDITOS — A alegação de falta de crédito para financiamento do gado nas exposições que seriam realizadas no Estado, um dos fatores apontados pelo Governo como desfavorável à realização das feiras, não tem razão de ser.

José Walter Chaves Filho, chefe do Setor de Crédito Rural do Banco do Nordeste do Brasil, Agência de Natal, afirma que não existe nenhum perigo de faltar crédito para

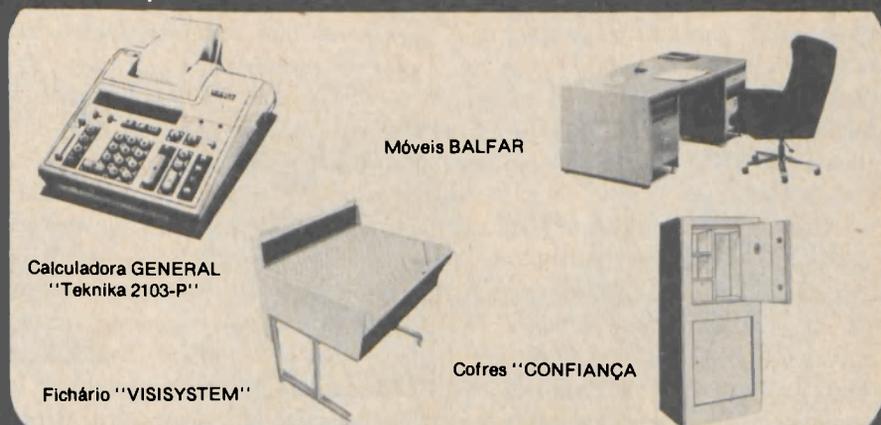
comercialização de gado nas feiras do Estado:

“Crédito não faltará, da parte do BNB. O que pode acontecer é um arrefecimento na demanda por créditos da espécie, mas da parte dos produtores e não do Banco” — é o que informa o chefe do Setor de Crédito Rural do BNB, que acrescenta ter o BNB aplicado nas duas últimas exposições de animais realizadas em Natal, nada menos do que 13 milhões de cruzeiros.

No Banco do Brasil também não faltaria crédito para comercialização

UMA EMPRESA EM EXPANSÃO

As melhores marcas de móveis e máquinas para escritório estão na COMSERV.



Calculadora GENERAL
"Teknika 2103-P"

Móveis BALFAR

Fichário "VISISYSTEM"

Cofres "CONFIANÇA"

COMSERV — Comércio, Representações e Serviços Ltda.

Máquinas de Escrever, Calcular, Eletrônica, Móveis de aço, Sistema de Arquivamento Racional e Artigos p/ Escritório. Móveis domésticos em geral. Rua Cel. Estevam, 1416/18
Fones: (842) 222-4042 — 222-3203 — Alecrim — Natal-RN.

Filial: Av. Salgado Filho, 1588/1590 — Boa Sorte — Fone: 231-2545.

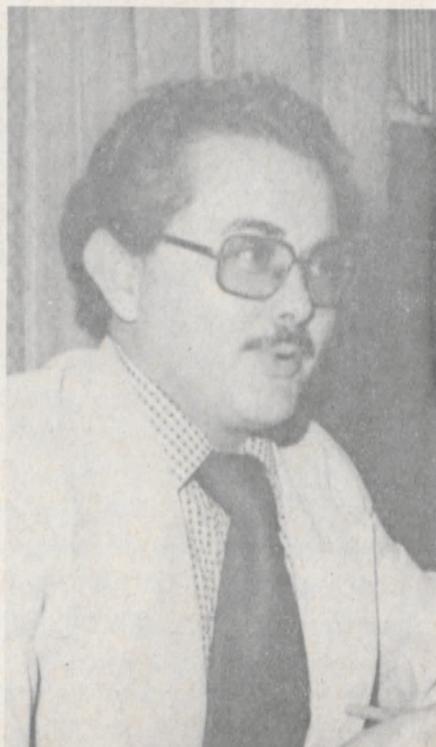
de gado nas próximas feiras do Estado, segundo informações do gerente-substituto da Agência de Natal, Nasionel Pereira da Costa. Afirma ele ainda que *"este crédito não faltaria, tendo em vista ser uma tradição as aplicações em todas as exposições de animais. E acima de tudo, as feiras têm como objetivo primordial possibilitar, no Estado, a melhoria do plantel do gado"*.

Os resultados obtidos pelos Bancos oficiais ao longo dos anos, nas aplicações feitas por ocasião da realização das exposições de animais, têm sido realmente compensadores. Para o gerente-substituto do Banco do Brasil, o melhor resultado para o Banco tem sido o cumprimento do seu papel, ou seja, o fato de contribuir com os criadores da região de forma efetiva, para que os rebanhos, cada vez mais, tenham seu padrão melhorado e possam se desenvolver dentro de condições adequadas.

Até o momento não se tem uma previsão do montante de recursos que seriam colocados à disposição dos criadores para financiamento de operações nas feiras de gado deste ano. Para José Walter Chaves, chefe do Setor de Crédito Rural do BNB, seria necessário atentar para uma série de fatores, como o total de exposições que seriam realizadas, qual o volume da demanda, qual a pedida dos órgãos promotores, etc. E como não se possui nada a respeito, é impossível pensar em números.

MOMENTO DE DIÁLOGO — O secretário da Agricultura declara estar pronto para um diálogo com os criadores, de modo a se encontrar uma solução para o problema do cancelamento das feiras. Ele enfatiza:

"Uma boa oportunidade para os criadores dialogarem conosco seria por ocasião da realização da exposição de Eduardo Gomes, quando aqueles que estão a favor da programação de exposições no interior do Estado teriam oportunidade de se ajustarem e preparar os animais para a exposição da Capital, que pelo seu porte permitirá maiores condições para comercialização do gado, com financiamentos mais fáceis e a



José Walter Chaves, do BNB, e Nasionel Pereira, do Banco do Brasil, afirmam que não faltariam recursos para financiamentos nas feiras de gado.

própria alimentação abundante que existirá. Poderemos dialogar à vontade e tentaremos convencer os criadores de que somente em condições normais de inverno será possível a realização de exposições no interior do Estado".

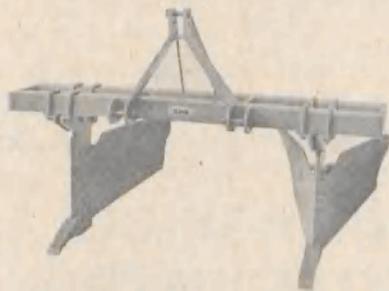
Sidney Fonseca reconhece a posição do Governo, mas externa o seu ponto de vista pessoal sobre a questão do cancelamento das exposições:

"Mesmo nesta fase de emergência, não poderemos deixar parado um setor que economicamente tem grande influência no Estado. Precisamos continuar com as feiras, dinamizando principalmente a parte de reprodutores bovinos, uma vez que todos têm condição de adquirir um ou mais produtores, mesmo considerando o período de estiagem. Devemos partir para uma seleção, deixando de lado a quantidade para ficar com a qualidade. Desta forma poderia se diminuir o número de gado sem qualidade específica, para ficarmos com uma quantidade menor, que logicamente proporcionaria uma diminuição nas despesas de manutenção, e de qualidade superior. Se o secretário da Agricultura fizer um

estudo nesse sentido, tenho certeza de que vai corrigir o que está inicialmente determinado, resolvendo o problema de entrada de mais recursos para o Rio Grande do Norte e mantendo acesa a chama do criatório no nosso Estado, através da realização de exposições no interior potiguar".

Segundo o calendário estabelecido pelo Ministério da Agricultura, estavam programadas para o Rio Grande do Norte, as exposições de Currais Novos (de 20 a 23 de junho), Caicó (de 25 a 28 de julho), Nova Cruz (de 22 a 25 de agosto), Mossoró (de 26 a 29 de setembro), Pau dos Ferros (de 10 a 13 de outubro) e Eduardo Gomes (de 28 de outubro a 04 de novembro).

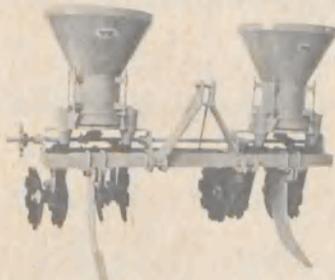
Os criadores pretendem ainda discutir o assunto com o secretário da Agricultura, para tentar, pelo menos, realização de algumas dessas feiras programadas para o interior, partindo para uma exposição qualitativa de animais e mantendo as amostras e demonstrações de máquinas, tratores e implementos agrícolas.



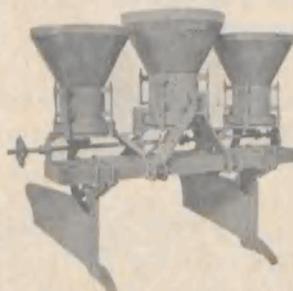
Sulcador 2 linhas.



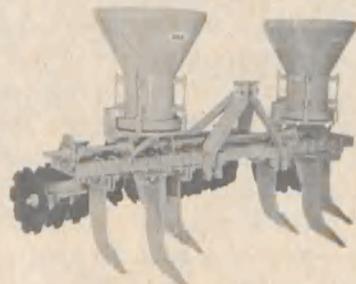
Sulcador c/2 adubadeiras.



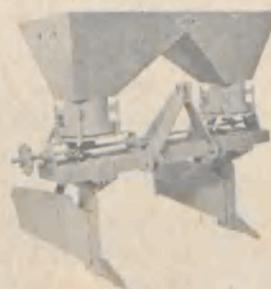
**Subsolador c/cultivador
adubador "Tipo Leve".**



Sulcador p/torta e adubo.



Super cultivador mod. C. P. A. A.



**Sulcador c/adubadeira caixa
p/400 kilos de adubo.**



Lâmina desenraizadora.



®

COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

AV. SALGADO FILHO, 2860

FONES: 231-1549 — 231-2725 — 59.000 — NATAL-RN.



Pedro Simões Neto

Uma frente ampla para o RN

(1) A VOCAÇÃO AGRÍCOLA E O EQUÍVOCO INDUSTRIAL

“Um país pobre é pobre, não porque seja pobre no sentido material; é pobre porque é pobre em caráter. O problema da formação do capital é, no fundo, o problema da formação do caráter”. — J. K. MEHTA.

Há uma vocação agrícola e um equívoco industrial, no Rio Grande do Norte. As maiores potencialidades e os maiores recursos econômicos do Estado estão no setor agrícola e no subsolo. O Plano Estadual de Desenvolvimento para o triênio 1980/83 fará dotações de recursos da ordem de 2,2 milhões de dólares para a exploração industrial de recursos minerais do Estado, assim como prevê a aplicação de mais de 50 milhões de dólares em infra-estrutura — e dentro deste programa, em recursos hídricos e mecanização agrícola. Boa política... se o Estado considerasse a estratégia de um desenvolvimento projetado e não casuista. O que presenciamos — e boa parcela de culpa seja atribuída ao Governo Federal — é o estabelecimento de um modelo assistencialista que se caracteriza sobretudo pela geração de oportunidades aleatórias à vocação e ao caráter regional. Uma espécie de paliativo econômico que se recusa a admitir um programa preventivo que estimule o crescimento real da economia estadual. Ao invés, o tipo de assistência que recebemos tem sempre o caráter de paternalismo, de emergência, são como que decisões corretivas de episódios casuistas mal elaborados.

O Estado se ressentido de um exame sério de suas carências, de uma análise econômica que resulte no estabelecimento de um modelo próprio de programa desenvolvimentista, atendendo aos nossos traços diferenciais do restante do país. Não que sejamos uma ilha — mas somos um arquipélago, em que as soluções do Sudeste estariam longe de nos beneficiar. Em que, até mesmo as soluções de ilhas mais próximas, do conjunto Nordeste, não nos são comuns. Porque não houve uma proposta integrada de desenvolvimento, as disparidades econômico-sociais são predomina-

temente regionais e subsidiariamente federativas.

A noção de pesos e medidas, é milenar. Até o nosso agricultor sabe diferenciar qual a melhor cultura para determinado tipo de solo. Uma proposta desenvolvimentista num país-continente não poderá estabelecer uma exceção à regra. Não pode, mas fazem — os seus administradores.

No caso específico do Rio Grande do Norte, cometeram alguns equívocos. Primeiro, forçaram um modelo industrialista, comum ao Sudeste brasileiro. Segundo, desprezaram a vocação e os recursos do setor agrícola — até mesmo para se constituir em celeiro de matéria-prima para a transformação industrial. Terceiro — um erro de perspectiva: pretendiam os administradores da economia nacional e seus acólitos estaduais, que a transferência de tecnologia e a formação de capitais se fizesse por via da industrialização, para o campo. Quarto, concentraram todos os recursos e incentivos no setor secundário, desprezando os incentivos à agricultura — talvez por pensarem que as indústrias responderiam ao objetivo de modernização, irradiando ao campo esses resultados, conforme já explicamos; talvez por considerarem pura e simplesmente que a agricultura no Nordeste era inviável — tal como a idéia vendida pelos adeptos do industrialismo.

Um fator de ordem subjetiva, mas da maior importância, foi o alijamento da classe política da formulação das estratégias de desenvolvimento. Com a ascensão da tecnocracia ao Poder e com a implantação de um modelo político autoritarista, a política econômica passou a ser ofício de técnicos que dispunham sobre generalidades, versáteis,

polivalentes e autosuficientes. Que foram incapazes de prever, por exemplo, os reflexos da conjuntura mundial no setor energético, decidindo **preventivamente** na formação de uma política de substituição do petróleo, como forma de energia, de tal forma que não fôssemos impelidos, como agora, a aceitar a realidade de uma **economia de guerra**.

É bem verdade que os políticos estaduais ainda estão muito preocupados em se recompor partidariamente — e popularmente —, para desviar suas atenções para o estado de penúria em que vive o Rio Grande do Norte. Mas, ainda, assim, somos de opinião que é deles a função de formular a política desenvolvimentista. Aos técnicos, compete pesquisar, examinar, analisar, propor. Mas devem ser os políticos, em última instância, como representantes do povo, os instituidores da política.

O ALGODAO já foi um dos esteios da economia do Rio Grande do Norte. O resto do país — co-

mo já disse Osório Dantas — se curvava diante do pequenino Estado nordestino, num tributo à excelência do algodão **Seridó**. Isso foi no tempo do Dr. Carlos Farias, no tempo em que não haviam «descoberto» a vocação industrial do Estado. Mesmo com a baixa produtividade do algodão e com a ameaça de extinção de todo o setor algodoeiro, vitimados pelas secas, pelas pragas e pela desassistência, os secretários estaduais da Fazenda ainda tremem quando é anunciada a recessão nos algodoads — até porque a receita tributária estadual tem no ICM do «ouro branco», um dos seus maiores componentes. Todavia, em retribuição aos impostos arrecadados, o Estado contribui com zero, aplicados em nenhuma pesquisa ou programa de incentivos à lavoura algodoeira. Daí que a maioria dos cotonicultores responsabilizam indiretamente o Governo do Estado, pela queda de produtividade do algodão.

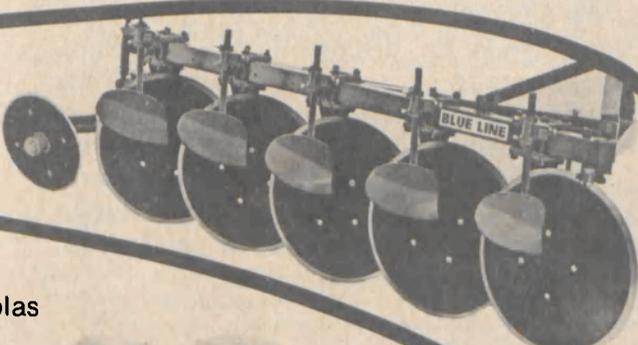
O SISAL entrou no páreo da corrida agrícola. O mercado de fibras vegetais está aberto e promissor. Os substitutivos da fibra vegetal, o fio



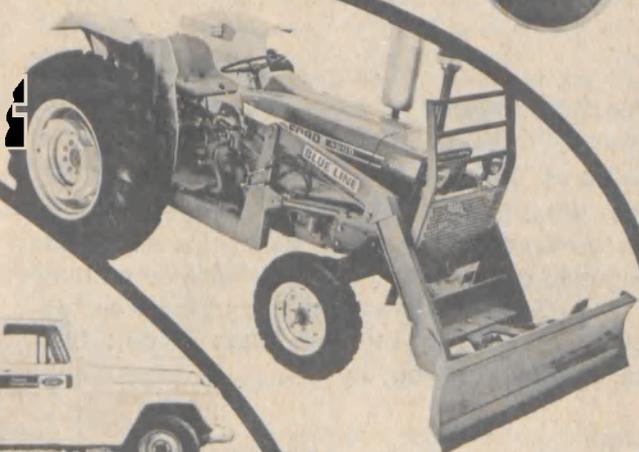
Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.
Departamento de Tratores.

ARADO FIXO
* Grande Robustez e Eficiência.



TRATOR FORD 4600
* O Trator de Múltiplas Aplicações.



PEÇAS, ASSIST. TÉCNICA
* O Apoio contínuo.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CLIENTE
* Garantia de sua Tranquilidade.





sintético — obtido a partir de sub-produtos do petróleo — sofre constantes reajustes, decorrentes da própria instabilidade de preços do petróleo. A limitação nas importações associada aos altos custos do produto, tornará os preços de mercado dos fios sintéticos, sem condições de competitividade, com relação à fibra vegetal. A fibra natural, assim, terá excelentes perspectivas, considerando-se que é uma matéria-prima renovável — independentemente, portanto, das flutuações de preço do petróleo.

Entretanto, as principais indústrias de beneficiamento de sisal estão com produção estrangulada, com capacidade instalada ociosa — por falta de matéria-prima.

A MAMONA entrou em cogitações, a partir da instalação, no Estado, de uma promissora indústria de óleos vegetais extraídos desse produto. Suas expectativas não poderiam ser melhores, pois entre os produtos que fabrica, está um substitutivo do lubrificante utilizado em aviões, com grande vantagem sobre os lubrificantes convencionais, pois resiste a baixas temperaturas, dentre inúmeras qualificações técnicas. Sem se contar com o tradicional óleo de rícino, de incontáveis aplicações. Os empresários do setor enumeram um elenco interminável de sub-produtos da mamona. Não obstante, a diversificação da produção está dependendo da disponibilidade de matéria-prima, e esta rareia no Estado. A maioria dos agricultores tradicionais, chamados a substituir suas culturas pela mamona, se mostraram arredios, descrentes, temendo arriscar nova sorte num setor que já pensam em abandonar. Nem a perspectiva de maior rentabilidade que o algodão, por exemplo, é capaz de convencê-los.

O ALGODÃO é o filho enjeitado do «novo» Rio Grande do Norte — como aliás toda sua agricultura. É também responsável pela teimosia e retração do agricultor — por sua resistência em iniciar um processo de substituição da cultura agrícola. Começar de novo? Um velho plantador de algodão me revelou que só deixará de cultivar sua lavoura de algodão quando conseguir se ressarcir dos prejuízos que teve. **“Isso é como bicicleta, meu filho: parou, cal”**.

Os maus resultados exemplificam negativamente. Basta ver o estágio em que se encontra o antigo «ouro branco», partindo-se de sua recente produtividade. Produz-se, no Estado, em condi-

ções favoráveis, 200 quilos por hectare. Contra 2.000 quilos, em São Paulo e 3.000 nos Estados Unidos. E o Rio Grande do Norte possui um dos maiores parques de confecções do país. Possui até três indústrias de fiação e tecelagem.

A observação que nos ocorre é a seguinte: será que o parque de confecções surgiu forçado por alguma imposição de estratégia global — ou fluiu naturalmente, como destinação da vocação têxtil do Rio Grande do Norte, inspirada pelo algodão?

O parque estadual de confecções, à exceção de duas ou três grandes indústrias, vai mal. Sobrevive, graças à agressividade de seus empresários e aos incentivos fiscais. Importamos os tecidos do Sudeste do país; copiamos — de lá, também — os modelos da «estação»; fabricamos as roupas e, afinal, vamos vendê-la no maior mercado consumidor do Brasil — que é exatamente o Sudeste — nos submetendo a um regime de competição extremamente desfavorável aos nossos produtos. Acharmos que nosso ponto vulnerável, no caso específico de confecções, se inicia no processo de aquisição da matéria-prima: o tecido, importado de outros Estados, onde sofremos, além do acréscimo do custo do frete, as limitações naturais do nosso reduzido poder de compra.

Ousamos uma cogitação em terreno que nos é desconhecido: será que a fibra sintética, utilizada no tecido (e que estabelece a supremacia do mercado sudestino de tecidos) não sofrerá também limitações decorrentes da própria conjuntura do petróleo? Nesse caso, com a expansão da produção agrícola e o incremento à produtividade do algodão, não seríamos capazes de estabelecer autosuficiência, com a formação de um parque têxtil que oferecesse maior operacionalidade e consequente competitividade ao parque de confecções?

Voltamos então à estaca zero: a agricultura.

Em todas as cogitações de oportunidades industriais para o Rio Grande do Norte, à exceção de minérios, relevaremos sempre a conjuntura agrária. Agroindústria, Confecções, Fibras Vegetais, Alimentos.

E se a hora e a vez da política de incentivos global se localiza no setor primário?

NO PRÓXIMO NÚMERO: A SOCIEDADE CIVIL, A POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO DO RN



Nelson Hermógenes Freire.

UMA SÍNTESE SOBRE O PROCESSO INFLACIONÁRIO

A inflação, em qualquer dicionário, se refere ao ato ou efeito de inflar. Tecnicamente, porém, há outras definições como, por exemplo, a de que a inflação é o processo cumulativo de alta dos preços. Outros definem a inflação como o aumento dos meios de pagamento, de uma maneira desproporcional. Os meios de pagamento são as moedas em poder do público, acrescidos dos depósitos nos bancos comerciais, em um dado momento.

Esse monstro tão odiado aparece em cena quando acontece pelo menos uma dessas coisas: o aumento da procura, em relação à oferta real de bens e/ou serviços; ou o aumento dos custos. Evidentemente que no decorrer do processo, pode haver todo tipo de variações, dependendo muito da estrutura da economia.

Vamos fazer uma rápida análise sobre o primeiro caso. A procura maior do que a oferta significa que o «agente econômico», no nosso caso, o indivíduo, está com excesso de poder de compra. Esse excesso pode ser explicado por uma dessas razões: a) a aplicação dirigida de suas disponibilidades, gerando mais dinheiro; b) o aparecimento de moeda suplementar posta em circulação pelo sistema bancário tendo em vista o crescimento das despesas públicas, das despesas de investimento privado financiadas pelo crédito bancário, ou até mesmo motivado por uma troca de divisas por moeda nacional.

Na hora em que o indivíduo tem uma maior capacidade de compra, se a produção de bens for pequena, evidentemente ocorrerá uma incapacidade quanto ao atendimento do aumento da procura. Advém daí o aumento dos preços. A produção não está capacitada a atender o mercado interno. Pode-se dizer que os fluxos monetários (dinheiro) estão superiores aos fluxos reais (bens produzidos).

INFLAÇÃO PSICOLÓGICA

O aumento da procura em um ou mais setores de uma economia não significa, por si só, o aparecimento da inflação global. Um setor pode apresentar esse tipo de problema, enquanto outro está deflacionado, ou seja, exatamente o contrário. Claro está que nesses casos surgem as tensões inflacionárias. Se a tendência é o aumento dessas tensões, ocasionando uma mudança no comportamento das pessoas, aí sim está configurado o início da inflação de um modo mais geral. A esse desencadeamento de expectativa se costuma chamar «inflação psicológica».

Nesse estado de coisas, um personagem tem papel fundamental: o especulador. Pelo desejo incontrolado de auferir maiores lucros, os preços sobem, os estoques amontoam e uma pequena parcela de pessoas se beneficia com isso. Esse processo passa a atingir, então, até os setores antes equilibrados, ocasionando a inflação declarada. Os preços entram na espiral ascendente em todos os setores, trazendo graves consequências políticas e sociais. Todas as camadas sociais vivem o pesadelo.

O resultado disso é uma oferta de bens mais rígida, onde não há a menor pressa em se vender os produtos. A preferência generalizada é o aumento dos estoques. O preço de venda sobe assustadoramente, bem maior em relação ao custo. Nele estão embutidas as previsões para novos e futuros investimentos da indústria.

Nessa expectativa de altas constantes, a poupança do «agente» é transformada sempre em bens reais. Aumenta assim a quantidade de moeda em circulação. Nesses casos, para que a inflação entre em declínio, a participação dos agentes econômicos é imprescindível. Com o aumento da capacidade produtiva, a oferta passa a ser menos rígida. Havendo dificuldades impostas pelo Governo para a obtenção de créditos, a procura diminui e há uma descompressão, o que vem a significar o cessamento das altas no preço de venda dos produtos.

A INFLAÇÃO DE CUSTOS

No caso da inflação de custos, o seu desencadear segue também uma seqüência. Ocorre uma baixa produtividade originada pelo aumento dos custos de produção. Pode também ser apenas setorial. Esse aumento dos custos tem várias causas. A primeira delas é a alta dos preços das matérias-primas (importadas ou não). Segue-se o aumento do preço de alguns serviços, como por exemplo, aluguéis, transporte, etc. Finalmente, há a elevação dos salários, considerada por muitos como talvez a causa mais complexa.

Sobre a interação das duas primeiras causas, basta um pequeno e rude exemplo para se ter idéia de como funciona. Vejamos o caso dos transportes: com o aumento do preço do petróleo (matéria-prima importada), há o aumento da gasolina. Isso implica num aumento de custo para o setor. Evidentemente, para fazer face a essa elevação, ocorre o aumento dos fretes. Lógico que isso vai incidir no custo final do bem produzido pela indústria, que se utiliza de meios de transporte para trazer aos seus armazéns a matéria-prima de que se utiliza para produzi-lo. Assim, o preço de venda desse produto final X, será acrescido na mesma proporção em que foi atingido o custo do serviço por ele utilizado.

Vamos agora ao caso do salário. Ele aumenta, porém a produtividade não cresce nas mesmas proporções. Advém, daí, uma diminuição da margem de lucro, o que determina peremptoriamente o aumento dos preços. Na economia global a diminuição da margem de lucro seria um problema de digestão menos difícil. Mas, no caso estritamente setorial, ele se torna mais complexo.

Alguns setores apresentam crescimento da produtividade a níveis excelentes. Já em outros isso não ocorre. Se fosse possível criar uma norma para que o aumento salarial variasse em relação ao aumento da produtividade, não daria certo, pois os empregados dos setores menos produtivos re-

correriam a meios de pressão (greve, etc.), para que seus salários se equiparassem aos demais. Um aumento tomando como base a produtividade média de todos os setores também acarretaria sérias distorções, com os mais produtivos concedendo salários baixos, e vice-versa.

Nos casos de inflação de custos, algumas medidas podem ser tomadas para que ela decline, tais como a não concessão de créditos suplementares às empresas, como também o Governo não aceitar o aumento do deficit das finanças públicas. Contudo, há um risco pairando no ar, qual seja, o de que essas medidas, como de pronto todas as medidas antiinflacionárias, venham a produzir uma diminuição da taxa de crescimento da economia como um todo, trazendo consigo o desemprego em massa e, em consequência, a recessão.

INFLAÇÃO CIRCUNSTANCIAL

Existe ainda uma terceira forma de inflação, bastante peculiar, que pode beneficiar um ou alguns setores particularmente. Trata-se da inflação circunstancial. As circunstâncias em que se formam os preços vêm a favorecer sua elevação, ou por outra, são sua própria causadora.

Preços altos acarretam o aumento do custo de vida. Os salários aumentam para compensar a perda de substância do dinheiro. Salário alto significa elevação no custo dos produtos. É um ciclo vicioso. No caso desse outro tipo de inflação, existe um acordo entre empresários de certos setores, em conjunto ou isolados, cujo objetivo é aumentar o preço de venda dos bens, acima dos preços normais de concorrência, para que através desse aumento irreal venham a obter maiores lucros.

Para tais casos, o papel do Governo é importante, através de uma vigilância por meio de comissões técnicas específicas, capazes de detectar quando esse tipo de acordo existe ou não, evitando assim a criação de um clima propício para a sobrevivência e crescimento do processo inflacionário.

AS CAUSAS E AS SOLUÇÕES

A inflação brasileira é um misto de todos esses tipos já vistos. Pode-se detectar várias causas inflacionárias, como por exemplo a expansão do crédito, o aumento das despesas públicas, os reajustes dos preços do petróleo, a baixa produtividade agrícola, o aumento das taxas de juros, as pressões inflacionárias decorrentes da correção monetária, correção salarial e até mesmo da correção cambial. Isso sem contar com a famosa psicologia inflacionária.

Em nosso caso, para combater esse mal complicado, o remédio deve ser aplicado em dosagens minuciosamente equacionadas. Mais do que nunca a importância dos agentes econômicos é constatada. Essa luta exige sacrifícios pesados, além de uma plena conscientização. Afinal, nosso caso é crônico e a inflação tanto se apresenta como de demanda como de custos, e o que é pior, tem características estruturais.

Para se ter uma idéia do que significa a expansão dos meios de pagamento, basta citar que de janeiro a abril do

corrente, ela foi de 2,8% sobre a posição de dezembro, enquanto o previsto para esse período era de apenas 0,1%. De maio de 1978 até maio de 1979 a expansão total do crédito do sistema monetário foi de 53,12% e a expansão dos meios de pagamento foi de 45,15%. O Governo, contudo, parece estar atento ao problema. O orçamento prevê para 1979 uma expansão dos meios de pagamento de apenas 30%, bem como uma expansão dos empréstimos por volta dos 37%.

As altas taxas dos títulos federais (dívida da União) realimentam também o processo. Elas servem de piso para outros países de renda fixa, ocasionando, na concorrência para sua colocação, uma elevação sensível nas taxas de mercado. Algumas medidas estão sendo tomadas para desaquecer o mercado financeiro, porém outras providências devem ser postas em prática.

Pelas atitudes até agora coerentes que as autoridades monetárias estão tomando para reprimir a inflação, presume-se que o combate está apenas começando e que será bastante amplo. Temos aí a contenção dos gastos públicos, ocasionando um retraimento na demanda normalmente decorrente dos investimentos estatais; a redução do consumo privado, através da restrição aos financiamentos; o incentivo à agricultura, visando uma maior produtividade. Se momentaneamente este incentivo altera os meios de pagamento, a curto prazo será um fator deflacionário, pois gerará uma maior oferta de alimentos. Os excedentes da produção poderão sem dúvida ser exportados. Para se ter uma idéia do problema agrícola, basta citar que toda América Latina, no período de 1970 a 1976, teve uma produção de alimentos per capita de apenas 0,5%. A racionalização do consumo e a regulamentação quanto a investimentos são medidas igualmente positivas.

A diminuição do IPI em alguns produtos e a simples extinção dele num maior número possível de posições, principalmente aquelas que agrupam produtos de consumo popular, pode dar resultados satisfatórios. Tudo depende se o aumento do imposto em outros produtos considerados supérfluos, vier a ser efetivamente anulado pelos efeitos dos primeiros.

Algumas medidas tomadas têm caráter transitório. E, pelas técnicas do combate antiinflacionário, não poderia ser diferente. O poder de pressão do Governo deve ser usado com muita cautela. Lembra a utilização dos retrofoguetes dos veículos espaciais. Se o objetivo é mudar a órbita da nave, eles são acionados alternadamente e com duração de tempo pré-estabelecida. Uma providência contra a inflação pode ser tomada e surtir efeitos positivos num setor, enquanto em um outro os resultados são o inverso. Há portanto a necessidade de um rigoroso acompanhamento quanto às medidas tomadas, para que se avalie melhor seus efeitos.

Contudo é bom saber que nosso caso não é o único. Até os países altamente industrializados sofrem desse mal. Os Estados Unidos, por exemplo, têm previsto para 1979 uma inflação de 12%. A Alemanha, outro país grande economicamente, tem seu crescimento inflacionário estimado em torno dos 6% para este ano. No Brasil as medidas começaram a ser tomadas. Mas a participação, a conscientização de cada um é fundamental, mesmo que ela implique em sacrifícios. Para que possamos a um curto prazo, estabilizar o processo, diminuindo a ferocidade desse monstro de mil faces.



Otomar Lopes Cardoso

Fronteiras do Desenvolvimento (III)

MOSSORÓ

Mossoró, pela sua importância no contexto do Rio Grande do Norte, é considerada de fato uma capital para vasta região do chamado Oeste potiguar. Centro urbano dinâmico, conjuntamente com Natal, formam os dois maiores núcleos do Estado. Face ao seu processo de desenvolvimento, apresenta algumas condicionantes positivas, como o acentuado «amor à terra» do seu povo que acredita na construção de dias melhores, além das potencialidades dos recursos naturais, característica marcante de todo o Rio Grande do Norte. Mas Mossoró ainda apresenta graves problemas de pobreza de boa parcela de sua população, infelizmente um fato tão presente na vida do Nordeste brasileiro.

Geograficamente, dentro do Rio Grande do Norte. Mossoró se encontra muito bem localizada, inclusive distando razoavelmente de dois polos maiores, como Natal e Fortaleza (ambas aproximadamente a 250 quilômetros); pela BR-405, que constitui a entrada natural para quase 1/3 do território norte-riograndense; próximo à orla marítima, permitindo a exportação de produtos primários principalmente o sal (50 quilômetros do Porto-Ilha de Areia Branca); e apresenta o potencial de recursos naturais que são ainda objeto de pesquisas e estudos (petróleo, calcário, etc.).

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

Mossoró, em breve, terá 200 mil habitantes. Para isso muito concorre sua elevada taxa de crescimento populacional médio nos últimos 10 anos (7%). Cidade relativamente planejada, dotada de um «plano diretor» e sem maiores acidentes na sua topografia plana. Não há favelas, a despeito do seu maior problema ser a pouca oportunidade de emprego, o que faz com que haja uma acentuada percentagem de «baixa renda» na sua população.

No plano de desenvolvimento do Estado, assim é caracterizada a «Zona Econômica de Mossoró»:

“Com uma estrutura predominantemente agropecuária (com extrativismo vegetal merecendo destaque), apresenta boa diversificação de produtos, sobretudo em áreas localizadas. A indústria é dinâmica, diversificada e importante no contexto estadual. A estrutura comercial está bem montada tanto no setor varejista como no atacado, com um grau de importância bem acentuada a nível estadual. A ocupação de mão-de-obra está bem diversificada, com destaque para o setor primário”.

Na área social, destacamos sobretudo o funcionamento da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, com mais de 6 mil universitários em mais de uma dezena de cursos funcionando, além de dois «campus» (Açu e Pau dos Ferros). E a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), unidade educacional no campo agrícola, formando técnicos de nível superior para o Nordeste.

No plano político, Mossoró marca sua presença relevante graças à visão das lideranças locais. Há uma tradição histórica na vida do Estado, desde o pioneirismo da Abolição da Escravatura, em 30 de setembro de 1883, ao primeiro voto feminino no País (1928).

PERSPECTIVAS DINÂMICAS

Um conjunto de fatores favoráveis dá uma perspectiva dinâmica ao desenvolvimento de Mossoró, considerada hoje, oficialmente, como uma cidade de «porte-médio», o que facilita maiores acessos aos recursos do Governo Federal. O espaço urbano está planejado e há obras de construção, desde as vias de acesso ao sistema de saneamento básico.

O fortalecimento da cidade faz com que seu comércio varejista e atacado se expanda relativamente bem. A área industrial apresenta tradição e conta com a agressividade do empresário local. As unidades fabris em Mossoró têm um desempenho positivo. Ressalte-se apenas a carência de um maior apoio oficial. O Banco do Desenvolvimento do Estado ainda não instalou sequer uma agência operacional em Mossoró. A omissão governamental quanto a industrialização se torna incompreensível, numa região onde a falta de oportunidades de emprego constitui um dos grandes problemas.

Mas, sem dúvida, a grande força propulsora do desenvolvimento local é a Universidade Regional. Ela realiza um papel essencial no desenvolvimento das potencialidades do homem do Oeste potiguar. Constitui um fator de transformação social e renovação de modos de pensar, sentir e agir. Hoje a Universidade é um patrimônio intocável de Mossoró e motivo de orgulho de todos os norte-riograndenses. Mas a sua melhor perspectiva será a federalização — inclusive envolvendo a ESAM — para superar as limitações de fatores políticos transitórios, vigentes atualmente no Estado. O grande caminho do desenvolvimento de Mossoró dar-se-á pela trilha superior da Universidade.

NOVA LOJA DE PINHEIRO, CHACON PROPÕE UM NOVO ESTILO DE VENDAS

Situada estrategicamente na confluência da Av. Salgado Filho com a Rua da Saudade, a nova filial de Pinheiro Chacon & Cia. inaugura um estilo em Natal: os materiais de revestimento de paredes e pisos, e de decoração em geral, revendidos pela empresa, têm amostragem na própria construção da sua loja; o cliente não é *dirigido* em matéria de decoração, como acontece na maioria das lojas do gênero.

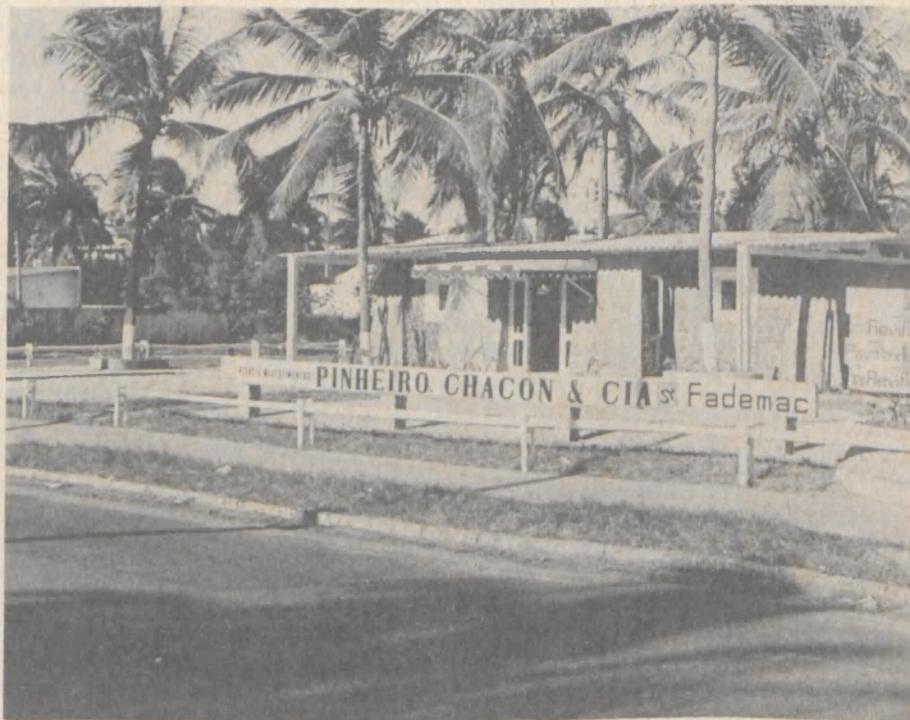
Ezequiel Fonseca, um dos diretores de Pinheiro Chacon, define a nova loja do grupo:

“Na lojinha da zona Sul é o cliente quem dita as regras da decoração. Nosso pessoal, treinado por especialistas, apenas assiste e sugere aos clientes as opções de materiais de revestimento à sua disposição”.

A nova loja dispõe de amplo estacionamento e grande novidade em matéria de exibição dos produtos vendidos: estes, são expostos já aplicados, na própria construção da lojinha. Os carros-chefes da empresa são os produtos da FADEMAC (Paviflex, tapete Reviflex, piso de borracha Pisoflex — e o mais recente lançamento do grupo, o Decorflex). Mas a diversidade de produtos se estende a cortinas, tapetes e uma infinidade de opções em matéria de revestimentos que atende a todos os estilos arquitetônicos e decorativos — desde o rústico ao chamado «luxo brasileiro». Pisos e forrações para salas, cozinhas, banheiros, quartos, cortinas Rolô, sugestões para interiores, soluções de cores e adornos — em todos os aspectos arquitetônicos e decorativos a nova loja tem uma resposta satisfatória. É como informa Ezequiel Fonseca:

“O cliente tem uma oportunidade extraordinária de aplicar suas idéias, de realizar sua criatividade em matéria de decoração de interiores”.

OS PRODUTOS — O PAVIFLEX é sem dúvida, a grande «estrela» da loja. Além de extremamente prático e resistente, dispõe de uma variedade de cores que o torna de possível aplicação em qualquer ambiente. O PAVIFLEX pela sua versatilidade e durabilidade, é de aplicação quase obrigatória em hospitais, clínicas, consultórios e até em pisos de quadras de esportes, como aconteceu com o Ginásio do Campus Universitário, no Ginásio da Escola Técnica Federal e,



A nova loja de **Pinheiro, Chacon & Cia.**, na avenida Salgado Filho, tem uma grande novidade para mostrar aos clientes: os produtos que vende são expostos aplicados na construção da própria loja.

recentemente, no Ginásio Sílvio Pedrosa. As vantagens que favorecem sua aplicação são enumeradas por Ezequiel Fonseca:

“O PAVIFLEX suporta as mais severas solicitações de uso, resistindo até a agentes químicos; é isolante termo/acústico — característica que o torna preferido pelas clínicas e salas de cirurgia; favorece a que se mantenha o equilíbrio da eletricidade estática — e, finalmente, oferece maior facilidade para manutenção e limpeza (basta lavar com água e detergente)”.

É ainda o diretor de Pinheiro Chacon quem informa que, no caso específico de quadras de esportes, além das qualidades já enumeradas, oferece outra vantagem:

“As demarcações das quadras poderão ser feitas com placas de cores diferentes, substituindo com mais eficiência o uso da tinta, que periodicamente precisa ser renovada”.

A durabilidade desse material é tanta que é quase permanente. Pinheiro Chacon dispõe de uma variedade de 16 cores à disposição do cliente.

Cartas

EXPANSÃO — Para Rubens Chacon, presidente da empresa, a lojinha marca a primeira etapa do plano de expansão do complexo Pinheiro Chacon. A moderna e confortável loja da Ribeira será utilizada como centro administrativo da empresa: **“É uma espécie de símbolo do nosso esforço, se constitui no marco inicial de nossa expansão”**, explica Rubens Chacon.

O projeto de interiorização das atividades comerciais do grupo Pinheiro Chacon se iniciará por Mossoró. A escolha foi intencional. Além de centro mais importante do interior do Estado, é uma espécie de capital interiorana, onde os negócios encontram sentido com maior rapidez — opina o presidente da empresa, acrescentando:

“A população de Mossoró já tem um padrão de vida comparável ao das capitais. Já é uma clientela seletiva em matéria de decoração. Para eles, oferecemos o que há de mais requintado em matéria de tapetes, revestimentos para pisos e paredes, louça sanitária e modulados”.

Explicando a lojinha da zona Sul, Rubens Chacon afasta a hipótese de elitismo:

“Não é esnobismo de nossa parte a instalação de uma loja na zona Sul da cidade. Ocorre que naquela região se concentram as residências de melhor bom-gosto em matéria de arquitetura, se constituindo até em cartão de visitas de Natal. Então, nada mais justo do que oferecer a esta clientela a comodidade de dispor, sem atropelos de trânsito, das melhores opções para manter o padrão de qualidade nos interiores, compatível com o projeto arquitetônico”.

A lojinha da zona Sul será como que uma espécie de mostruário dos artigos revendidos pela empresa. Não manterá estoques. As mercadorias compradas serão entregues pela loja da Ribeira — num evidente demonstrativo de que a estratégia da organização orientou-se exclusivamente para a comodidade da população da zona Sul.

A tradição do grupo se consolidou durante 15 anos ininterruptos na comercialização de pisos e tapetes — um «know-how» bastante apreciável, principalmente se for considerado o fato pouco comum de exclusividade em dois ramos de negócios de pouca rotação em termos de vendas de massa e da exiguidade de clientes, à época em que se iniciou no negócio. Pinheiro, Chacon & Cia., praticamente, é pioneira no Estado em matéria de revenda exclusiva desses tipos de mercadorias. Hoje, com o crescimento da população e a própria melhoria do nível de vida, com o surgimento de uma classe média alta bastante exigente em matéria de qualidade, o grupo procurou-se adaptar à nova realidade, daí nascendo a idéia da lojinha da zona Sul.

CUMPRIMENTOS

Senhores Diretores:

Ao ensejo em que a revista RN/ECONÔMICO atinge o seu centésimo número, desejo expressar meus cumprimentos, formulando votos de repetição do sucesso até agora alcançado.

Capitão-de-Mar-e-Guerra
Luiz Oscar Moss Goulart
Comandante da Base Naval de Natal

Senhores Diretores:

Apesar da distância e do tempo, eu continuo ligado ao nosso Rio Grande do Norte e aos meus amigos daí. É pela leitura da revista RN/ECONÔMICO que eu tenho tido a possibilidade de me manter informado sobre o progresso prodigioso da economia norte-riograndense. Recebam meu encorajamento ao seu trabalho. Continuarei lendo esta prestigiosa revista com muito prazer e interesse.

Bernard Alléguede
Charleville — França

ASSINATURAS

Senhores Diretores:

RN/ECONÔMICO é uma revista que todos os potiguares deveriam ler, principalmente os que estão longe. É um órgão que não somente informa como também comenta a informação, através de pessoas altamente qualificadas. Por aqui, fico sabendo das pessoas que povoaram a minha infância tão bonita, aí em Natal e na Usina Estivas, no tempo do meu saudoso avô Leônidas de Paula. Sei dos da minha geração e conheço os que estão começando a chegar. Mesmo não podendo evitar a saudade quando leio sobre Estivas, fico cheio de orgulho ao ver a obra de meu avô como uma das mais poderosas empresas do Rio Grande do Norte.

Junto com esta, segue o cheque renovando a assinatura.

Oswaldo José de Paula Barbosa
Professor titular de Clínica Psiquiátrica da Universidade do Rio Grande
Rio Grande-RS

Senhores Diretores:

Por muitíssimo proveitoso aos trabalhos desta Câmara Municipal, solicitamos a Vs. Ss. a remessa da revista RN/ECONÔMICO pelo período de um ano. Agradecendo de antemão a provi-

dência, expressamos nossa especial estima pelos que fazem a publicação.

José Reges de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Açu
Açu-RN

Junto à presente estou enviando um cheque para pagamento de uma assinatura de RN/ECONÔMICO.

Não sou comerciante nem empresário mas sou um leitor assíduo e grande admirador de RN/ECONÔMICO, razão por que decidi ser seu assinante a partir deste corrente mês de julho.

Sinceramente lhe confesso que, como potiguar me sinto orgulhoso de ver o crescimento de RN/ECONÔMICO, crescimento este que atribuo, antes de tudo, à capacidade dos seus diretores, que, têm procurado melhorar, não só o aspecto material da revista como também a matéria abordada em reportagens.

Que a RN/ECONÔMICO procure incentivar os nossos empresários, mostrando-lhes as potencialidades econômicas da nossa terra (os vales úmidos, em?) clamando para serem exploradas como também aos nossos governantes, mostrando-lhes os caminhos a serem trilhados na busca do nosso progresso.

Cordiais Saudações

José Osvaldo da Rocha
Tabelião Público
São Pedro-RN

LULA E NÃO BRIZOLA

Senhores Diretores:

A reportagem sob o título **“Lideranças sindicais do RN começam a acreditar na abertura”**, publicada no nº 100 de RN/ECONÔMICO, publicou uma foto minha com a seguinte legenda: **“Pedro Ricardo: Entre Leonel Brizola e Lula, prefiro o primeiro à frente do PTB”**. Na verdade, labourei em equívoco o repórter ao registrar tal declaração como de minha autoria, uma vez que jamais em momento algum me posicionei favoravelmente ao sr. Leonel Brizola. Quando indagado pelo mesmo repórter para opinar sobre Lula, disse-lhe que este (Lula) sim, na realidade, era um trabalhador.

Pedro Ricardo Filho
Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Rio Grande do Norte
Natal-RN

A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL QUER SE APROXIMAR DOS EMPRESÁRIOS

Num Estado onde um dos problemas mais graves é a carência de recursos humanos, a dinamização de uma escola cuja missão é formar técnicos de nível médio para o mercado de trabalho é um tema muito importante.

Marcondes Mundim Guimarães, novo diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em entrevista exclusiva para RN/ECONÔMICO, fala dos seus planos.

Ao completar os seus 70 anos de existência, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte — que os mais velhos conheceram como Liceu Industrial — procura hoje caminhos novos para continuar cumprindo com eficiência a sua tarefa de preparar técnicos de nível médio para o Estado e o País.

Indicado pelo ministro da Educação, Eduardo Portella, e designado pelo Presidente da República, Marcondes Guimarães assumiu a direção da Autarquia Federal, com grandes propósitos, e a sua designação foi bem recebida pelos professores e funcionários da Escola, pois é um professor que conhece muito bem os objetivos das Escolas Técnicas e que já tem dado demonstrações da sua capacidade e liderança dentro da própria ETFRN. Goiano, residente em Natal há quase vinte anos, Marcondes é licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Marcondes Mundim Guimarães, recém-empossado na direção da ETFRN, chegou ao posto depois de, como professor e administrador, ter percorrido nos últimos 15 anos as salas de aula e a diretoria de estabelecimentos de ensino secundário do Estado, como por exemplo o Ateneu, e de ter ainda adquirido um profundo conhecimento da estrutura do sistema educacional brasileiro, graças à experiência de professor universitário e aos estreitos contatos com o Ministério da Educação e



Marcondes quer entendimento com as empresas locais para evitar o êxodo dos técnicos formados pela ETFRN.

Cultura, onde por inúmeras vezes compareceu na defesa de interesses da própria Escola Técnica Federal. O seu pensamento está voltado para a execução de um plano de ação integrada, envolvendo nele a participação da própria comunidade potiguar, principalmente das empresas e do Governo, para quem a ETFRN trabalha, formando a mão-de-obra especializada imprescindível à execução dos grandes projetos de desenvolvimento social e econômico.

A ESCOLA E AS EMPRESAS — Embora não haja reparos a fazer

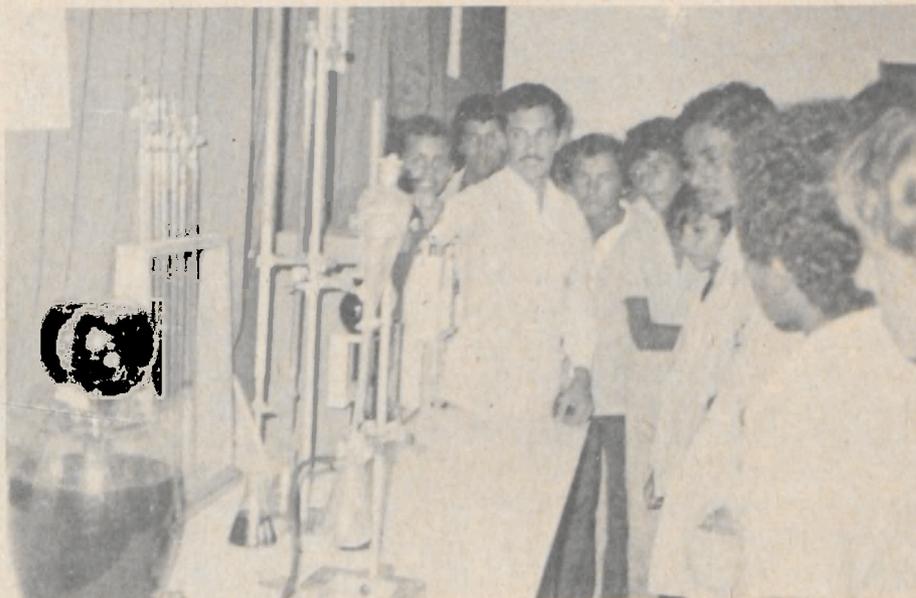
quanto ao bom desempenho da Escola Técnica Federal no passado, e reconhecendo que ela está rigorosamente estruturada administrativamente para continuar a sua tradição de formar bons técnicos, graças ao bom nível dos seus professores, o novo diretor reconhece a necessidade de provocar uma radical mudança na política de integração da Escola com o meio a que ela atende. Explica Marcondes Guimarães que *“um fato lamentável é que, através dos anos, o que se observa é a emigração, ou um verdadeiro êxodo, dos jovens diplomados pela ETFRN, que pela inexistência de mercado local de trabalho que os atenda, preferem ir oferecer seus serviços nos grandes centros”*. A sua primeira preocupação se volta, portanto, para *“encontrar a fórmula que permita a absorção desses técnicos pelas indústrias do Rio Grande do Norte, para que eles sejam na verdade agentes do nosso desenvolvimento e possam emprestar sua ajuda direta na construção da nossa própria economia”*.

Marcondes considera, com justa razão, que o êxodo dos diplomados da ETFRN é um fato negativo que chega mesmo a ser um contrasenso, na hora em que se observar o fato de que estamos, aqui no Rio Grande do Norte, investindo maciçamente na formação de mão-de-obra especializada para, no fim de tudo, entregá-la de graça às indústrias do Centro-Sul. O correto, na visão do novo diretor, *“é encontrar os meios de*

garantir o aproveitamento local desses técnicos”.

Acha Marcondes Guimarães que uma alternativa que deve ser, e já está sendo tentada, é procurar integrar a Escola com as empresas e com o Governo, para que eles digam as suas necessidades em termos de pessoal especializado e a Escola, possa, assim, trabalhar no sentido de atendê-los. “Para isso — diz o diretor — pretendo desenvolver atividades extra-classe e integrar o sistema de ensino às necessidades das empresas e do Governo”.

O APOIO DO MEC — As teses do professor Marcondes Guimarães e da sua equipe de assessores já foram levadas ao conhecimento do Ministério da Educação e Cultura e estão sendo muito bem recebidas. Inevavelmente, a preocupação com o distanciamento entre a Escola e o meio já chegou ao MEC, e o próprio ministro Eduardo Portella não tem



Nos laboratórios e oficinas, os alunos recebem ensinamento prático.

deixado passar as ocasiões de afirmar que o sistema educacional brasileiro precisa mudar. Assim, na hora em que a ETFRN se volta para a busca de novos caminhos, querendo

exatamente atender aos interesses mútuos da Escola e da comunidade onde ela está implantada, o apoio do MEC não poderia faltar.

Outro aspecto que o novo diri-

Cat 120B. A única motoniveladora com motor de motoniveladora

A motoniveladora 120B Caterpillar, fabricada no Brasil, tem uma grande vantagem sobre suas concorrentes: o sobretorque. É uma reserva automática de potência, que aparece quando a máquina enfrenta uma resistência extra.

Na 120B, motor, máquina e qualidade são do mesmo fabricante: Caterpillar. É natural que ela ofereça maior produtividade, vida útil mais longa e menores custos de manutenção.

É, ainda, protegida pelo Cat Plus, o superatendimento do futuro, já disponível hoje, nos Revendedores Caterpillar.



 **CATERPILLAR**

Caterpillar, Cat e  são marcas da Caterpillar Tractor Co



marcosa S.A. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

NATAL — R. G. do Norte
Av. Antônio Basílio, 1370 — Fones: 231-3383 e 231-4262

J. PESSOA — Paraíba
BR-101, n.º 235

FORTALEZA — Ceará
Rua João Moreira, 359

gente considera da mais alta importância, não só para a sua administração em particular, como também para todo o sistema federal de ensino de nível médio do País, diz respeito ao trabalho que a professora Zilma Gomes Parente de Barros vem desenvolvendo à frente da Secretaria de Primeiro e Segundo Graus do MEC, contando com o irrestrito apoio do ministro. Ela pretende dotar as Escolas Técnicas dos mais modernos requisitos didáticos-pedagógicos necessários ao fortalecimento do ensino profissionalizante de Segundo Grau no Brasil, o que abre novos horizontes para as Escolas Técnicas.

OS NÚMEROS DA ETFRN — Existem hoje, espalhados por quase todos os Estados e Territórios do Brasil, nada menos do que 2.878 técnicos formados pela ETFRN, trabalhando em *edificações, estradas, mecânica, mineração, eletrotécnica, geologia, metalurgia e saneamento básico*. Porém apenas um percentual muito pequeno desse pessoal presta serviços no Rio Grande do Norte. Em princípio, Marcondes Guimarães chega a justificar essa realidade, alegando que em parte a culpa pode caber à própria Escola, pois "muitos empresários locais ainda desconhecem o que a ETFRN pode lhes oferecer, em termos de mão-de-obra". Mas, dentro em breve, já não será mais possível imputar essa culpa à instituição, pois ela vai desencadear um trabalho de informação e vai trazer o próprio empresário para dentro da Escola, para que ele sinta e veja o que ela lhe oferece. A parte maior da culpa pelo êxodo dos técnicos, cabe, porém às empresas locais, que alicerçam sua estrutura funcional sem se preocupar com a melhoria do nível técnico e com uma formação educacional e humanística mais profunda dos seus empregados.

EXPANSÃO — Comparada à velha Escola de Artífices, que em 1909 iniciava o seu funcionamento em Natal com apenas algumas dezenas de alunos, a Escola Técnica Federal passou por uma verdadeira revolu-



A ETFRN mantém um coral, formado por alunos, que está entre os melhores do País.

ção. Hoje ela é frequentada por 2.400 jovens, e dela saem anualmente 480 técnicos de nível médio, geralmente disputados por empresas e organismos oficiais de vários pontos do País, por conta de boa formação que recebem.

Desses técnicos, porém, uma parcela ponderável (cerca de 30%)

prefere continuar seus estudos, procurando então ingressar nos cursos superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Atualmente, são oferecidos 8 cursos, ministrados em dois turnos (manhã e tarde). São eles: Eletrotécnica, Estradas, Geologia, Mecânica, Mineração, Saneamento, Metalur-

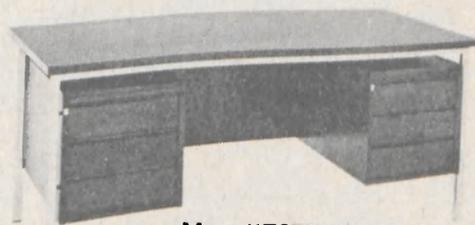
RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITORIO



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor



Máquinas de escrever "REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 266
Fone: 321-1330

gia e Edificações. Além desses, a ETFRN mantém cursos regulares no turno da noite para um contingente de mais de 1.800 alunos, em convênio com colégios públicos e particulares do Estado.

Os cursos técnicos têm a duração de quatro anos, sendo o último dedicado às aplicações práticas dos ensinamentos recebidos, o que é feito nas empresas, onde os estudantes são recebidos como estagiários. Agora, com a exigência do Conselho Estadual de Educação para que todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau adotem a profissionalização, a ETFRN se dispõe a atender os colégios interessados, oferecendo cursos de Auxiliar-Técnico de Solos, Estradas, Desenho Arquitetônico, para os quais as matrículas logo estarão abertas. Serão oferecidas 700 vagas aos alunos dos colégios Marista, Maria Auxiliadora, Nossa Senhora das Neves, Imaculada Conceição, Salesiano e Sagrada Família, todos já devidamente conveniados com a Escola. Dentro de alguns meses, mais 800 vagas para estes mesmos cursos serão abertas para alunos dos colégios estaduais.

PLANO DE AÇÃO — Basicamente, o plano de ação do novo diretor da ETFRN objetiva: 1) elevar o nível de qualidade do sistema educacional da Escola, visando a formação técnica e humanística do educando; 2) manter a Escola permanentemente identificada com os interesses e as aspirações da sociedade produtiva, motivando as empresas a participarem mais diretamente do processo educacional; 3) promover a atualização de seus currículos de ensino, a partir da identificação das necessidades profissionais do mercado de trabalho; 4) aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem; 5) possibilitar à Escola conhecer as necessidades e disponibilidades de empresas e instituições; 6) promover a atualização do corpo docente; 7) desenvolver esforços visando o reequipamento didático dos laboratórios; 8) promover a melhor qualificação do pessoal administrativo; 9) promover o efetivo interrelacionamento da Escola com os órgãos



A prática dos esportes ajuda a completar a educação dos jovens.

da administração federal, estadual e municipal; e 10) promover a melhoria dos laboratórios, através de estudos de ampliação e de reequipamento.

Para a consecução dos objetivos acima, o novo diretor conta com a participação ativa de sua equipe de trabalho, com larga experiência, composta por professores do próprio quadro docente da ETFRN: Alcir Veras da Silva — Planejamento; Luzia Vieira de França — Ensino; Jairo Fabrício Alves — Apoio Didático; na Administração — Wagner Fontenelle de Pinho Pessoa; Marcelo Hen-

rique de Garcia Maia — Pessoal; Severino Fernandes de Oliveira — Educação; Meselemias do Nascimento Idalino — Assessoria de Apoio Didático; e Maria Emília Guedes Gonçalves — Chefia de Gabinete.

Assessorado por essa equipe administrativa, Marcondes Guimarães promete lutar, nos próximos anos, para que a instituição cumpra fielmente suas atribuições, sempre voltadas para a realidade do Estado e buscando o desenvolvimento da terra.

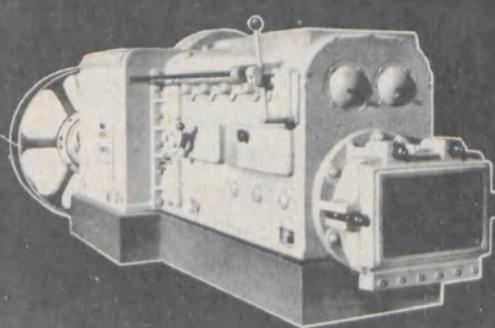
MÁQUINAS PARA CERÂMICA

M.V.P. 5 Super

MORANDO

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL TRATADO

POLIA DE COMANDO COM FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGASTÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

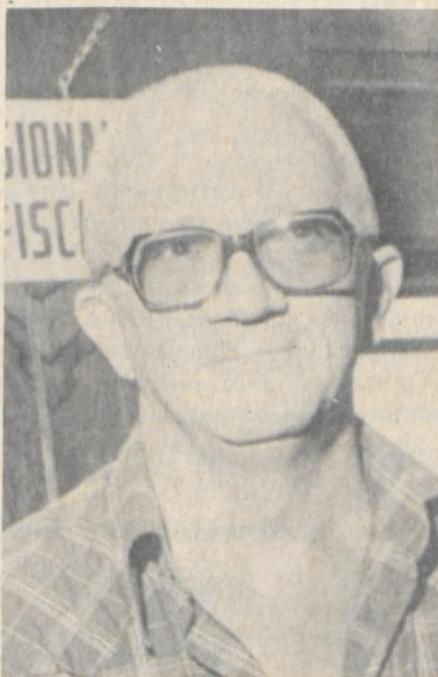
A PREVIDÊNCIA VAI APERTAR CERCO CONTRA OS DEVEDORES

O INPS chega à conclusão que o mau atendimento é culpa da falta de recolhimento das contribuições por parte dos segurados. O volume de contribuintes em atraso autorizam o Ministério da Previdência Social calcular o valor do débito em todo o Brasil: 10 bilhões de cruzeiros. A estratégia de cobrança previa desde a anistia da multa (para quem pagasse até 30 de junho), até percentuais de incentivo sobre a multa verificada e cobrança através de meios judiciais, decorrentes da época em que o devedor em atraso recolha sua contribuição.

A exemplo do que ocorreu em anos anteriores — como em 1972 —, novamente a Previdência Social proporciona aos mutuários em atraso com suas contribuições previdenciárias, o benefício do pagamento do débito sem multa e através de parcelamento. Esta medida foi estabelecida pelo Decreto nº 1.683, de 29 de maio do corrente ano, que entrou em vigor desde junho.

Quem pagou suas contas atrasadas no mês de junho, teve suas multas integralmente dispensadas. Quem pagou em julho, teve um abatimento de 80%. Os que liquidarem seus débitos até 31 de agosto, deixarão de pagar 60% das multas. A partir de setembro, será concedido ao mutuário, um parcelamento para pagamento de suas dívidas, já então com acréscimo de multas e demais implementos. Se até janeiro do próximo ano os contribuintes não quitarem seus débitos, serão notificados para, no prazo de 15 dias, regularizarem suas situações. Ultrapassado esse prazo, o extrato de sua conta será encaminhado à Procuradoria Regional do IAPAS para ser processada a cobrança judicial.

RESSARCIMENTO — A medida visa estimular o pagamento das contas em atraso e coibir a prática do débito com solução de continuidade. O objetivo do Ministério da Previ-



Fernando Siqueira fala sobre os débitos dos contribuintes do RN para com a Previdência Social.

dência Social é o de se ressarcir de mais de 10 bilhões de cruzeiros que os mutuários devem ao sistema previdenciário brasileiro.

No Rio Grande do Norte, a receita mensal proporcionada pela arrecadação das contribuições regulares situava-se na faixa de 105 milhões de cruzeiros. Com a adoção dessas medidas, o montante da arrecadação duplicou nos últimos trinta dias.

O presidente do Instituto de Administração Financeira, Arrecadação e Fiscalização (IAPAS), Assis Anhaiá de Souza, reuniu-se no Rio de Janeiro, nos dias 4 e 5 de junho passado, com todos os secretários regionais da entidade para debater assuntos relacionados com a situação dos débitos previdenciários. Nesta reunião, ficou definido que as dívidas deveriam ser cobradas amigavelmente, começando pela dispensa das multas, até o parcelamento das dívidas — uma maneira de persuadir o mutuário a regularizar sua situação. Entretanto, a persistir o débito, o sistema previdenciário poderá adotar medidas mais enérgicas, que se iniciarão por uma fiscalização rigorosa das empresas devedoras, até o ajuizamento do débito.

A TRADIÇÃO DA DÍVIDA — O secretário regional de Arrecadação e Fiscalização do IAPAS, Fernando Pires Homem Siqueira, afirma que o débito sempre existiu no Brasil, *“principalmente no Nordeste. Isto representa o reflexo do aperto em que vive a Nação. O povo não tem dinheiro”*. Continuando, ele informa que *“de acordo com o débito apurado pela fiscalização do IAPAS, no País, mais de 10 bilhões de cruzeiros deixaram de ser pagos à Previdência. E isto vem acontecendo há mais de 20 anos. As pesquisas apon-*

tam que as empresas de médio porte são as grandes devedoras".

Conforme opinião de Fernando Siqueira, as empresas de médio porte não têm estrutura financeira que as capacite a manter em dia seus pagamentos, ou simplesmente escamoteiam a fiscalização. Contudo, ele assegura que 70% dos débitos decorrentes de contribuições em atraso, são oriundos do parque industrial, sendo estes, igualmente, os responsáveis pelo maior contingente de receita da Previdência Social.

O DEFICIT DO RN — "O Rio Grande do Norte não contribui com o suficiente para cobrir as despesas, não corresponde nem a 50% do que a Previdência aplica em benefício de seus segurados" — revela o secretário da Arrecadação. "Contudo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Brasília, cobrem esta defasagem".

O segurado, e com especialidade o operário do Sul do País, é mais conscientizado — ainda se louvando em declarações de Fernando Siqueira — "e só procura os órgãos da Previdência Social quando está verdadeiramente necessitado. O comportamento diverso dos mutuários nordestinos — em especial os do Rio Grande do Norte gera um deficit no sistema financeiro da representação estadual, concorrendo para o desequilíbrio".

"Se o nosso operariado fosse semelhante ao do Sul, teríamos uma posição de equilíbrio com relação à receita e despesa. Muitos operários nordestinos chegam a provocar acidentes para ficarem em licença, usufruindo das vantagens do seguro. Existem outros que simulam doenças e facilmente conseguem um atestado médico, dispensando-os do trabalho" — conclui o secretário da Arrecadação.

AGRAVAMENTO DO DESEQUILÍBRIO — Além do vício de comportamento dos previdenciários, contribui para agravar o desequilíbrio financeiro da Previdência Social a resolução do Governo Federal, que desde 1973, resolveu prestar assistência a pessoas que nunca contribuíram para a Previdência — tais

como os velhos e os acidentados. Em que pese a justiça social da medida, mais que necessária, imperativa, tal fato contribuiu para certo desequilíbrio financeiro do sistema previdenciário e a necessidade de, cada vez mais, realizar seus débitos oriundos de contribuições em atraso.

À época, em 1973, pensava-se que a medida beneficiaria cerca de 400 mil velhos. Após o cadastramento, essa expectativa foi ultrapassada. Foram diretamente beneficiados mais de um milhão de idosos. Paralelamente à aposentadoria dos idosos, o INAMPS vem assistindo aos acidentados de uma maneira em geral, independentemente de contribuírem ou não para o sistema previdenciário. Essa extensão da assistência previdenciária e médica, representa um peso adicional à receita do sistema, pois cada contribuinte concorre para manutenção da massa beneficiária dos seguros e, agora acrescida de novos beneficiários não-contribuintes. Some-se a isto o fato de que não houve reajuste de contribuições de maneira a que este peso pudesse ser repassado. O próprio sistema o suporta, sem repassá-los aos contribuintes.

OS EFEITOS — O secretário da Arrecadação não soube precisar a receita da representação estadual para este exercício. Alega desconhecimento, em virtude de recente reor-

ganização da Previdência Social. Mas arrisca um prognóstico: 400 bilhões de cruzeiros para todo o País e cerca de 1,5 bilhão para o Rio Grande do Norte.

A maioria dos contribuintes em atraso já começaram a pagar suas dívidas. Os que não o fizeram até setembro, terão fiscalização em suas empresas, embora a ação fiscalizadora se revista de possibilidades de diálogo, enfatizando-se a persuasão ao pagamento. Identificado o débito, os devedores terão até 60 meses para pagá-lo. Para cada mês de atraso, será dado 4 de carência. O IAPAS espera que até o final do ano estejam prontos todos os extratos das empresas faltosas. No início de janeiro, os devedores renitentes terão suas dívidas cobradas judicialmente, depois de notificados para o pagamento dentro de 15 dias.

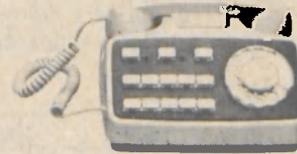
A medida não atingirá os profissionais liberais, nem contribuições próprias de empregadores. Estes deverão se conscientizar de que se não realizarem seus pagamentos perderão o benefício. Contudo, também lhes serão facultados os mesmos benefícios de dispensa de multa e parcelamento.

Fernando Siqueira informa que o IAPAS, ainda este ano, fará concurso para fiscais e exames internos para ascensão funcional, mas até agora não recebeu nenhuma instrução a respeito desses programas.

comunique-se com o grupo executivo **GTE**



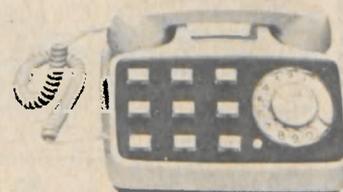
816
1 tronco — 6 ramais



829
2 troncos — 10 ramais



849
4 troncos — *10 ramais



860
6 troncos — 30 ramais

CÉSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.



RELATÓRIO AOS ASSOCIADOS

Prezados Senhores:

É com grande satisfação que exibimos o Balanço concernente ao 1º semestre de 1979, da APERN, encerrado com base no dia 29 de junho p. passado.

Os resultados auferidos no semestre em tela, vem ratificar nossas previsões anteriores, em termos de uma evolução constante e uniforme dos nossos negócios, conforme demonstram por si só os números constantes do pré-falado documento, em se cotejando com situações anteriores.

Por outro lado, tomamos a liberdade de analisar alguns resultados tidos como básicos na formação dos nossos resultados, especialmente a formação de recursos e suas respectivas aplicações, assim como a composição dos Fundos de Reserva e Emergência, que hoje representam significativa quantia, tendo em vista o estabelecimento de parcelas específicas que lhe são destinadas no fechamento dos Balanços semestrais. (VIDE QUADRO ABAIXO).

Faz-se necessário lembrar que a APERN tem hoje provisionado o valor de Cr\$ 10.836 (dez milhões, oitocentos e trinta e seis mil cruzeiros), além das reservas legais, para fazer face ao pagamento dos dividendos dos dois próximos trimestres, aos seus depositantes, bem como um resíduo do Lucro apurado, colocado à disposição da Assembléia Geral Ordinária.

Apesar da performance apresentada em todos os seus compartimentos, houve no transcurso do semestre redução do quadro de funcionários — menos «1» — não ocorrendo, todavia, prejuízos no atendimento aos nossos Depositantes e/ou Mutuários, o que prova nossas afirmativas anteriores de que dispunhamos de uma estrutura montada, capaz de suportar significativo crescimento, sem, contudo, onerar nossos custos.

(EM MILHARES DE CRUZEIROS)				
ITENS	28.12.78.	29.06.79	Crescimento	
			Cr\$	%
Depósitos	234.511	294.505	59.994	26
Financiamentos	554.064	735.526	181.462	33
Fundo Reserva	9.952	23.471	13.519	136
Fundo Emergência	4.976	11.736	6.760	136
Prov. p/Garantir Div. Futuros	8.757	10.836	2.079	24
Nº de Associados	89.684	100.986	11.302	13
Nº de Funcionários	63	60	(1)	(2)

Atenciosamente,
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DISPONÍVEL

— Encaixe e Subencaixe

REALIZÁVEL

- Financ. Imobiliários
- Próprio
- Agente
- Aplicações Diversas
- Outros Créd. realizáveis

IMOBILIZADO

— Bens Imóveis e Móveis de uso

RESULTADO PENDENTE

— Despesas Diferidas

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Total do

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

- Desp. Administrativas
- Desp. Patrimoniais
- Desp. de Operações
- Apur. Correção Monetária

DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

- Prev. p/garantir Div. Fut.
- Fundo de Reserva
- Fundo Emergência
- Part. Estatutária
- Saldo a Disp. da A. G. O.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente: Alvaro Altbach

Conselheiros: Luiz Sérgio

Mário Rêgo

Elias Arruda

Martha

PARECER

CERTIFICO, para os fins do Art. 52, da R. C. 05/79, a realização da DEMONSTRAÇÃO DE CONTAS relativas ao semestre encerrado em 29 de junho de 1979, da APERN — Associação de Pequenos Empregadores do Rio Grande do Norte, com sede em João Maria, nº 78, bairro de base ao levantamento

Como conclusão

COOPERATIVA DE POUPOANÇA E EMPRÉSTIMO RIOGRANENSE DO NORTE

ENDEREÇO: PADRE JOÃO MARIA, 78 • FONES (084) 222-4714 - 222-4715 - 222-4716 • NATAL • RN • BRASIL

BALANÇO CONSOLIDADO EM 29 DE JUNHO DE 1979

MATRIZ E AGÊNCIAS: NATAL E MOSSORO

ATIVO		PASSIVO	
	25.270.768,38	PATRIMÔNIO SOCIAL	
		— Reservas e Fundos	49.485.840,05
		— Depósitos de Assoc.	294.504.746,70
		EXIGÍVEL	
		— Banco Nac. Hab.	427.809.343,05
525.395.809,57		— Créd. Div. Provisões	81.916.273,40
210.130.657,24		— Outras Exigibilidades	36.758.628,74
12.096.426,96		Div. a pagar ou cred.	4.128.588,48
111.705.592,49	859.328.486,26		550.612.833,67
		RESULTADO PENDENTE	
	7.677.866,60	— Receitas Diferidas	238.674,61
		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	961.252.479,93
	2.564.973,79		
	961.252.479,93	Total do Passivo	1.856.094.574,96
	1.856.094.574,96		

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"

9.018.785,01		RECEITA OPERACIONAL	
1.077.581,09		— Renda de Disponibilidades	3.150.989,92
137.247.622,24		— Renda de Financiamento Imobiliário	161.573.987,84
6.339.100,87	153.683.089,21	— Renda de Aplic. Diversas e outras	3.683.630,67
		— Rec. de Serviços	245.549,56
8.173.008,22		— Rec. Extraordinárias	1.069.011,80
3.976.783,24		— Apuração de Correção Monetária	1.080.913,62
1.988.391,61			170.804.083,41
1.715.149,95			
1.267.661,18	17.120.994,20		
	170.804.083,41		

DIRETORIA	CONTABILIDADE
Álvaro Alberto S. F. Barreto	Téc. em Contabilidade
Mário Roberto S. F. Barreto	João Bosco da Costa
	CRC — RN 1559

OPINIÃO DOS AUDITORES

Opiniões previstas na alínea «b» do Art. 1º do Regulamento do BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, referente ao BALANÇO GERAL e da DEMONSTRAÇÃO DA CONTA RECEITA E DESPESA, elaborado em 29 de junho de 1979, da Cooperativa de Poupança e Empréstimo Riograndense do Norte (RN), à praça Padre João Maria, 78, Natal (RN), nos documentos que serviram de base para a elaboração das ditas peças contábeis.

Em exame em apreço, sou de

PARECER que o BALANÇO GERAL e a DEMONSTRAÇÃO DA CONTA RECEITA E DESPESA refletem adequadamente o estado patrimonial e o resultado do exercício da Associação. Em consequência, e por estarem as referidas peças em harmonia com as disposições legais, regulamentares e estatutárias e não contrariarem os princípios de contabilidade geralmente aceitos, nada tenho a objetar quanto à sua aprovação.

Natal (RN), 12 de julho de 1979

Francisco Steiner Gomes Mesquita
CRC-Piauí nº 1026 — Auditor Independente 04/PF
Processo no BNH Nº 72.737

COHAB: NOS PRÓXIMOS 4 ANOS, 27 MIL NOVAS CASAS POPULARES

A Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN — tem um ambicioso programa a cumprir nos próximos quatro anos: construir 23 mil novas moradias e financiar 4 mil reformas e ampliações de residências de pessoas de baixa renda. Lauro Duarte Filho, presidente da empresa, fala sobre as metas da nova diretoria e relaciona problemas a superar, como por exemplo o da dificuldade para adquirir terrenos em Natal para os futuros conjuntos.

A cada dia que passa, mais difícil se torna a aquisição de terrenos para edificação de conjuntos habitacionais na zona urbana da capital. O problema também está agora se estendendo às principais cidades do Estado. A desapropriação, por interesse social, usada em larga escala nas administrações passadas, já não representa o melhor caminho para a COHAB-RN, por conta das implicações e dificuldades jurídicas encontradas na hora em que se estabelece o valor das indenizações.

Lauro Duarte Filho, diretor-presidente da COHAB-RN, fala a esse respeito:

“Em função do dinamismo da gestão anterior, a COHAB esgotou todas as possibilidades de, através de terrenos já adquiridos, desenvolver uma nova programação. No momento, a COHAB se volta para um trabalho de identificação de áreas, tanto na Capital quanto no interior. É um trabalho intenso, tanto de localização como verificação das condições físicas dos terrenos, cujas aquisições terão de ser submetidas à aprovação específica do BNH”.

Em função da utilização de um sistema permanente de inscrições de candidatos à compra de casas, a COHAB se sente tranquila com relação ao mercado. Somente na Capital a COHAB dispõe, no momento, de nada menos que 20.000 novos inscritos, valendo salientar que devido às condições mínimas exigidas pelo Sistema Financeiro da Habitação, dessa totalidade de inscritos, geralmente, um grande número não atin-

ge a faixa exigida pelo BNH para aquisição de casa popular.

Devido a esse grande número de pessoas que procuram a COHAB, e diante das dificuldades originárias da constante valorização imobiliária não só em nossa Capital como nas principais cidades do Estado, a «desapropriação de terras» seria uma solução imediatista, mas não a melhor, segundo o diretor-presidente da COHAB-RN:

“Não nos parece que a desapropriação seja a solução ideal. A desapropriação é uma solução que se adota como medida extrema para se adquirir uma área. A solução lógica, e a mais racional, seria a aquisição de terras através de compra ou doação. Contudo, como última alternativa, poderia surgir a desapropriação e aí a COHAB teria, sem dúvida alguma, que enfrentar os problemas que muitas vezes se apresentam, quando essa desapropriação não é amigável”.

METAS — A meta definida no programa de habitação popular divulgado pelo Governo do Estado estabelece, para o período 79/83, que a COHAB vai oferecer, 27 mil financiamentos, sendo 4 mil relativos ao programa de ampliação e melhoria da casa própria, o que resultará um contingente efetivo de 23 mil novas habitações.

O plano traçado pelo Governo e que a COHAB se prontifica a executar, tem por finalidade não apenas construções na Capital, onde a procura logicamente é muito mais cons-

tante, mas abrange todo o interior, beneficiando não apenas as maiores cidades do Estado, mas todas, de um modo geral, desde que apresentem condições para recebimento destes benefícios.

“Dentro da meta que traçamos — afirma o diretor-presidente da COHAB — pretendemos realizar edificações em 24 cidades do interior potiguar, dentre as quais, Mossoró, Caicó, Currais Novos, Macau, Açu, Ceará Mirim, Parelhas, Goianinha, Pau dos Ferros, Alexandria, Jardim do Seridó, Eduardo Gomes, Santa Cruz, Macaíba, Nova Cruz, João Câmara, São Miguel, Apodi, São José do Mipibu, Angicos, Umarizal, Augusto Severo e Patu, podendo outras ser incluídas, posteriormente, dando um total de 12.000 habitações distribuídas em todas essas cidades. Com relação à Capital, a meta prevê a construção de novos conjuntos habitacionais que totalizarão mais 15.000 mil residências”.

COMERCIALIZAÇÃO DE TERCEIROS — Uma notícia veiculada pela imprensa confirma a dinamização do plano do BNH de incentivo às empresas construtoras, pelo qual qualquer empresa poderá construir casas e entregá-las para comercialização por parte da COHAB. Lauro Duarte Filho, explica o plano:

“Através da Resolução 54, o BNH prevê a aquisição pelos agentes financeiros, como a COHAB, de empreendimentos a executar, empreendimentos em execução e empreendimentos prontos. Isto signifi-

ca que nós poderemos negociar com as empresas de construção a aquisição de empreendimentos a executar, ou seja: a empresa dispõe de área própria, e para esta área, em função de certos parâmetros que a COHAB estabelece, a empresa tem seu projeto desenvolvido com apoio do BNH, e a COHAB se encarrega, na fase final, de toda sua comercialização. Este programa é o que pretendemos desenvolver em Natal e nos municípios, contando com a pujança e know how de empresas de porte já existentes na praça e outras que atuam com segurança e performance, junto a outras COHABs do Brasil''.

INADIMPLÊNCIA — Devido aos problemas de ordem financeira existentes não apenas no Rio Grande do Norte, mas em todo o País, muitos setores do comércio, indústria, financeiras e outros, vêm observando uma queda de liquidez. Como empresa, a COHAB não foge à regra. Lauro Duarte Filho explica, porém, que o índice de inadimplência é relativamente pequeno, e justifica:

''Sei que este é um problema delicado, mas em termos gerais os adquirentes da casa própria, sejam eles da faixa mais elevada ou da faixa menor, esta em que a COHAB atua (de um a cinco salários-mínimos), todos eles, ao adquirirem suas casas têm capacidade de pagá-las, haja vista, em nosso caso, o processo seletivo que realizamos, onde somente aqueles que comprovam renda suficiente podem adquirir a casa. A partir daí, evidentemente, podem surgir problemas. Mas o que se observa é que, muitas vezes, o mutuário deixa de pagar a casa por faltar à COHAB uma política mais agressiva no tocante à cobrança. A experiência tem indicado que, a partir da hora em que a COHAB admite o atraso, cria um sério problema para que o mutuário consiga colocar sua prestação em dia. E por esta razão a COHAB está agora envolvida numa campanha de esclarecimento à população de baixa renda, feita através de assistentes sociais da própria empresa, nos conjuntos, para evitar que os problemas se avolumem''.



Lauro Duarte Filho não acha a desapropriação de terrenos boa política.

DIFICULDADES — Adotando procedimentos que viabilizem a execução das metas traçadas pelo Governo, a COHAB se propõe também a estabelecer um controle total, no tocante não só à execução de novas unidades habitacionais, como também ao controle das unidades já construídas. Na atualidade existe um contingente de 8 mil unidades comercializadas e mais 7 mil que serão entregues para comercialização, totalizando assim 15 mil unidades que exigirão da COHAB um amplo controle de gestão, onde se exigirá que os Contratos sejam feitos com o máximo cuidado para que não surjam, no futuro, problemas que dificultem a integração de mais 27 mil novos financiamentos já previamente estabelecidos pela meta governamental.

INOVAÇÕES — O Governo Federal tem demonstrado o maior interesse em mudar para melhor a política habitacional do País. A esse respeito já houve pronunciamentos, principalmente do ministro do Interior e do presidente do BNH, e uma das tônicas desses pronuncia-

mentos é a preocupação em viabilizar os empreendimentos habitacionais nas faixas de baixa renda.

''Dentre as modificações que estão sendo estudadas — afirma o diretor-presidente da COHAB — já se sabe, por exemplo, que o problema que hoje preocupa o BNH é justamente a redução das prestações''.

CUSTO — Dos 20.000 inscritos em Natal para aquisição de casa própria na COHAB, apenas 4 mil poderão ser beneficiados, a médio prazo, isto porque, segundo os dados fornecidos pela Companhia, e diante dos terrenos disponíveis e que poderão ser adquiridos, para o ano de 1979, estão previstas 4 mil edificações.

O alto custo das habitações tem sido tema de debates em todo o País, e devido a isso, torna-se cada dia mais difícil a aquisição, por parte de pessoas de baixa renda, da casa própria. O fato é que não se pode ter uma idéia exata do valor da construção de uma casa popular. Conforme explica o diretor-presidente da COHAB:

''É difícil se estabelecer um preço para construção de uma casa popular. Nós temos preços muito variáveis, e um mercado definido a atender, que é o mercado da faixa de baixa renda, situado em torno de 1 a 5 salários-mínimos. Além dessa faixa, a COHAB não pode atuar, porque os juros dos capitais aplicados nessa faixa são juros subsidiários. O limite de financiamento da COHAB é fixado: ele vai até 500 UPCs, cerca de 180 mil cruzeiros. É por conta dos custos que construímos diferentes casas para diferentes níveis de renda: casas embrião, casas de um quarto, de dois e até de três quartos. O preço do metro quadrado varia muito em função do projeto. O que é importante é que nós procuramos sempre a construção de casas dentro de médias de custos compatíveis com os níveis de renda a serem atendidos. Assim, não podemos construir casas acima de 180 mil cruzeiros, como também não podemos vender casas a pessoas que ganham acima de cinco salários-mínimos''.

O ALARMANTE ÊXODO RURAL MOSTRA QUE O CAMPO NÃO VAI BEM

O êxodo rural vem sendo para o País um problema até agora sem solução. No Rio Grande do Norte a situação se agrava. Aos poucos, o campo vai ficando sem o braço do trabalhador rural que, sem nenhuma assistência social e com salários irrisórios, busca nos centros urbanos uma nova perspectiva de vida. Essa situação gera graves problemas, obrigando o Governo a despesas especiais para evitar uma marginalização acentuada. Que se pode fazer para evitar o êxodo rural? Aqui, gente entendida no assunto dá sua opinião e aponta soluções.

Já vem de longe o fenômeno do esvaziamento do meio rural brasileiro, através da evasão da mão-de-obra que se desloca para as cidades, fugindo da miséria e da falta de condições para uma sobrevivência condigna.

Para o ex-secretário da Agricultura do Rio Grande do Norte, Moacyr Torres Duarte, o processo de desenvolvimento econômico nacional se caracteriza por uma série de transformações de natureza qualitativa, entre as quais uma das mais evidentes é a relativa à distribuição populacional. Explica ele:

"Desde que nos encontramos numa fase típica de desenvolvimento e não apenas de crescimento, evidenciam-se, naturalmente, modificações na composição rural-urbana de nosso quadro demográfico".

Observa-se, portanto, a ampliação dos grupamentos urbanos, com a queda consequente dos percentuais relativos à população rural. No período de 1950 a 1970, o Rio Grande do Norte apresentou um crescimento médio de 2,4% ao ano, maior do que o do Nordeste (2,3%) e inferior ao do Brasil (3,0%). Considerando-se a dinâmica do espaço urbano, o Estado teve um incremento populacional de 5,7% ao ano, o que equivale a um acréscimo de 300% da população localizada nas cidades. O espaço rural, neste interregno, permaneceu praticamente estagnado,



Moacyr Duarte analisa as causas do nosso êxodo rural.

com uma taxa média de crescimento de 1,1% ao ano. A simples confrontação da dinâmica dos dois espaços permite deduzir a ocorrência de fortes migrações do campo para a cidade.

O Esvaziamento Rural — Marlúcia de Souza Saldanha, secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, confirma que o fenômeno é evidenciado não somente no Rio Grande do Norte, mas em todo o

País, especialmente nos Estados nordestinos, onde o êxodo rural cada dia mais se intensifica. Afirma Marlúcia:

"Essa intensificação atinge atualmente uma taxa média de 1,8% ao ano; no entanto, mesmo com um elevado índice de esvaziamento, o nosso meio rural apresenta-se ainda com uma força de trabalho em crescimento, o que não significa que os níveis de produtividade média do homem do campo estejam, igualmente, em elevação. Constata-se a evasão, mas não há indícios, pelo menos a médio prazo, de escassez de mão-de-obra no meio rural".

O presidente da Federação dos Sindicatos Rurais, José Francisco da Silva tem uma opinião diferente para explicação do êxodo rural:

"No meu entender, o êxodo rural continua cada dia mais elevado em virtude das dificuldades existentes para o homem que trabalha na terra. Não possuindo meios aquisitivos para conseguir comprar um pedaço de chão, tem que trabalhar para os grandes latifundiários, donos de toda a terra, e estes, possuindo créditos e outros incentivos, não mais oferecem condições ao trabalhador rural de trabalhar como meeiros, arrendatários, etc., fixando um salário ínfimo que não dá para manutenção do trabalhador e sua família. Para não passar fome, ele é obrigado a seguir para as cidades, onde, ape-

sar do pequeno salário, tem pelo menos toda assistência social para sua família”.

A EMIGRAÇÃO — Outro aspecto a ser considerado é o de que o crescimento vegetativo acelerado, apesar do declínio das taxas brutas de natalidade, é o principal fator do incremento populacional do Rio Grande do Norte.

De acordo com estimativas da Secretaria do Planejamento, a taxa de crescimento vegetativo para o Estado, no período 1950/70, foi de 3,5% ao ano, a qual subtraída da taxa de crescimento real de 2,4% a. a., resulta num índice de emigração de 1,1% a. a., tipificando o nosso Estado como forte emissor de população. Os dados atualizados, embora não oficiais, dão, para o período 1971/1978, um índice de crescimento vegetativo de 4,1%, enquanto a taxa de crescimento real foi de 1,8%, resultando daí um índice de emigração de 2,3%.

Importante também é considerar a evolução da estrutura de ocupação da força de trabalho. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, a população economicamente ativa do Estado representava cerca de 26% da população estadual, muito inferior à taxa correspondente ao Nordeste (30%) e ao Brasil (33%), como também em relação ao Censo de 1950 quando a taxa de ocupação era de 30%, indicando uma insuficiente capacidade germinativa de empregos do sistema econômico estadual. Os dados atuais, não oficializados, indicam apenas 22% correspondentes à faixa populacional economicamente ativa do Rio Grande do Norte.

“O que se nos parece extremamente grave — afirma o ex-secretário Moacyr Duarte — é o fato de que, muito embora a evolução da ocupação da mão-de-obra na indústria e nos serviços seja superior à taxa de crescimento da população estadual, é, ainda, muito inferior aos índices de crescimento da população urbana. O aumento da participação do setor urbano na composição da população é fenômeno que existe no Rio Grande do Norte, no Nordeste e



Marlúcia Saldanha aponta a queda da renda da população rural como uma causa do êxodo. Mas também culpa a seca.

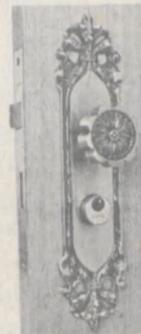
no Brasil. O problema não se constitui no esvaziamento do campo, mas, sim, na capacidade demonstrada pelas atuais formas de produção agrícolas de gerarem o volume desejado de empregos, volume este que se apresenta insuficiente para atender ao próprio crescimento vegetativo da população rural”.

A questão assume maior gravidade, quando se considera que o dinamismo dos demais setores — secundário e terciário — não corresponde à transferência de mão-de-obra originária das atividades primárias. Além disso, a tecnificação da agricultura, na maioria das vezes, conduz a um processo de liberação do fator trabalho, criando um verdadeiro impasse a partir do momento em que se pode ser levado a considerar que o desenvolvimento rural pode trazer consequências socialmente indesejáveis.

Na verdade, o desenvolvimento agropecuário encontra-se estreitamente correlacionado com o desempenho do sistema como um todo. A análise do problema de emprego não pode ser setorializada. Os objetivos maiores que se consubstanciam no pleno emprego da força de trabalho não aceitam formulações idealizadas em termos de compartimentos estanques, de setores isolados.



**mostra porque
está sempre
na vanguarda.**



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



**Pensou em construir
Pensou na SACI.**



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

CAUSAS FUNDAMENTAIS —

Muitas são as causas apontadas como fundamentais do êxodo rural. A secretária do Trabalho, Marlúcia Saldanha, aponta algumas:

“Não só em nosso Estado, mas no Nordeste, a causa fundamental do êxodo rural é, além da redução da renda real da população — decorrente sempre do excesso de mão-de-obra —, a ocorrência de fenômenos climáticos, notadamente a seca; embora não se tenha uma estatística e nem fontes dignas de uma comprovação numérica exata, quanto à real e total participação da seca na intensificação do êxodo. Vale, entretanto, a apresentação de alguns dados estimativos, tais como: o êxodo rural verificado com a seca de 1970 foi de, aproximadamente, 70.000 pessoas, ou ainda: cerca de 50% das pessoas alistadas nas frentes de trabalho ou nos serviços emergenciais, por ocasião das estiagens, em anos anteriores (1970 e 1976), tiveram parentes que emigraram para os centros urbanos”.

Além dessa razão fundamental e constante, outras causas são apontadas pela secretária do Trabalho e Bem-Estar Social: a migração da população rural com baixa renda à procura de melhores condições de vida (educação, saúde, lazer); a migração do excesso de população (crescimento) está provocada pela restrição em um dos fatores de produção, terra ou capital; a atração exercida pela industrialização e pelo progresso dos centros urbanos, como se verificou no período 60/77.

A PROCURA DO MELHOR —

No pensamento do presidente da Federação dos Sindicatos Rurais, José Francisco da Silva, no momento *“a inexistência de meios, principalmente financeiros, para sobrevivência do trabalhador no campo, apressa cada dia mais o seu deslocamento para a capital, onde ele acredita ter possibilidade de dar, a si e à sua família, melhores condições de vida”.*

Sobre o assunto, Moacyr Duarte comenta:

“Em primeiro lugar, cabe considerar que o próprio processo de de-

envolvimento econômico, objetivo básico de toda a política nacional, condiciona uma série de modificações na configuração do sistema como um todo. As atividades secundária e terciária, caracteristicamente urbanas, passam a ter uma participação maior na distribuição demográfica, como consequência natural das transformações procuradas. No caso específico do Rio Grande do Norte, as atividades agrícolas e pastoris se fundem num meio reconhecidamente pobre em recursos naturais, tipificando-se na maioria das regiões do Estado, uma situação de saturação do mercado de trabalho e de liberação espontânea de mão-de-obra. Assim, encontramos na rigidez da oferta de emprego no meio rural uma das causas determinantes do fluxo campo-cidade. Por outro lado, a estrutura de serviços comunitários dos nucleamentos urbanos constitui, para o homem do campo, um importante elemento de atratividade”.

co possa ocorrer, a continuar o crescimento do êxodo rural. Afirma o presidente:

“Para evitar que isso aconteça, necessário se torna que tratemos de eliminar, ou diminuir, o êxodo rural, e para isso é preciso que se faça, urgentemente, uma reforma agrária autêntica e democrática, que torne possível os trabalhadores que não possuem terra, mas pretendem realmente ficar radicados no campo,

PROGNÓSTICO — Devido ao índice sempre elevado de transferência do homem do campo para os centros urbanos, alguns setores já estão temendo até mesmo um despovoamento de determinadas regiões, chegando a vaticinar que dentro de 10 anos vai ser difícil encontrar trabalhador braçal no campo.

José Francisco da Silva, presidente da Federação dos Sindicatos Rurais, acredita que este prognósti-

BOMBAS SUBMERSAS
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS
E RESIDÊNCIAS
e'com **CYRO CAVALCANTI**

ÁGUA DE ONDE ESTIVER PARA ONDE VOCÊ QUISER

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

CYRO CAVALCANTI
Av. Duque de Caxias, 170 · Fone 222.7072, 222.2234
Ribeira-Natal

conseguir um pedaço de chão para produzir riquezas para o Estado''.

A secretária Marlúcia Saldanha acha impossível impedir o êxodo, uma vez que se trata de um fenômeno irreversível, e ainda que sejam melhoradas as condições de vida no campo, as quais, certamente, nunca serão iguais às da cidade, sempre acontecerá a mudança do homem do campo para os centros urbanos. Sobre um possível desaparecimento do trabalhador rural do seu meio, ela afirma:

''Esta predição seria efetivamente concretizada se o índice de desemprego da mão-de-obra rural, especialmente desqualificada, estivesse diminuindo. Ocorre, entretanto, que a realidade vem evidenciando, precisamente, um elevado número de pessoas ociosas e subutilizadas nas nossas áreas interiores''.

''Se o chamado «trabalhador braçal», contido pelas relações de trabalho ao nível de simples subsistência, torna-se fator escasso, valorizando materialmente sua participação no processo econômico, não há porque se contrapor a tal transformação'' — é o que afirma o ex-secretário da Agricultura, Moacyr Duarte. E ele explica:

''Se uma determinada forma de produção não é capaz de remunerar atrativamente aqueles que nela interferem, deve ser considerada ultrapassada e nociva, e, portanto, eliminada do sistema''.

PROVIDÊNCIAS — Sugestões para impedir o desenvolvimento cada vez mais acentuado da situação atual são oferecidas, numa tentativa de encontrar uma solução para o problema. Moacyr Duarte, conhecedor profundo do problema, dá a sua opinião:

''Em nosso entender, no âmbito governamental, por exemplo, o problema não se fulcra na contenção desse êxodo, mas no seu direcionamento. Faz-se necessário que se

maximize a capacidade geradora de empregos diretos e indiretos da própria atividade agrícola. O aumento da capacidade de compra do trabalhador rural, consequência natural de elevação de suas vendas, pode viabilizar a criação de atividades novas em seu próprio meio. É necessário, porém, que se procure valorizar o trabalho do nosso agricultor, possibilitando-lhe obter uma remuneração compensadora pelo seu esforço, o que se consubstancia na percepção, pelo produtor, de preços condizentes com os seus custos. Não se pode continuar a transferir para a agricultura os ônus decorrentes de quaisquer desacertos da economia nacional. A política agrícola se deve voltar para o fortalecimento das unidades produtivas, promovendo a sua modernização e permitindo-lhes superar o uso de formas obsoletas de produção, pois tal processo refletir-se-á, necessariamente, nas relações de trabalho e ensejará uma melhoria das condições de vida do camponês. É importante que se procure oferecer aos nossos agricultores condições de trabalho que lhes permitam garantir a sobrevivência e o progresso econômico e social de suas famílias''.

No ponto de vista de Marlúcia Saldanha, algumas medidas devem ser tomadas:

''É necessário que minimizem o êxodo rural, ou ainda, que humanizem o processo migratório. Ao nosso ver, dentre as medidas mais recomendáveis, situa-se como primordial, dotar o campo de uma infraestrutura básica, capaz de assegurar uma maior produtividade e renda ao homem do campo, além de lhe proporcionar uma continuidade em suas atividades ocupacionais. Como uma medida alternativa, consideramos viável a utilização da força de trabalho rural no período da entressafra na produção de insumos básicos para outros setores. Por exemplo:

poderiam ser construídas olarias na zona rural, absorvendo parte da mão-de-obra disponível, na produção de louças de barro, manilhas,

tijolos, telhas, etc., destinadas à construção civil, principalmente em função dos conjuntos habitacionais da COHAB, a qual, além da iniciativa privada, poderia garantir a demanda''.

No que diz respeito ao equilíbrio do fenômeno da urbanização, ou mesmo a humanização do processo migratório, é imprescindível a execução de programas de atendimento aos migrantes. Uma grande maioria dos migrantes cai na marginalidade por falta de orientação e apoio mínimo, que não encontram nas cidades grandes, inclusive por falta de documentos para se habilitarem a um emprego.

Para que aconteça um maior desenvolvimento rural, é necessário que a iniciativa privada continue a desempenhar um papel fundamental, contribuindo para o fortalecimento dos estabelecimentos agrícolas como unidades efetivamente produtivas, configuradas, nos termos do Estatuto da Terra, como propriedades familiares e empresas rurais. A gradual extinção do minifúndio e do latifúndio é um objetivo da própria classe empresarial rural. Esse esforço de ajustamento dos meios de produção é de responsabilidade das próprias lideranças agrárias, diga-se a bem da verdade, na atualidade, sem muita atuação, omissas em grandes debates acerca do problema, mas, sem a participação das quais não se faz possível um processo persistente de desenvolvimento econômico e social para o Estado.

Acima de tudo, é preciso a consciência de uma ação coordenada dos órgãos governamentais, convergindo para a criação de condições de bem-estar no meio rural. Comunga com esse pensamento a secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, Marlúcia Saldanha, que acrescenta:

''Esta ação pode ser iniciada, com possibilidade de êxito, se partir da adequação do próprio sistema educacional à realidade interiorana, além da valorização à cultura local''.

PLANEJAMENTO QUER DESBUROCRATIZAR E ATRAIR MAIS DINHEIRO DE FORA

O secretário de Planejamento do Estado, Esequias Pegado Cortez Neto, considera a burocratização como o principal problema de sua pasta. Por isso, se dispõe a enfrentá-la, promovendo a reorganização dos sistemas administrativos, com vistas à simplificação das rotinas da Secretaria.

Nesse projeto de reformulação, contudo, o IDEC continuará sendo o órgão executor da SEPLAN. O secretário aponta como um dos trabalhos mais importantes da sua equipe o "Programa de Integração Rural", que se merecer aprovação vai originar recursos para o Estado, no valor de 2,7 bilhões de cruzeiros nos próximos 4 anos.

Há pouco mais de quatro meses à frente da Secretaria de Planejamento do Estado, Esequias Pegado Cortez já diagnosticou o principal problema de sua pasta: a excessiva burocratização. Egresso da presidência da COHAB-RN, caracterizada pelo secretário como um órgão-fim comprometido a executar um programa pré-determinado, o primeiro impacto causado pelas novas funções — além da própria característica de órgão-meio — foi o complicado sistema administrativo da SEPLAN. Revela ele:

"A primeira coisa a fazer foi adaptar-me ao novo cargo, sentindo, de imediato, o primeiro problema: o processo altamente burocratizado que se desenvolve em toda a Secretaria, com um número impressionante de papéis — sem razão de ser".

O excesso burocrático, aliás, é comum a todos os órgãos governamentais. Já o ex-ministro do Planejamento, Hélio Beltrão — responsável pela Reforma Administrativa de 1967 e recentemente convocado pelo Presidente Figueiredo, para encontrar meios de simplificar a coisa pública — dizia em entrevista concedida a uma publicação nacional que a burocracia é o principal problema da administração pública brasileira.

Mas, além da disposição de en-



Esequias Pegado está preocupado com o processo altamente burocratizado da administração estadual.

frentar o problema da burocratização, reorganizando os sistemas administrativos da SEPLAN, Esequias adotará outra solução que considera complementar: ele pretende que todos os projetos e programas oficiais sejam elaborados aqui, no Estado, evitando os altos custos de projetos elaborados nos escritórios de Plane-

jamento do Sul do País, além da própria alienação dos projetos — que, elaborados fora do Estado, sem a adequação «in loco», terminam por inviabilizá-los quando postos em execução. Explica Esequias:

"Elaborando projetos e programas sempre em contato com os demais órgãos afins será possível a esses programas atingir, em curto espaço de tempo, os seus objetivos, dentro da atual política do Governo do Estado".

AS METAS — Prioritariamente, Esequias pretende executar o projeto de desburocratização e os programas já elaborados pela administração anterior. Mas, decorrente das articulações desenvolvidas nas áreas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — especificamente na SAREM (Secretaria de Articulação para os Estados e Municípios) — objetivando a formação de recursos, tentará a execução de programas mais ambiciosos, como o Programa de Integração Rural.

Entretanto, confirma recursos — conseguidos na Secretaria de Planejamento da Presidência da República — da ordem de 100 milhões de cruzeiros, a fundo perdido, que serão aplicados no Programa de Artesanato (PROART) e na construção

de açudes e estradas. Também elaborou projetos — destinados à própria execução do plano de Governo 79/83 — que foram encaminhados para o BNDE, BNH, EBTU, CNDU e SUDENE.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO RURAL — Os recursos solicitados para o Programa de Integração Rural estão em fase de mobilização. Esequias informa que os maiores esforços estão sendo desenvolvidos no sentido de liberá-los. Este Programa objetiva levar melhoria habitacional, equipamentos comunitários, comerciais, infra-estrutura (água e energia elétrica) para cerca de 270 vilas e povoados do Rio Grande do Norte:

“É um programa de alto volume de recursos — informa Esequias Pegado — algo em torno de 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros. Se aprovado, modificará bastante a situação urbana de todas as vilas e povoados atingidos pelo programa”.

A SEPLAN dispõe de recursos orçamentários da ordem de aproxi-

madamente 18 milhões de cruzeiros para aplicar neste exercício. Mais da metade destas verbas, porém, é destinada ao IDEC. A disparidade entre a dotação do IDEC e dos outros órgãos vinculados à SEPLAN provoca uma explicação do secretário:

“O IDEC é o órgão que nós definimos como o órgão operacional do sistema estadual do planejamento. A Fundação IDEC será prestigiada porque se destina a cumprir os objetivos básicos de uma instituição capaz de executar a política do sistema estadual de planejamento e pesquisas referentes ao desenvolvimento global do Estado. Por esta razão — continua o secretário — sendo ele (o IDEC) o órgão operacional do sistema de planejamento, que executa as maiores tarefas — logicamente terá que possuir uma disponibilidade orçamentária de maior vulto”.

CORTE DE VERBAS — Continuando sua explicação, Esequias Pegado assegura que “a Secretaria de

Planejamento funciona quase que a nível de gabinete, com assessoramento técnico ofertado aos demais órgãos do Governo, repassando seus recursos próprios para que o IDEC execute as propostas da Secretaria de Planejamento consigo própria e com os demais órgãos do Governo do Estado”.

Com referência a uma possível redução de verbas de outros órgãos ligados à SEPLAN, o secretário respondeu negativamente:

“Estamos num ano difícil, num momento de crise provocada pela estiagem, com problemas de arrecadação no Estado. Por esta razão, tivemos que fazer uma revisão orçamentária, para que se pudesse chegar até o final do ano acusando equilíbrio, sem dever aos fornecedores nem à própria estrutura econômica do Estado. Tudo está sendo feito com muito cuidado, compatibilizando-se a despesa com a arrecadação, de maneira a não prejudicar o programa de investimentos do Governo Estadual”.

SKF
Rolamentos.POP
- Rebites e Rebitadores
SCHULZ - Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistências.
RIGID - Ferramentas
Pré-testadas que Reduzem o Trabalho.
Brasil S. A. - A mão de Aço
para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores
Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira.
WEG - O Motor Elétrico.
OSRAM - Lâmpadas.
SIEMENS - Material Elétrico
Industrial. **HARTMANN & BRAUN DO BRASIL**
Transformadores de Corrente. **OK - Eletrodos.**
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.
ELIANE - Azulejos e Pisos.
COBEL
Equipamentos para Lubrificação.
ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas.
STARRETT - Serras de Aço.
BURNDY DO BRASIL
Conectores e Válvulas. — Etc.



CODIF TEM:

3M
Emendas das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos.
3M PETERCO - Iluminação
Comercial. **STANLEY - Ferramentas**
de Aço. **BELZER - ITMA - Ferramentas**
do Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN



Alcir Veras da Silva.

UNIVERSIDADE — AGORA É MODA

Sectária do elitismo do conhecimento, a Universidade brasileira acaba por fazer do título universitário um símbolo compulsório das convenções sociais.

AS DIVERGÊNCIAS DE CONCEPÇÕES

O papel da Universidade brasileira tem sido uma das questões mais controversas nos últimos dez anos.

De um lado, estão os que a conceituam como centro de produção de conhecimentos científicos, capaz de interferir no processo de mudança da sociedade produtiva, sobretudo quanto à concepção de novas formas e padrões de trabalho. De outro, aqueles que defendem, com veemência, o princípio da renovação constante de conceitos e de valores sociais, sob a custódia da tríade: criatividade, mudança, desenvolvimento. Segundo eles, comportar-se como simples instituição encarregada de «moldar» pessoas para servir diretamente os interesses da empresa moderna é, em primeiro lugar, estar fazendo treinamento em vez de educação e, em segundo, contribuir para reafirmar a tese do sistema atual de produção (de relações de trabalho), onde o homem é unicamente um instrumento do processo produtivo.

Registra-se ainda o ceticismo que tem se apossado, ultimamente, de boa parte dos pioneiros da Universidade, no Brasil, diante de sua trajetória em direção ao esvaziamento da cultura e ao empobrecimento científico.

Porém, nem mesmo o sentido pejorativo do termo «moldar pessoas» lhe pode, de todo, sem imputado, dado que a empresa não tem encontrado, na Universidade, a necessária correspondência para o seu mais simples e predeterminado «modelo» profissional.

EFEITO DEMONSTRAÇÃO

Em lugar de tudo isso, a Universidade brasileira, encantada pela mesma via externa com que muitos modelos econômicos serviram para desmentir essa tese no Brasil, acaba por implantar um sistema de ensino universitário de massa, deixando à amostra seu despreparo e desconhecimento em questões educacionais. Acontece, todavia, que as universidades estrangeiras, nas quais o Brasil se espelhou, acham-se situadas em comunidades economicamente desenvolvidas, detentoras de nada menos de três séculos de cultura, de ciência e de tecnologia. Ora, como é que poderíamos esperar melhores resultados do nosso ensino, para a sociedade brasileira, se aqui ministramos aulas com bibliografia estrangeira, usando sua realidade como exemplos didáticos?

O fato da Universidade ter passado, de maneira brusca, da fase do ensino tipicamente tradicional para o estágio da «tecnologia» educacional (da instrução programada), numa desesperada tentativa de seguir o processo de queimar etapas, resultou em frustrada emancipação, pelas mesmas razões que capitulou o modelo industrial latino-americano ao procurar escudar-se nos postulados de ROSTOW.

PRODUTO DE CONSUMO

O ônus mais grave, porém, foi a distorção que daí decorreu, refletida sobremaneira pelo inesperado impacto que causou a idéia da «universidade para todos», como que movida por forte

esquema publicitário, alcançando grande repercussão em todas as camadas sociais.

Nesse sentido, pode-se até dizer que a Universidade ensaia um vôo rumo à fase da «desmocratização do ensino» ou de «popularização» da carreira universitária. Como esse vôo foi mais pretenso do que suas asas eram capazes de sustentá-la naquela altitude, ela vê-se forçada a optar por órbitas mais baixas. Restou, contudo, a lembrança de sua imagem no alto, o que foi bastante para propagá-la em todas as direções. Esse fato teve como consequência: maior demanda pelos bancos escolares, seguindo-se a concepção da carreira universitária como uma verdadeira moda ou produto de consumo.

No período 1973/75 assomaram à Universidade contingentes tão numerosos quanto despreparados, e admitidos através de processo não menos ridículo do que o de cartões de computador que podem ser adequados para medir caracteres superficiais de informações («a cultura da simbologia») ou destrezas mecânicas, porém nunca para avaliar a capacidade dialética do indivíduo.

A HEGEMONIA LOCAL

Se no Centro-Sul a «nova» universidade teve repercussões consideráveis, nas regiões menos desenvolvidas seus efeitos se deram em escalas verdadeiramente maiores. Em cidades como João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís e outras de igual porte, sua influência é tão acentuada que chega a dividir, com o Governo do Estado, a hegemonia política e social. Ocupa boa parte do noticiário da imprensa falada e escrita local. Seu orçamento, que nos centros desenvolvidos do País praticamente se dilui frente à sua concentração econômica, pela alta densidade industrial e comercial, chega a ser, naquelas cidades, o segundo do Estado. E não há dúvida de que a importância desse posicionamento reflete-se, com intensidade, por quase todos os segmentos da sociedade, fato que, se de um lado mobilizou a população escolar em busca dos portões universitários, de outro tornou-a escrava da necessidade de rotulagem acadêmica e fortemente dependente de uma expectativa de ascensão social, quase sempre frustrada, tanto pela impermeabilidade do mercado de trabalho dessas regiões, como pelo baixo nível de conhecimentos profissionais dos recém-formados.

A «febre» do curso superior, ou também como é chamada pelos ingleses da «doença do diplo-

ma», deixa a descoberto, no Brasil, uma imensa faixa ocupacional de nível médio a acenar com salários razoáveis (onde o número de Escolas Técnicas não tem sido suficiente para preencher todo esse espaço), preferindo submeter-se a um processo de competição acirrada em busca de emprego. Se de um lado satisfazer a necessidade de «realização pessoal» dos postulantes ao título, de outro é profundamente incômodo.

Dando provas de completa dissociação com a realidade local, essas universidades contam com uma matrícula média de 10.000 alunos, 1.500 professores e cerca de 2.000 formandos por ano. Impregnadas da neurose expansionista, elas praticam um processo inverso de metamorfose, pois enquanto crescem suas instalações físicas não se pode dizer o mesmo do ensino, conquanto são nítidos os sinais da queda de qualidade.

Pelo que consta, essas cidades ainda não atingiram um nível de profundidade intelectual e científica capaz de gerar a oferta desse número elevado de docentes com a qualificação requerida para o exercício da cátedra superior; nem tampouco se encontram argumentos plausíveis que justifiquem uma matrícula de 10.000 alunos para uma cidade de 400.000 habitantes, que possui um mercado de trabalho incipiente e de estrutura ocupacional pouco diversificada.

CONCLUSÕES

Em todos esses anos, o saldo cultural e científico da Universidade brasileira não tem sido suficientemente consistente para nos convencer de que tenha legado à sociedade a acumulação de conhecimentos e o avanço teórico.

A desastrosa massificação do ensino, nos primeiros anos desta década, deu-se por portas tão amplas da Universidade quanto mais amplos e mais graves deram-se igualmente o seu despreparo institucional-administrativo e sua improvisação docente. Do ponto de vista educacional, entre em sérias contradições porque tem, embora que involuntariamente, fomentado frustrações e tensões.

De resto, a possibilidade de que a Universidade possa ser encarada, pelo mercado de trabalho, como entidade social que institucionaliza a incompetência, tem sido o grande temor para os que, atualmente, procuram reabilitá-la de tão grave imputação.



OBJETO DO DIREITO ECONÔMICO

“Objeto do direito é a coisa ou a vantagem sobre a qual incide o poder ou o dever jurídico, ou, ainda, tudo aquilo que em razão do direito é obtido, ou restabelecido” (AFFONSO INSUELA PEREIRA in “O Direito Econômico na Ordem Jurídica”).

Basicamente duas teorias englobam as discussões doutrinárias sobre o objeto do Direito Econômico: “critério da economicidade e da realidade econômica”.

O primeiro, no entender de MODESTO CARVALHOSA, outorga à norma jurídica eficácia capaz de motivar, modificar e dirigir o comportamento das entidades econômicas, opondo-se, assim, à **eficácia técnica** que MASPETIOL chama o valor normativo dirigido simplesmente para incitar ou dificultar o desenvolvimento econômico. A propósito, ORLANDO GOMES adverte que “a regra do direito deve ordenar-se a uma idéia de justiça e não ser aferida por sua **eficácia técnica**”.

A teoria da realidade econômica condiciona os atos e fatos econômicos ao elemento econômico, considerados em sua

intensidade.

Não se pode negar a influência do econômico sobre a norma jurídica. Todavia, o fundamento dessa discussão, que, em última análise, aborda o objeto do direito econômico, vincula-se à noção de que as leis influem na economia, alterando-a, modificando-a, bem que se reconheça que certos institutos jurídicos, embora reformulados, possam conservar, durante certo tempo, as suas funções. Isso corrobora o princípio de que a revisão legal, em matéria econômica, tem por escopo atender às novas funções conjunturais da economia, sendo reflexo da necessidade imposta pelas transformações infra-estruturais. A integração política e econômica transforma-se, assim, no principal objetivo do ordenamento jurídico, motivando alterações substanciais no espaço e no tempo e ampliando a área do dirigismo, trazendo, inclusive, como oportunamente saliente o Eminent Professor e Mestre ATALIBA NOGUEIRA perspectivas de mudanças na própria estrutura do Estado soberano, verificando-se a tendência de sua substituição por sua organização pública internacional (In “Perecimento do Estado” — RDP — nº 14).

JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA

* **JUROS DE MORA CONTAGEM** — “Os juros de mora devem ser contados sobre o principal e não sobre o capital corrigido” (TST-RR 352/78).

* **GESTANTE — ESTABILIDADE PROVISÓRIA** — “A estabilidade de no emprego da gestante, prevista na Constituição Federal é, apenas, pelo período que antecede e sucede, imediatamente, ao parto (art. 165, inc. XI, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969). Tal período de conformidade com o art. 6º da Convenção Internacional nº 103, da OIT, assinada, ratificada e promulgada pelo Governo brasileiro, é o mesmo da licença-gestante, o qual, pela nossa legislação ordinária, observando os limites estabelecidos pela referida Convenção, foi fixada em 12 (doze) semanas. (TRT — 6ª Reg. 679/78 — ac. 28.11.78).

* **REPETIÇÃO DO INDÉBITO — CORREÇÃO MONETÁRIA** — “Ação ordinária visando a repetição

de indébito. Sua procedência. Correção monetária inspirada no princípio da analogia (art. 108, 1, do CTN). Precedentes do STF. Honorários de advogado com observância do preceito inserido no § 4º do art. 20, do CPC” (STF — RE nº 88.984-PR).

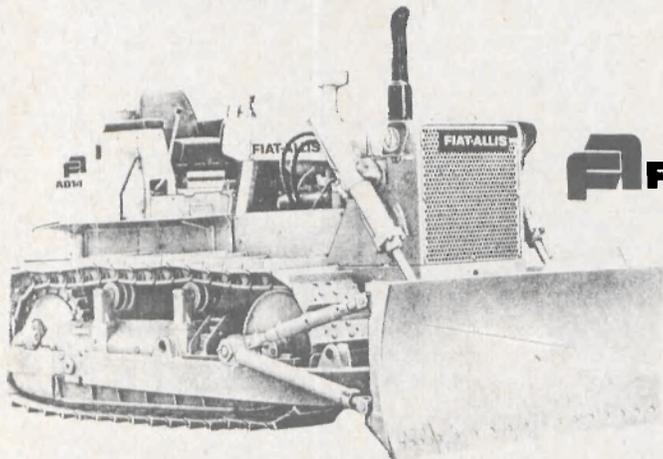
* **DIREITOS TRABALHISTAS DE EMPREGADO DIRETOR DE S/A** — “Durante o período em que exerce as funções de diretor de sociedade anônima, eleito pela assembleia geral, o empregado não adquire direitos de natureza trabalhista” (TST-E-RR 3.735/76 — ac. TP 2.881/77).

* **IMÓVEL NÃO LOTEADO — DEPÓSITO DO PREÇO** — “É inadmissível a execução de um compromisso particular de imóvel não loteado, com depósito do preço posterior à propositura da ação — arts. 15, 16 e 22 do Dec. 58/37, com a redução decorrente da lei 6.014, de 27.12.73” (STF-RE 88.692-MG).

* **INALTERABILIDADE DO LAUDÊMIO** — “O laudêmio, assim como o foro, depois de fixados no contrato, não podem mais ser alterados, inclusive quando há transferência de aforamento. Inexistência, ainda, de violação dos artigos 152 e 1.098, ambos do Código Civil, não só por ausência de prequestionamento, como porque não podendo o laudêmio sofrer modificações após o ato constitutivo da enfiteuse, não tem valia jurídica a cláusula contratual que introduziu essas modificações” (STF-RE 83.292-RJ).

* **EXECUÇÃO TRABALHISTA — ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — “A impenhorabilidade do bem alienado fiduciariamente não significa que não possa ser penhorado por créditos de natureza trabalhista, dada a mais ampla proteção legal, constituindo privilégio, *ex-vi* do disposto no artigo 449, da CLT” (TRT — 8ª Reg. nº 553/78).

A TURMA DA PESADA



FIAT-ALLIS



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"

TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



GUINDASTES "GALION" ATÉ 14 TONELADAS



Empilhadeira Valmet 3000E



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



TRATORES DE PNEUS E EMPILHADEIRAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTÔNIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.

Você tem uma idéia totalmente errada sobre economia no transporte urbano de carga.



A verdadeira economia de um veículo comercial não se limita ao tanque de gasolina.

Para operar com lucro no tráfego intenso e congestionado dos grandes centros, um veículo, antes de tudo, não deve carregar peso morto.

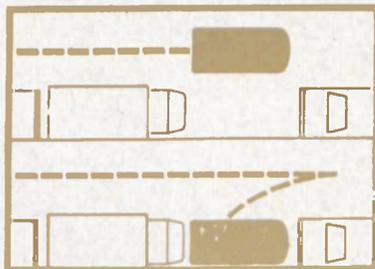
A Linha Kombi apresenta a melhor relação peso/carga dentro da faixa



dos comerciais leves: transporta cerca de 1 quilo de carga útil para cada quilo de peso próprio, enquanto que os concorrentes só conseguem carregar meio quilo de carga para cada quilo de peso próprio. Isso significa que a Linha Kombi tem aproveitamento integral da sua capacidade em cada viagem.



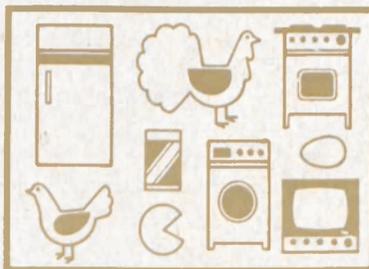
Os detalhes de construção de todas as versões da Linha Kombi, especialmente a posição da cabina, permitem maior aproveitamento do compartimento de carga, possibilitando uma distribuição homogênea do peso sobre os eixos. Nenhum outro veículo da sua categoria transporta 1 tonelada de carga útil.



Graças ao seu tamanho compacto, cada veículo Kombi permite manobras rápidas em pátios de carga e descarga, estacionamento em pequenas vagas e facilidade de circulação no tráfego urbano.

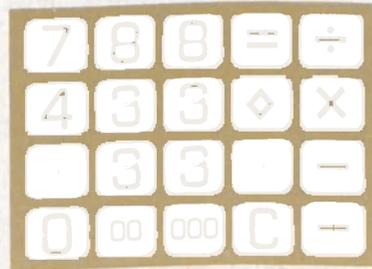
Em percursos diários entre 100 e 300 km, a Linha Kombi representa a melhor opção para entregas a domicílio ou reposição de estoques de seus Clientes.

Os modelos Kombi podem



transportar 12 fogões de 4 bocas, 24 aparelhos de TV a cores de 20", 10 máquinas de lavar para 6 kg, 8 geladeiras com freezer, 800 litros de leite, 600 frangos de 1 1/2 kg, 180 perus de 5 kg, 1.600 queijos de 1/2 kg, 25.000 maços de cigarros, 18.000 ovos, 5.500 picolés, etc., etc...

A versatilidade da Linha Kombi oferece sempre o modelo mais adequado para cada uso e cada necessidade.



Agora, faça os cálculos. Menor preço de compra entre os veículos de sua classe. Mecânica VW. Baixo consumo e manutenção simples. Durabilidade. Menor depreciação.

Some tudo isso e você comprovará que a Linha Kombi tem o menor custo operacional no transporte urbano de carga.

A marca que conhece o nosso chão.
Garanta a combustível de amanhã. Respeite os 80.



REVENDEDORES
AUTORIZADOS

MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140
Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim

Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212